

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E
REGIONAL

THALYNE DUTRA FALCÃO

AS INTERFACES DO ACESSO AO TRABALHO EM CIDADE OLÍMPICA: da
construção social do espaço às implicações no acesso ao Programa Governamental

São Luís

2020

THALYNE DUTRA FALCÃO

AS INTERFACES DO ACESSO AO TRABALHO EM CIDADE OLÍMPICA: da construção social do espaço às implicações no acesso ao Programa Governamental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, em nível de mestrado, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Marivânia Leonor Souza Furtado, como requisito para obtenção do título de mestre.

Linha de pesquisa: Estado, Trabalho e Globalização.

São Luís

2020

THALYNE DUTRA FALCÃO

AS INTERFACES DO ACESSO AO TRABALHO EM CIDADE OLÍMPICA: da
construção social do espaço às implicações no acesso ao Programa Governamental

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA).

Aprovado em: ____/____/____.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Marivânia Leonor Souza Furtado (Orientadora)
Doutora em Geografia
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro
Doutor em Ciência Política
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Timothy Joseph Finan
Doutor em Cultural Anthropology
University of Arizona (USA)

Aos usuários da Política Nacional de Assistência Social, em especial aos do Acessuas.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste mestrado é a realização de um sonho nutrido ainda na graduação, eu não sabia exatamente quando se realizaria, mas me esforçaria para torná-lo realidade. Acredito que nenhuma das minhas conquistas são concretizadas por mérito apenas meu, vejo que pessoas ao longo da minha vida contribuíram e outras ainda contribuem para cada uma delas. É por esta razão que espero poder contemplar nessas palavras o meu profundo agradecimento a cada um que de alguma forma colaborou para que este sonho se realizasse.

Agradeço a Deus, autor da minha vida, meu amigo, a quem eu tenho a honra e o privilégio de chamar de Pai. Sem Ele comigo nada em mim seria possível, é tudo por Ele e para Ele.

Agradeço aos meus pais, Nelson Falcão e Yara Dutra, ao meu irmão Marcelo Falcão e ao meu padrasto Mauro Rabello que sempre torceram pelo meu sucesso e felicidade e, também, me incentivaram ao longo dessa jornada.

Agradeço a minha orientadora, professora Dr^a. Marivânia Leonor Souza Furtado, que desde a graduação me inspira não apenas na vida acadêmica, mas em ser um ser humano melhor no mundo em que vivemos. Obrigada pelos ensinamentos, pelo exemplo, pelo cuidado, pelo carinho, pela atenção, pela paciência. Obrigada por extrair de mim algo que nem eu sabia que seria capaz de produzir. Tens um lugar especial no meu coração. Espero que possamos alçar outros voos juntas.

Agradeço ao PPDSR, nas pessoas do professor Dr. José Sampaio Mattos Júnior e da secretária Elizete pela seriedade com que lidam com o programa, pela acolhida e por sempre estarem disponíveis. Agradeço ainda a todos os professores que fizeram parte nessa jornada, em especial a professora Dr^a. Franci Gomes Cardoso, um exemplo e inspiração profissional a quem eu tenho profunda admiração e, Professor Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro, pelo cuidado e dedicação com o conhecimento compartilhado.

Agradeço toda turma de 2018, as contribuições em sala de aula foram essenciais para o resultado deste trabalho. Destaco a colega Maria dos Reis Araújo que, prontamente, se mostrou solícita ao se apresentar como técnica de referência do Acessuas em Cidade Olímpica, grata pela acolhida e informações repassadas. À minha parceira de orientadora Francisca Thamires

Lima de Sousa, obrigada pela parceria, pelo companheirismo, por sua presteza e generosidade, você me ajudou muito em todo esse processo. Ao queridíssimo Elgonzales Magalhães Almeida, obrigada por forçar a nossa amizade, sem ela certamente essa caminhada teria sido bem mais difícil, te levarei para toda vida.

Agradeço ao Grupo de Estudos Lutas Sociais, Igualdade e Diversidade – LIDA, por cada reunião de estudo e por cada palavra dita naquela sala. Cada um de vocês me motiva a ser uma melhor pesquisadora, vocês são incríveis. Destaco os colegas Sérgio, Daisy e Igor, pelas contribuições valorosas nos GT's do V e VI ENLIDA e, à querida Giovanna Silva Palhano pela parceria durante esta pesquisa, com você tudo ficou mais leve e divertido, obrigada.

Agradeço ao meu primo Fábio Bravim pelas traduções dos abstracts, e à querida Camila Cutrim pelas correções dos artigos ao longo deste percurso. Também por cada palavra e gesto de incentivo que me manteve firme durante este processo.

Agradeço à Associação de Moradores da Cidade Olímpica, à equipe do CRAS Cidade Olímpica, à SEMCAS, aos entrevistados Marcos Silva, Maria José e Gordo, e aos usuários do Acessuas, Andressa, Felipe, Maria Odenir e Maria do Amparo, a fala de cada um foi essencial para a construção deste trabalho.

Agradeço à CAPES, pela concessão da bolsa de pesquisa, fundamental para a minha dedicação exclusiva a este mestrado.

A todos e todas que contribuíram direta e indiretamente com este trabalho, o meu muitíssimo obrigada!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa de localização da Cidade Olímpica.	23
Figura 2: Batismo do nome do bairro.	31
Figura 3: Comício na ocupação da Cidade Olímpica.	37
Figura 4: Manifestação dos ocupantes da Cidade Olímpica	40
Figura 5: Assembleia Geral realizada no dia 05 de fevereiro de 1997	48
Figura 6: Ocupantes passando a noite no barracão em 23/03/1997.....	51
Figura 7: Fichas de entrega dos lotes da Cidade Olímpica	52
Figura 8: Fichas de inscrição dos assentados e Capa (Organizadas por quadras e blocos)	52
Figura 9: Mapa de identificação das avenidas e ruas da Cidade Olímpica.	54
Figura 10: CRAS Cidade Olímpica.	73
Figura 11: Fluxograma Programa Acessuas Trabalho.....	93
Figura 12: Cronograma de execução.	98
Figura 13: Mural do CRAS.	100
Figura 14: Desenhos do Felipe.	115
Figura 15: Folder Acessuas pelo GACC	123

LISTADE QUADROS

Quadro 1: Comparativo dos bairros atendidos pelo CRAS.....	74
Quadro 2: Composição da equipe do CRAS pelo porte do equipamento.....	78
Quadro 3: Idade e Naturalidade.....	107
Quadro 4: Sexo.....	107
Quadro 5: Estado civil.....	108
Quadro 6: Grau de instrução.....	108
Quadro 7: Cor / Raça e Religião.....	108
Quadro 8: Orientação sexual.....	109
Quadro 9: Ocupação.....	109
Quadro 10: Rendimento.....	109
Quadro 11: Forma de ocupação do imóvel.....	110
Quadro 12: Tipo de construção e cobertura.....	110
Quadro 13: Fornecimento de água e energia elétrica.....	111
Quadro 14: Destino dos dejetos e do lixo.....	111
Quadro 15: Localização do domicílio.....	111
Quadro 16: Vulnerabilidade dos usuários.....	112

LISTA DE SIGLAS

ACESSUAS	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CAOp - Crim	Centro de Apoio Operacional Criminal
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CIEE	Centro de Integração Empresa Escola
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CO	Cidade Olímpica
COHAB	Companhia de Habitação Popular do Maranhão
CONPEDI	Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado da Assistência Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
DIIE	Departamento da Informação e Inteligência Econômica
DF	Distrito Federal
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
GACC	Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INTERMA	Instituto de Colonização e Terras do Maranhão
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISBET	Instituto Brasileiro de Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NIS	Número de Identificação Social
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAS	Política de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrata Trabalhista
PLANHAP	Plano Nacional de Habitação Popular
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PPAS	Política Pública de Assistência Social
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB	Proteção Social Básica
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSE	Proteção Social Especial
PSM	Plano Brasil sem Miséria
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SEPLAN	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
SINDSEP	Sindicato dos Servidores Públicos Federais
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SIS	Sistema de Informação do Serviço
SOLECIT	Secretaria de Estado de Solidariedade, Cidadania e Trabalho
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

RESUMO

A Política de Assistência Social se constituiu como uma política pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 com a finalidade de garantir direitos mínimos para sobrevivência dos indivíduos que dela necessitarem, nessa proposta são criados serviços, benefícios e programas sociais. O Acesso ao Trabalho surge como um desses programas que possui o objetivo de promover aos usuários da Política de Assistência Social acesso ao mundo do trabalho. A partir da percepção de que as ações do Programa proporcionam aos seus usuários condições aperfeiçoadas de exploração da força de trabalho, este trabalho, portanto, identifica e analisa criticamente as interfaces do Acesso ao Trabalho na vida de seus usuários em Cidade Olímpica, localizada em São Luís (MA), análise esta que percorre desde o processo de territorialização do bairro (relevante para a caracterização do campo empírico e para a mensuração da importância do programa no território), até impactos do Programa aos que dele participam. Toma como referência a Cidade Olímpica haja vista o destaque das ações do Programa desenvolvidas a nível municipal. Utiliza-se como aporte metodológico o Materialismo Histórico Dialético, em que, com essa perspectiva discute-se neste trabalho: a questão territorialidade; Discorre-se sobre a institucionalização do Estado e da Política de Assistência Social como mantenedores da desigualdade social; Menciona-se o percurso do trabalho no Brasil; Destaca-se a constituição e operacionalização do Acesso ao Trabalho em Cidade Olímpica, bem como as novas estratégias de atuação do Programa. Este estudo aponta, a partir da análise dos resultados, que o Programa é insuficiente para suprir as demandas sociais apresentadas e que proporciona à classe trabalhadora condições aperfeiçoadas de exploração de sua força de trabalho.

Palavras-chave: Territorialidade. Política de Assistência Social. Acesso ao Trabalho.

ABSTRACT

The Social Assistance Policy is constituted as a public policy in Brazil since the Federal Constitution of 1988, with guaranteed legal rights allowed for the threats that are necessary, in this proposal are services, benefits and social programs. *Acessuas Trabalho* as one of these programs that aims to promote users of the Social Assistance Policy access to the world of work. Based on the perception that the Program's actions provide its requirements for the improvement of the workforce, this work, therefore, identifies and critically analyzes as *Acessuas Trabalho* interfaces in the lives of its users in Cidade Olímpica, located in São Luís (MA), an analysis that runs from the territorialization process of the neighborhood (relevant for the characterization of the empirical field and for the measurement of the importance of the program in the territory), until it harms the program in which it must participate. As a reference in Cidade Olímpica, see the highlights of the Program's actions carried out at the municipal level. It is used as a methodological method or dialectical historical material, which with this perspective is discussed in this work: a territoriality issue; It discusses the institutionalization of the State and the Social Assistance Policy, as maintainers of social inequality; The work path in Brazil is mentioned; It is Worth mentioning the constitution and operationalization of *Acessuas Trabalho* in the Cidade Olímpica, as well as new strategies for the Program's performance. This study indicates, based on the analysis of the results, that the Program is insufficient to meet the applicable social demands and that it provides the working class with improved conditions for the exploitation of its workforce.

Keywords: Territoriality. Social Assistance Policy. *Acessuas Trabalho*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EM CIDADE OLÍMPICA	20
1.1 A territorialidade e os precedentes do processo de territorialização em Cidade Olímpica	21
1.2 O primeiro momento do processo de territorialização da Cidade Olímpica	28
1.2.1 A ocupação realizada pelo primeiro grupo	33
1.3 O segundo momento do processo de territorialização da Cidade Olímpica	37
1.4 O assentamento dos ocupantes, organização e atualidades do bairro: nova territorialidade	49
2 SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	60
2.1 A institucionalização do Estado segundo os contratualistas e suas interferências na PAS	63
2.2 A Assistência Social no Brasil atual.....	66
2.3 A manutenção da desigualdade social por meio da Política de Assistência Social e Estado	68
2.4 O Centro de Referência da Assistência Social e sua atuação na Cidade Olímpica	72
3 O ACESSUAS TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES EM CIDADE OLÍMPICA ...	84
3.1 Breve percurso do trabalho no Brasil.....	84
3.2 O Acessuas Trabalho e sua atuação em Cidade Olímpica.....	88
3.3 Os usuários do Acessuas Trabalho em Cidade Olímpica e as interferências do Programa em suas vidas	106
3.4 Novas estratégias de atuação do Acessuas Trabalho em Cidade Olímpica e em São Luís	120
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	135

INTRODUÇÃO

O Acessuas Trabalho é um programa federal vinculado ao atual Ministério da Cidadania, existe desde 2013 por uma iniciativa da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com o objetivo de promover o acesso dos usuários da assistência social para orientações inerentes ao mundo do trabalho. O Programa foi instituído pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) por meio da Resolução nº 18 de 24 de maio de 2012, as principais ações do Programa estão pautadas sobre os eixos: Identificação e sensibilização do usuário ao trabalho; Desenvolvimento de habilidades pessoais e orientação para o mundo do trabalho; Acesso a oportunidades de trabalho e Monitoramento do percurso dos usuários no mundo do trabalho (BRASIL, 2017)¹.

A Resolução 18/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (BRASIL, 2012) é que institui o Acessuas como um programa federal que possui em suas normativas o objetivo de promover a integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho, através de ações articuladas e mobilização social, ou seja, ao encaminhamento dos seus usuários aos cursos de qualificação e formação profissional, ações de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra, todos eles ofertados em conjunto com outras políticas públicas para além da assistência social, na perspectiva de que haja superação da vulnerabilidade social.

O principal desafio do Acessuas Trabalho, segundo o seu Caderno de Orientações, é ampliar a eficiência de suas ações de acordo com as atuais características do mundo do trabalho, o que implica em novas formas de qualificação e formação profissional, com o intuito de transformação de vida da população em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, bem como a diminuição da desigualdade social no Brasil (BRASIL, 2017).

Diante dos eixos norteadores e das ações do Programa, cabe fazer uma análise crítica sobre o que está sendo ofertado aos usuários da assistência social por meio do Acessuas, quais as concepções do Programa e sob qual ideologia ele está fundamentado. Essa investigação é pertinente para a compreensão do andamento da Política de Assistência Social, com foco no Acessuas Trabalho, mas sobretudo, o entendimento de como o público do Programa o tem recebido e quais os impactos nas suas vidas a partir de sua inserção. As reflexões realizadas se pautam na visão marxista de divisão de classes.

Este trabalho busca apresentar sob quais formas se constitui e é operacionalizado o Programa Nacional de Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas Trabalho, em especial, como

¹ Utiliza-se como referência o Caderno de Orientações do Acessuas Trabalho do ano de 2017 considerando ser o documento mais atual que existe sobre explicações do Programa.

ele é desempenhado no bairro Cidade Olímpica em São Luís e, identificar as suas interferências aos que dele participam, pois demonstra ser um Programa que proporciona formas aperfeiçoadas de alienação da classe subalterna, particularmente pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, que são os usuários da Política de Assistência Social.

Em São Luís, o Acessuas Trabalho é desenvolvido por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e um profissional de nível superior é quem referencia o Programa no território de abrangência. Durante a construção do objeto de pesquisa, ainda em 2017, foi realizada uma visita à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS) em São Luís, em que foi possível tomar conhecimento que até aquele ano, 2.279 pessoas já tinham síndades atendidas pelo Programa na capital e que, dos 20 CRAS existentes no município, apenas cinco o executam, tendo destaque o CRAS localizado no bairro Cidade Olímpica, devido iniciativas de mobilização, formação de grupos e encaminhamentos realizados pela assistente social do Programa.

Cidade Olímpica é um bairro periférico da capital maranhense, fruto de uma “invasão”, como é comumente chamada as ocupações realizadas por pessoas em terrenos privados. Há um nível alto de criminalização causada pelas facções existente no bairro e, é nesse território que, em São Luís, o Acessuas é referência no desenvolvimento de suas atividades.

Diante as vulnerabilidades existentes no bairro se justifica a presença do CRAS como porta de entrada para os serviços, benefícios e programas da Assistência Social, como é o caso do Acessuas Trabalho. Portanto, o bairro Cidade Olímpica se tornou campo empírico desta pesquisa levando em consideração principalmente as ações do Programa no território, mas também pela sua historicidade de constituição e vulnerabilidades existentes.

Desde o governo Lula, em 2003, tem se intensificado programas, serviços e benefícios da Assistência Social no Brasil com o intuito da diminuição da pobreza e da desigualdade social, contudo, nota-se que o resultado é mínimo e que estratégias como o Programa Bolsa Família, por exemplo, precisaram ser implantadas para que pessoas e famílias saiam da zona de extrema pobreza no país.

O Acessuas Trabalho surge como uma estratégia vinculada ao Plano Brasil Sem Miséria, lançado em junho de 2011, para auxiliar as famílias a saírem da situação de pobreza, preparando, qualificando, instruindo os indivíduos quanto ao mundo do trabalho. Diante disso, serão tratadas, no decorrer deste trabalho, como categorias analíticas a territorialidade, considerando a produção desigual do espaço a partir da investigação realizada em Cidade Olímpica, a assistência social, pelo fato do Acessuas ser um programa resultante dessa política, e ainda, trabalho, por ser um programa que orienta seus usuários ao mundo do trabalho. Dessa

forma, algumas questões centrais são destacadas, a saber: Quais os processos de formação do bairro da cidade Olímpica e suas implicações territoriais na atuação da política de assistência social? Quais são as implicações da política de assistência social, suas diretrizes e práticas para a superação da situação de risco e vulnerabilidade de seus usuários? De que forma o Acessuas Trabalho, em toda sua conjuntura de ações, orienta seus participantes sobre as questões do mundo do trabalho? Quais as perspectivas dos participantes do programa e de que maneira este atinge suas vidas?

O Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA (2017) definiu como ações do programa: Articulação – objetiva-se formar parcerias com outras organizações, seja ela governamental ou não, para ofertar integração ao mundo do trabalho visando a melhoria da qualidade de vida e superação das vulnerabilidades sociais; Mobilização – busca a sensibilização das famílias usuárias do Programa sobre as oportunidades de acesso ao trabalho; Encaminhamento – designar os usuários para cursos de qualificação profissional, instituições que promovam ação de inclusão produtiva; Monitoramento e Trajetória – constitui-se em acompanhar o usuário em sua trajetória ao mundo do trabalho, bem como a identificação de impossibilidades e criação de estratégias para superá-las. É importante dizer que está em vigor no governo Jair Bolsonaro as mesmas ações definidas pelo governo anterior.

O Acessuas está para a capacitação de seus usuários com objetivo de serem inseridos no mercado de trabalho. Este termo, inclusive, nas normativas do Programa, é substituído por mundo do trabalho, com a justificativa de não considerar os indivíduos que estão sujeitos às prerrogativas do trabalho formal como mercadorias (BRASIL, 2017). O que seriam então?

Marx (2011) define o trabalho como um processo entre o ser humano e a natureza, em que o indivíduo, através de sua força física, extrai da natureza subsídios para sua sobrevivência. No entanto, o capitalismo instaurado na sociedade moderna impossibilita tal processo, deixando o indivíduo de extrair da natureza o que é necessário para viver e vendendo a sua força de trabalho em troca do salário. O capitalismo traz consigo a divisão da sociedade em classes, em que uma (a detentora dos meios de produção) estará sempre sobreposta à outra (a que depende dos meios de produção para sobreviver).

Considerando a visão marxista de como a sociedade se constitui, bem como, compreendendo que o Acessuas Trabalho proporciona à classe trabalhadora condições aperfeiçoadas de exploração da sua força de trabalho, em que aspecto se constitui e é operacionalizado esse Programa e de que maneira as vidas de seus usuários em Cidade Olímpica são impactadas?

Compreender as interfaces do Acessuas Trabalho em Cidade Olímpica é descobrir também a significância e objetividade efetiva do Programa, quais suas implicações e de que maneira este, tem transformado a condição social daqueles que são seus usuários.

A tarefa em dissertar sobre esta temática não foi por acaso. Ela surgiu como consequência de minhas experiências profissionais, de concepções acerca da sociedade e perspectivas de vida. A motivação em tratar sobre o Acessuas Trabalho se deu, especialmente, como resultado de uma experiência como coordenadora do Programa em um município do Maranhão em 2014, além disso, as minhas percepções e análises aqui refletem também, além dos conhecimentos teóricos e leituras adquiridas ao longo da caminhada acadêmica, as minhas experiências de vida.

Durante o tempo em que fui coordenadora, pude observar que as ações do Programa eram contraditórias ao que era proposto, principalmente, ao fato de não oportunizar aos usuários condições para melhorarem sua qualidade de vida por meio do trabalho, como era apresentado, o que me levou ao interesse em realizar um estudo aprofundado sobre o tema, aqui na capital.

A implementação do Acessuas Trabalho na Região Metropolitana de Natal/RN: entre limites e possibilidades, é o título do único trabalho encontrado sobre a temática, o que comprova que existem poucas pesquisas que tratam sobre o tema. Eis aqui outra motivação em fazer desse Programa meu objeto de estudo.

Existe a necessidade de investigação e análise crítica a respeito desse Programa por ser veículo da Política de Assistência Social em que seu objetivo é sensibilizar seus usuários ao mundo do trabalho, porém, quais os seus resultados para São Luís, no que diz respeito a Cidade Olímpica? A análise investigativa consiste em avaliar não apenas os seus resultados em Cidade Olímpica, mas compreender o cerne de sua existência, de seus objetivos, a que se propõe e que implicações são geradas em seus usuários.

A relevância da pesquisa consiste em investigar o direcionamento da Política Pública de Assistência Social, analisando seus efeitos por meio do Acessuas Trabalho na vida de seus usuários, como também, buscar compreender a intenção daqueles que a formulam e executam. A importância disso se dá em esclarecer o que está sendo ofertado enquanto direito, e tomarmos ciência sobre quais perspectivas os usuários desse programa estão sendo submetidos.

Posso aqui sintetizar e dizer que o valor desse estudo contempla ainda uma reflexão sobre território e pertencimento, sobre o papel do Estado e sobre políticas sociais, sobre trabalho e classes, sobre sociedade, sobre gente, sobre seres humanos. Sobre uma desigualdade social que fere a dignidade de pessoas desprovidas de oportunidades e que são alienadas por um discurso meritocrático burguês.

Para fazer essa investigação, utilizei como método teórico o Materialismo Histórico e Dialético, compreendendo que o ponto de partida para a compreensão da sociedade é determinado em sua totalidade pela maneira de produção dos indivíduos. A compreensão da maneira de produção de acordo com Marx (2011) se dá para além de uma produção para o suprimento das necessidades básicas do ser humano, mas, sobretudo, a forma que ela se expressa, em que condições, de que maneira essa produção é realizada, ou ainda, quais as diferenças implicadas entre os indivíduos e suas relações no processo de produção.

Dessa forma, o Materialismo Histórico e Dialético me permite analisar não só o Acessuas e sua atuação em Cidade Olímpica, mas também todas as discussões realizadas ao longo da pesquisa a partir da realidade, através das relações sociais já existentes, ou seja, através do real, reproduzido pela teoria, a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado.

Para tanto, o Materialismo Histórico e Dialético permite-me criticar a realidade tal qual ela está estabelecida, compreendendo suas origens e intencionalidades dos grupos que a constitui e não apenas aceitá-la tal qual ela é apresentada. Análises críticas serão feitas por meio do método trabalhado, levando em consideração ainda a sua dialética, permitindo-me compreender a problemática apresentada em seu movimento em que cada etapa é transitória e pode ser modificada.

Pesquisar sobre as interfaces do Acessuas Trabalho em Cidade Olímpica por meio do método utilizado, se constitui na teorização da realidade, possibilitando a ela uma transformação através da discussão entre real e teoria. “A teoria é, para Marx, a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa” (PAULO NETTO, 2011, p. 21).

Diante desse contexto, para a compreensão e análise do objeto de estudo, faz-se necessário o desenvolvimento da pesquisa por meio bibliográfico, para este fim utilizei autores como, Marx, Friedrich Engels, Bourdieu, Boaventura Santos, Rogério Haesbaert, Elaine Behring, Carlos Simões, autoras locais como, Renata Rabêlo, Franciângela Soares, entre outros. Além disso, fizeram parte também do acervo que compõe a instrumentalidade desta pesquisa o Caderno de Orientações do Acessuas Trabalho e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) bem como regulamentações, normatizações, leis, etc.

As bibliografias utilizadas foram para contextualizar a pesquisa e trazer embasamento teórico, delineando, inicialmente, toda a história de formação do bairro Cidade Olímpica. Para tanto, foram realizadas entrevistas com pessoas que fizeram parte da formação do bairro, tal como a presidente da Associação dos Moradores que trouxe informações atuais a respeito do território. Essa descrição se fez necessária para conhecer o campo empírico desde a sua

formação até as problemáticas sociais apresentadas na atualidade. Foi extremamente importante esse conhecimento para caracterizar o público atendido pelo Acessuas.

Em um segundo momento é tratado sobre a Política de Assistência Social (PAS) no Brasil, suas origens, sua constituição, a forma com que é aplicada e a que ela se propõe, foi realizada uma revisão bibliográfica e, ainda, uma exposição do CRAS Cidade Olímpica. Após isso, é realizado uma contextualização teórica a respeito da categoria trabalho, trazendo análises feitas a partir da escravidão no Brasil e os reflexos desse período na atualidade. Em seguida, o Acessuas é apresentado, especialmente, no que se refere à sua atuação em Cidade Olímpica, aqui são expostas as falas dos usuários nas quais relatam sobre suas experiências com o Programa e de que forma este tem impactado suas vidas.

Para a construção do terceiro capítulo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais envolvidos com o Programa como: a técnica de referência, a coordenadora do CRAS e a coordenadora municipal do Programa. Entrevistou-se, ainda, usuários que compartilharam suas vivências, especialmente com o Programa Acessuas.

Nas visitas feitas ao CRAS, local onde o Acessuas é executado, realizou-se observação, especialmente, em um dia de atividade do Programa com seus usuários. Por essas características, a pesquisa ora apresentada, se configura como uma pesquisa de campo e predominantemente qualitativa, considerando os resultados construídos, porém, constitui-se também, como quantitativa por utilizar análise de dados percentuais, garantindo assim maior possibilidade de reflexão sobre os resultados.

No processo investigativo, a partir do Materialismo Histórico e Dialético, a observação, a captação de dados, análise documentais, etc., são instrumentos utilizados como técnicas de pesquisa em que o pesquisador deve estar apropriado para concluir sua investigação, a fim de garantir a fidelidade das percepções.

A metodologia, assim como o tipo estabelecido, tanto quanto as abordagens e ferramentas utilizadas para a realização da pesquisa foram imprescindíveis para os resultados obtidos. Portanto, reunindo todas essas premissas e aspectos a serem considerados quanto ao conhecimento a respeito do Acessuas, em especial na Cidade Olímpica, a correlação das informações e sua conclusão estão para o desenvolvimento do entendimento sobre o tema, vislumbrando novos caminhos de aperfeiçoamento.

A exposição da pesquisa se apresenta em três capítulos, o primeiro refere-se a caracterização do campo empírico. Cidade Olímpica, antes de se tornar bairro, passou por um processo de territorialização, que é dividido em dois momentos: o primeiro, marcado por

interesses políticos partidários e o segundo, por interesses políticos sociais em que os ocupantes lutaram pelo direito à moradia.

Ambos os momentos são descritos com detalhes, a fim de fazer valer uma reflexão acerca do espaço e de seu valor de troca, e sobre a participação política direta. A relação entre essas reflexões e o Acessuas está na identificação do território em periférico, vulnerável, local onde há carência de atenção do poder público em relação a outras políticas públicas para além da assistência social, o que justifica a presença do CRAS e do Acessuas. Tais definições contemplam a conclusão da caracterização do campo.

No segundo capítulo é tratado a Política Pública de Assistência Social. Por ser uma política executada pelo Estado, foi realizada uma explanação sobre a sua institucionalização segundo os contratualistas, sendo relacionada com a atual Política de Assistência Social. É feita ainda uma análise crítica a respeito dessa política e do Estado enquanto instrumentos para a manutenção da desigualdade social. Ainda neste capítulo o CRAS Cidade Olímpica é caracterizado, o que se torna importante para entender por onde o Acessuas é executado e de que maneira os usuários acessam o Programa.

No terceiro e último capítulo, o Acessuas Trabalho é descrito em sua íntegra. Para trazer um embasamento teórico, aqui foi apresentado um breve percurso histórico sobre a categoria trabalho no Brasil, como se instituiu e quais influências o brasileiro carrega a respeito da constituição do trabalho. É feito, ainda, uma exposição sobre a atuação do Acessuas Trabalho em Cidade Olímpica, bem como o desenvolvimento de suas atividades. A apresentação da fala dos usuários é realizada, mostrando quais as interferências do Programa em suas vidas e, principalmente, se tem trazido mudanças quanto a sua condição social.

Por fim, no decorrer da pesquisa, foi constatado que novas estratégias de atuação do Programa estão sendo desenvolvidas não somente na Cidade Olímpica, mas em toda São Luís. Tais novidades também são apresentadas de forma crítica a fim de proporcionar uma atualização sobre o que está acontecendo e, quem sabe, se tornar objeto de estudo de outras pesquisas. Em seguida, essa exposição se finda com as considerações finais em que um apanhado de reflexões de cada capítulo é realizado e onde as indagações a respeito do objeto são reforçadas.

1 O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO EM CIDADE OLÍMPICA

A questão da territorialidade se faz necessária aqui com a finalidade de apresentar a maneira com que o bairro Cidade Olímpica foi constituído, visto que este se estabelece como campo empírico deste trabalho. Tal bairro foi escolhido levando em consideração as ações do Programa realizadas no território que, segundo informações colhidas junto à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social (SEMCAS), se destacam em São Luís.

Não se pode pensar em território apenas como um espaço geográfico, é necessário que sejam considerados os aspectos que o estabelecem enquanto território, e quais suas representações para o(s) grupo(s) que o(s) envolve(m). Um mesmo espaço geralmente possui significados diferentes para indivíduos diferentes. Será visto, no decorrer deste capítulo, que a área onde se torna Cidade Olímpica possui importância distinta para cada um dos grupos envolvidos no processo de territorialização.

A mesma linha de raciocínio é válida para o pesquisador, Haesbaert (2007) ao apregoar que a perspectiva teórica adotada irá depender da posição filosófica utilizada por quem está pesquisando que, aqui, é chamada de método.

Assim, um marxista, dentro do materialismo histórico e dialético, poderá defender uma noção de território que: I) privilegia sua dimensão material, sobretudo no sentido econômico; II) aparece contextualizada historicamente; e III) define-se a partir das relações sociais nas quais se encontra inserido, ou seja, tem um sentido claramente relacional (HAESBAERT, 2007, p. 41).

Considerando que o método utilizado é o materialismo histórico e dialético de Marx, o território Cidade Olímpica, neste capítulo, se contextualizará, levando em conta o aspecto econômico, de valor de troca, bem como as relações sociais estabelecidas durante o processo de territorialização.

Haesbaert (2007) ainda agrupa as concepções de território em três vertentes: política, cultural e econômica. Na vertente política, o território é visto como “um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder” (ibidem, p. 40). Na vertente cultural, ele é visto como “o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (ibidem, p. 40). E por último, na vertente econômica, o território é “ênfatizado na dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recurso” (ibidem, p. 40). Neste capítulo estas vertentes serão relacionadas com o processo de territorialização da Cidade Olímpica.

Será relatado como ocorreu a construção social do espaço em Cidade Olímpica, que inclui: os dois momentos do processo de territorialização e, qual a situação atual no bairro, suas

problemáticas e principais vulnerabilidades que por sua vez, justificam a presença do CRAS enquanto Política de Assistência Social no território, sendo esse órgão o local onde o Programa Acessuas Trabalho é executado.

1.1 A territorialidade e os precedentes do processo de territorialização em Cidade Olímpica

Cidade Olímpica nasceu, a priori, a partir de interesses políticos partidários motivados por sujeitos que, se valendo da problemática falta de habitação em São Luís na década de 90, especialmente, iniciaram uma mobilização para ocupação de uma determinada área, a fim de se beneficiarem politicamente com a necessidade de moradia de outras pessoas. O segundo momento é estabelecido quando os sujeitos que conduziram o primeiro, saem de cena, dando vez a outros que possuem como motivação, também, a moradia, porém, considerando a sua necessidade pessoal e não por motivações político-partidárias.

Desta forma, para que melhor se compreenda a significância do Acessuas Trabalho aos seus usuários residentes em Cidade Olímpica, é importante pensar como Haesbaert (2007). O autor não trata a territorialidade de forma isolada, pelo contrário, essa categoria está intrinsecamente ligada às relações sociais existente.

A começar pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade, sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” (HAESBAERT, 2007, p. 20).

Relatar sobre a constituição de Cidade Olímpica é definir os usuários do Acessuas Trabalho quanto a sua origem, além de avaliar se há ou não influências do processo de territorialização do bairro não apenas na vida dos usuários do Programa, mas também na de quem o desenvolve no território.

A importância de tratar aqui a questão territorialidade de Cidade Olímpica se implica ainda em analisar sua construção, os fatores e sujeitos que o estabeleceram enquanto bairro para que seja definido com maior propriedade os usuários do Acessuas Trabalho, bem como a operacionalização do Programa.

Lefebvre (2006) acredita que a partir da materialidade incontestável do espaço é que se busca conteúdos mais profundos da realidade social em descoberta dos sujeitos e de suas obras. Tal materialidade é usada para análise da realidade social, o que permite a identificação do movimento das relações sociais. Para tanto, se faz relevante a análise do processo de

territorialização em Cidade Olímpica, visto que, a materialização do espaço permite que seja compreendida, com mais qualidade, a realidade nesse território, especialmente.

Em 1996, ao mesmo tempo em que no mês de julho, atletas do mundo inteiro por meio do esporte, esforçavam-se para ganhar medalhas nas Olimpíadas de Atlanta, cerca 5.000 famílias na capital maranhense estavam sendo mobilizadas para conquista de um pedaço de terra para morar.

Morar constitui uma necessidade básica dos seres humanos. A moradia é consagrada como direito fundamental pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, faz parte, também, do rol dos direitos sociais constados no Art. 6º da Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988. “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (CF, 1988. Art. 6).

Para Lopes (2014), moradia é definida como direito, na perspectiva de implicar aos seres humanos, um ambiente em que possam desenvolver-se socialmente e que dificilmente sobreviveriam sem um abrigo.

O direito a uma moradia salubre configura uma das necessidades básicas do ser humano. Para que o indivíduo desenvolva suas capacidades e até mesmo se integre socialmente, é fundamental possuir uma morada com condições mínimas de habitabilidade. Trata-se de questão relacionada à própria existência, pois, dificilmente alguém conseguiria viver por muito tempo às intempéries naturais, sem qualquer abrigo (LOPES, 2014, p. 62).

Mesmo sendo considerada um direito fundamental, a moradia para se estabelecer, precisa de um espaço físico geográfico, um território. Segundo Lefebvre (2006), o espaço é um produto social, constituindo-se em um conjunto de relações. “O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então como ‘produtos’, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer” (ibidem, p. 5).

Na sociedade capitalista, o território também é determinado como uma mercadoria, em que o valor de troca é sobressaído pelo valor de uso, isso porque, segundo Lefebvre (2006), as relações inerentes ao território estão relacionadas ao modo de produção, nesse caso, capitalista.

[...] O espaço entra nas forças produtivas, na divisão do trabalho, ele tem relações com a propriedade [...] com as trocas, com as instituições, a cultura, o saber. Ele se vende, se compra, ele tem valor de troca e valor de uso. Assim sendo, ele não se situa a tal ou tais ‘níveis’, ‘planos’ classicamente distinguidos e hierarquizados. Ora no trabalho, ora nas relações de dominação (de propriedade), ora no funcionamento das superestruturas (instituições). Portanto, desigualmente, mas por toda a parte. (LEFEBVRE, 2006, p. 5).

Harvey (2009) complementa a fala de Lefebvre (2006) ao apontar que, o desenvolvimento desigual geográfico e a reorganização do espaço, são predominantes para a acumulação capitalista e para o capitalismo como sistema econômico. Nesse sentido, o quesito territorialidade está diretamente relacionado ao capitalismo.

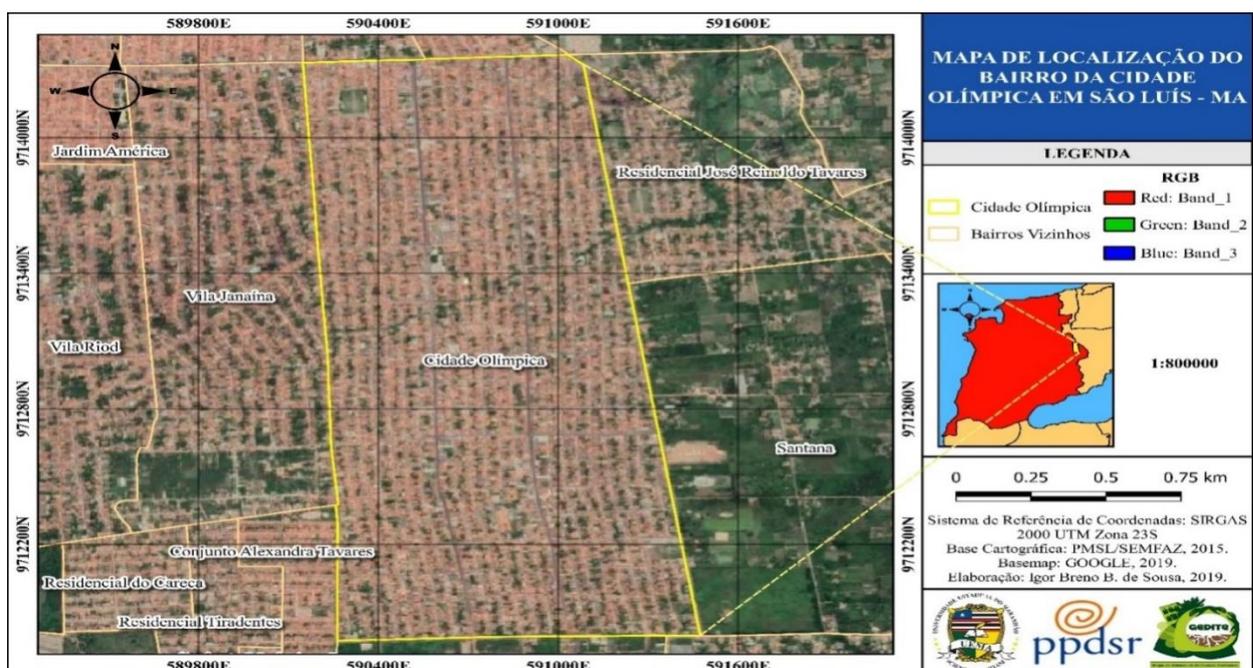
A acumulação do capital sempre foi uma questão profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes à expressão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito tempo teria cessado de funcionar como sistema econômico político (HARVEY, 2009, p. 40).

A ocupação ocorrida no território onde se tornaria Cidade Olímpica, foi com o objetivo de buscar o direito à moradia. Tal direito é concedido devido a desigualdade existente no país, sendo esta, resultado do modo de produção existente. É no ano de 1996 que inicia a saga da ocupação do que viria ser o bairro Cidade Olímpica (CO), nome recebido devido ao evento mundial ocorrido naquele ano.

O território onde atualmente se situa o bairro CO pertencera ao Grupo Edson Queiroz, procedente do Ceará, proprietários da empresa Gás Butano. A família Queiroz foi e ainda é uma das mais abastadas do Estado do Ceará. Foi pioneira no fornecimento do gás de cozinha em forma de botijão em 1951, cujos vasilhames eram importados dos Estados Unidos. Nos anos 80 e 90 expandiu os negócios para a região Nordeste e posteriormente para todo o país.

A Figura 1 indica a localização da Cidade Olímpica em São Luís - MA.

Figura 1: Mapa de localização da Cidade Olímpica.



Fonte: Sousa (2019).

Sobre a concepção de território, segundo Haesbaert (2007), pode ser determinado em duas formas, a primeira sendo considerada como território político, caracterizada pela demarcação de fronteiras, estabelecendo limites entre um espaço e outro e, a segunda, como território simbólico, ou seja, está relacionado com o aspecto cultural, em que o espaço se torna referência para a construção de identidades.

Nesse sentido, para cada um dos personagens que compõem o processo de territorialização da CO, há uma ideia de território para aquele espaço. Para os proprietários da área, a concepção era política, já para os ocupantes, era simbólica, pois aquele espaço era muito mais que um terreno, mas um lugar onde poderiam construir suas vidas.

O cenário político brasileiro em 1996, ano que iniciou o processo de territorialização em Cidade Olímpica era composto por Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República, Roseana Sarney como governadora do Estado do Maranhão e Conceição Andrade era a prefeita de São Luís. Cumpre salientar que, nesse mesmo ano, ocorreram eleições para prefeito e vereador. A ocupação em CO, em seu primeiro momento, está relacionada também as estratégias político-partidárias e não exclusivamente com a luta de classes, resistência e garantia de direitos, sobretudo, à moradia.

Duas autoras, Soares e Rabêlo, contam de forma distinta como ocorreu a ocupação, principalmente sobre como iniciou. Soares (2008), aborda a constituição da CO tomando por base os noticiários da época por meio dos jornais O Estado do Maranhão e O Imparcial, utiliza, ainda, relatos dos ocupantes que foram integrantes da comissão que efetivou a posse da terra a eles. Rabêlo (2012), por sua vez, também utiliza em sua maioria as mesmas fontes para relatar como a Cidade Olímpica foi constituída, mas destaca a fala dos ocupantes, dando voz a eles.

Ambas as autoras, ao descreverem sobre a ocupação da Cidade Olímpica, citam, em determinados momentos, as mesmas pessoas que tiveram relevância durante tal processo. Dentre essas pessoas, destaca-se o Sr. José Cândido da Silva, conhecido como “Gordo” e Marcos Antônio Silva do Nascimento, conhecido como Marcos Silva. Estes dois, apesar de terem sido citados pelas autoras, não foram fonte de pesquisa para elas, mesmo o Gordo, sendo apontado como líder da primeira ocupação, e Marcos Silva, como um dos apoiadores ao movimento na segunda ocupação.

Marcos Silva, por ter sido meu colega de classe neste mestrado, foi a minha primeira fonte direta a relatar sobre o evento. Por intermédio dele, cheguei até Maria José e por ela, ao Gordo, cuja fala foi primordial para o diferencial dos resultados desta pesquisa.

Maria José, por sua vez, não aparece nas bibliografias lidas sobre a temática, contudo, ela fez parte, juntamente com o Gordo, do primeiro momento da ocupação e, portanto, sua fala

também foi extremamente importante para compreensão e análise, sobretudo, de como iniciou o primeiro momento do processo de territorialização da Cidade Olímpica.

“A ocupação da Cidade Olímpica, assim como tantas outras ocupações, surgiu devido a existência de um drama vivido e compartilhado por diversas pessoas: a falta de moradia” (SOARES, 2008, p. 30). Rabêlo (2012) compartilha do mesmo pensamento:

[...] No tocante às décadas mais recentes, havia indicadores de gravidade do avanço das desigualdades socioeconômicas; o quadro reproduzido em várias cidades latino-americanas era de indivíduos sem acesso à habitação, ao saneamento, à água potável, ao alimento (VICENTINO, 1997 apud RABÊLO 2012, p. 68).

De certo que, a falta de moradia ainda é uma necessidade social até hoje. Contudo, naquele momento se expressava mais, devido ao processo de urbanização das cidades, sendo tal necessidade propulsora de ocupações como a que ocorreu em CO. Como efeito do êxodo rural e da industrialização na capital maranhense, marcada principalmente pela implantação da Companhia Vale do Rio Doce e ALUMAR na década de 70, um inchaço populacional na cidade foi ocasionado, proporcionando o favorecimento das ocupações “irregulares”.

Lefebvre (2001) aponta que a questão urbana está associada à industrialização, segundo o autor:

Para apresentar e expor a “problemática urbana”, impõe-se um ponto de partida: o processo de industrialização. Sem possibilidade de contestação, esse processo é, há um século e meio, o motor das transformações na sociedade [...]. A industrialização caracteriza a sociedade moderna [...]. A industrialização fornece o ponto de partida da reflexão sobre nossa época. (LAFEBVRE, 2001, p. 11)

De acordo com Lefebvre (2001) as cidades resultam de um processo determinado em três aspectos: “industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social” (ibidem, p. 16). Para esse autor, a cidade é usada para “festas que consomem improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro” (ibidem, p. 12). Ou seja, compreende-se que para o autor, as cidades nos aspectos os quais ele cita são supérfluas, por isso a comparação com “festas”.

São Luís, no aspecto industrialização e urbanização, citado por Lefebvre (2001), ocorreu devido ao êxodo rural no Maranhão, na década de 70, objetivava emprego nas grandes empresas que chegavam na capital e, também, melhores condições de vida. Tal fenômeno provocou um aumento número de pessoas em São Luís, o que ocasionou um inchaço populacional. A cidade não comportava a quantidade de gente, estando elas morando de aluguel, outras vivendo aglomeradas com familiares.

É no cenário de crescimento populacional de São Luís que se desenvolve mais de 15 ocupações no município desde 1960 aos anos 1990, sendo Cidade Olímpica a mais expressiva delas, considerando o tamanho da área ocupada, cerca de 1.416 hectares e a quantidade de ocupantes, entre 6.000 e 10.000 pessoas (RABÊLO, 2012).

Vale destacar que a problemática ausência de moradia não era exclusiva apenas em São Luís, ademais, a nível nacional, tal questão também era manifesta em decorrência ao inchaço populacional nas capitais proporcionada pelo êxodo rural. O governo, por sua vez, após pressões populares para que resolvesse a questão, cria estratégias que propunham amenizar a situação.

É possível dizer que as imposições feitas por meio da população surgiram em decorrência da Ditadura Militar na década de 60. A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, reconhece que a consolidação do Estado Democrático de Direito, após o período ditatorial, teve como motor principal a adoção das pautas reivindicadas pelos diversos movimentos sociais e que tais movimentos têm direcionado tanto as políticas públicas quanto a reorganização das estruturas do Estado Brasileiro (BRASIL, 2013).

Como iniciativa do governo, na criação de ferramentas para solucionar a falta de habitação, destaca-se a implantação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Desta feita, o BNH surgiu mediante a Lei nº 4.380/1964 com o fulcro de promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda, o que ocorreu pela articulação entre os setores público e privado, para o que valeram recursos da poupança compulsória (FGTS, de 1966) e voluntária, como as cadernetas de poupança e letras imobiliárias (CARVALHO, 2010 apud RABÊLO, 2012, p. 54).

Rabêlo (2012) constata que a política do BNH, tampouco outros programas que surgiram posteriormente, não foram capazes de suprir a emergência habitacional apresentada pela sociedade. Isso porque o Estado tem o hábito de criar planos, programas, projetos que tem por finalidade diminuir as mazelas causadas pelo capitalismo e não de findá-las.

A fim de amenizar a problemática ausência de habitação a nível local, nos anos de 1972, conjuntos habitacionais são construídos em São Luís, entre eles: Cohab, Cohatrac, Cohama, Cohapam, Cohajap, Cohafuma, Vinhais, Bequimão e Angelim. Vale destacar que tais conjuntos financiados pelo BNH e pela Caixa Econômica Federal (CEF) não contemplavam os indivíduos sem renda, pois o financiamento era concedido às pessoas que recebiam a partir de um salário mínimo com teto de três salários. Vasconcelos (2014) diz que após a reformulação do Plano

Nacional de Habitação Popular (PLANHAP)² houve uma mudança no teto de três para cinco salários mínimos, o que resultou na mudança do perfil do público “beneficiado” pelo financiamento.

Tais conjuntos também não resolveram o quesito falta de moradia e os indivíduos do campo continuaram a chegar na cidade. São Luís, segundo Rabêlo (2012), passou a concentrar atividades econômicas mais atrativas que a vida no campo, pois os que chegavam na capital, tinham o ideário que a vida na cidade lhes proporcionaria melhores condições de emprego, moradia, saúde e educação.

Em virtude do crescimento populacional, torna-se comum o surgimento de ocupações, conhecidas popularmente como “invasões”, problema este que cresce na medida que a urbanização evolui. Os sem-teto, como aqui serão chamados os ocupantes na busca pela moradia, têm-se articulado coletivamente com a finalidade de garantir um dos direitos básicos: a habitação.

Sobre as ocupações em São Luís, Costa (2009) diz:

Com a chegada da década de 1990 observam-se características de descontrole no processo das ocupações habitacionais clandestinas no que tange o momento de implantações das populações, pois estando as áreas tradicionalmente centrais da cidade saturadas, a única alternativa para os sem-teto era continuar invadindo paulatinamente as periferias a ponto de adentrar a terras situadas além das fronteiras da capital, terras muitas vezes de propriedade privada o que ocasionaram muitos conflitos, na maioria armados, onde as partes mais fracas, os ocupantes, geralmente sofriam até conseguirem se instalar. De 1994 a 2000 inúmeras novas ocupações foram criadas, marcando um período de luta e resistência. (COSTA, 2009, p. 74).

Rabêlo (2012) elenca, entre os anos 1960 e 1990, nove bairros em São Luís que foram formados a partir de ocupações, dentre eles destaca-se, Santa Cruz com 2.000 famílias no início da ocupação, Coroadinho com 3.000 famílias e Vila Palmeira totalizando 4.000 famílias.

Cada ocupação possui sua periodicidade, seu contexto social, econômico e político, possui sua história. O bairro Cidade Olímpica nasce a partir de uma ocupação na década de 1990, período este em que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) emerge no campo e na cidade, os movimentos sociais e sindicais ganham forças, sobretudo para solucionar o déficit habitacional que se estimava em torno de 100.000 moradias (DINIZ, 2007 apud RABÊLO, 2012).

O processo de ocupação em CO, sem dúvida perpassa pelo viés da luta, resistência e movimentos sociais, entretanto, não foi sempre dessa forma. Na verdade, não há como afirmar

² Trata-se de um plano publicado em 2010 pelo Ministério das Cidades cujo objetivo é universalizar o acesso à moradia aos brasileiros. Este plano possui vigência até 2023, tendo como estratégia revisões a cada ciclo governamental (2011, 2015 e 2019).

como se deu o início da constituição da Cidade Olímpica, pois existem mais de uma versão sobre esse processo inicial, todavia, é possível afirmar que a construção social espacial do bairro se deu em dois momentos, e o primeiro deles é caracterizado especialmente por interesses políticos.

1.2 O primeiro momento do processo de territorialização da Cidade Olímpica

Inicia-se esta narrativa trazendo relatos do Gordo, apresentado pela mídia e pelos moradores da CO como o líder do primeiro momento da ocupação. Gordo relata ter sido o primeiro comerciante da Cidade Operária (bairro vizinho da Cidade Olímpica). Seu comércio era um barracão de madeira e se chamava “O Comércio do Gordo”. Certa vez, segundo o comerciante, uma senhora pediu que ele cedesse um pedaço do seu barracão para que ela vendesse algumas verduras, ele concedeu. Após esse episódio, outras pessoas também fizeram a mesma solicitação e desta forma a feira da Cidade Operária foi sendo formada. Gordo complementa:

Quando já tinha 1.000 pessoas vendendo, não tinha mais condição de movimentar, não tinha higiene, não tinha segurança. Nisso, se começou a perder um pouco da situação. Como um parente da minha esposa, Evandro Bessa, era secretário do Cafeteira, ele articulou uma conversa com o governador para eu pedir pra ele construir a feira pra gente. O governador disse:

- Gordo, quantas pessoas tem aqui?

- Aqui tem umas mil e poucas pessoas vendendo

- Como eu posso ajudar?

-Construindo uma feira nova pra nós, feira digna para que a gente possa trabalhar.

O governador sugeriu a Gordo que criasse uma associação incluindo feirantes e comerciantes da Cidade Operária. Segundo Gordo, assim foi feito, criou-se a Associação dos Comerciantes e Feirantes da Cidade Operária e a feira foi construída. Estes acontecimentos ocorreram entre os anos 1994 e 1995. Apesar dos feitos, os feirantes residiam dentro do box da feira por não terem um lugar para morar. Gordo relata:

Assim começamos. A feira foi construída e colocado o povo todo lá, mas o povo não tinha onde morar e estavam morando dentro dos boxes. Quando eu vi pensei que aquilo ali não tinha condições, estava do mesmo jeito de quando estavam do lado de fora. De frente a feira, tinha aquela área ali que tinha o quartel, eu coloquei parte do pessoal naquela parte, uns 326 feirantes. O pessoal da feira foram(sic) crescendo, não tinha mais onde guardar mercadoria. Eu fiz a relação do pessoal, foi o tempo também que a COHAB começou a despejar as pessoas das casas do conjunto para poder botar o pessoal que era cadastrado pela COHAB, inclusive já tinha muita gente pagando.

Gordo comenta, ainda, que as pessoas que iam sendo despejadas da COHAB (Companhia de Habitação Popular do Maranhão)³ procuravam a associação, local onde era feita uma relação das pessoas que não tinham casa. Afirma:

[...] Era gente do Jardim América, Jardim da Palmeiras, Pirapemas. É certo que teve uma época que era gente demais, inchou demais que não tinha para onde apelar. Eu tinha 1.300 pessoas relacionadas sem moradia. Nos reunimos e eu disse “gente, é o seguinte, vocês estão me pressionando e eu não sou governo, mas sou amigo dos governos. Então eu vou fazer uma pesquisa sobre essa área que fica naquele meio desocupada cheia de mato.

A área desocupada, cheia de mato a qual Gordo se refere diz respeito ao terreno pertencente à família Queiroz. Segundo o comerciante, o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (INTERMA), informou a ele que a área pertencia ao Estado. Diante de tal informação, Gordo afirma: Nisso eu juntei o pessoal, umas 1.300 pessoas pra gente invadir a área, consegui quatro caminhões e dois ônibus, pra descarregar tudo dentro da área.

É possível notar que até o momento, de acordo com o relato do Sr. José Candido- o Gordo - não houve envolvimento político, a não ser para a construção da feira. Gordo conta, ainda, que para organizar todo o trabalho que estava sendo desenvolvido com a ocupação, foi criado um grupo em que ele denomina de coordenação. Gordo comenta:

Eu convidei dona Maria José, seu Manel, são pessoas amigas. Convidei eles para fazerem parte da nossa coordenação. Formamos um grupo, eu, ela, o irmão dela, a esposa do irmão dela, seu Manel, seu esposo, a Socorro irmã dela que é mãe do Marcos Silva e agente entrou lá na área e começamos a fazer o trabalho lá.

Identifica-se de maneira significativa a existência de dois grupos no processo de ocupação da Cidade Olímpica, o que faz com que a ocupação seja dividida em dois momentos. O primeiro grupo, citado acima, é de fato o grupo que iniciou a ocupação (refiro-me especialmente ao Gordo e Maria José), posteriormente, o segundo grupo foi formado pelos ocupantes juntamente com o apoio dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda, contrapondo-se ao primeiro na condução do processo de territorialização.

Há uma divergência entre Gordo e Maria José sobre a origem do primeiro grupo. Maria José apresenta a sua versão da seguinte forma:

Eu digo nós porque nós criamos um grupo chamado Amigo dos Bairros, aqui mesmo nessa casa, nós criamos esse grupo. Aí nós convidamos o Gordo, convidamos o Gordo porque era ele quem conhecia os políticos na época, que a gente precisava né, do apoio dos políticos. Só que a luta foi muito grande e os políticos não ajudaram a gente.

³ Segundo Gordo, esse despejo refere-se a expulsão das pessoas sem moradia que ocuparam as casas de conjunto construídas pela COHAB. Logo, a Companhia já havia realizado o cadastro dos futuros moradores que inclusive já estavam pagando pela casa.

Segundo Maria José, ela viu a necessidade de moradia das pessoas e sabia da existência de um terreno que não estava sendo utilizado e, decidiu organizar a ocupação e criar o bairro Cidade Olímpica. Como podemos notar no relato abaixo:

Ela foi criada, a Cidade Olímpica, pela necessidade que as pessoas tinham de moradia. Eu comecei a trabalhar com vendas né? E as pessoas, muita gente não me pagava porque estava pagando aluguel e eu tinha chegado a pouco tempo aqui. Ai eu comecei a levantar o histórico dessas pessoas que não tinha como elas fazerem inscrição em lugar nenhum porque a maioria era empregada doméstica e não tinha carteira assinada e não comprovava renda e as pessoas que não tinha como ela comprovar renda, ela não tinha oportunidade de participar de nenhuma inscrição pra moradia. Porque por mais que existia aquela antiga COHAB, mas só fazia inscrição de quem tinha uma renda comprovada, na época né?! Então pra quebrar isso aí foi que a gente criou a Cidade Olímpica. Nós achamos esse terreno muito grande que estava ocioso, lá dentro só tinha o que não presta, lá dentro tinha roça de maconha, tinha caveira de gente, tinha carro depenado, até televisão as pessoas acharam lá dentro, porque era mesmo um local de desova de tudo que não prestava, aí nós resolvemos criar esse bairro.

Maria José afirma que o nome Cidade Olímpica foi de sua autoria, sobre a criação do nome do bairro, ela declara:

Então, quando a gente foi pra lá, a gente achou assim, que a luta realmente ia ser muito grande e foi na época dos jogos olímpicos, aí eu mesma coloquei esse nome, Cidade Olímpica, por conta dos jogos. Eu disse: quem ganhar um terreno aqui, se a gente conseguir conquistar essa terra pro povo, a gente vai botar esse nome, Cidade Olímpica. Aí a luta foi muito grande, mas a gente conseguiu.

Ainda sobre a criação do nome do bairro, Maria José relata que durante a ocupação houve um batismo para simbolizar a ocupação do espaço. Um padre foi convidado para realizar a cerimônia: “Nós batizamos o bairro com esse nome, Cidade Olímpica, no dia do batizado nós levamos o Pe. Antônio”, como ilustra a Figura 2, que mostra a coordenação da ocupação juntamente com o padre em cima do caminhão e os ocupantes no chão.

Figura 2: Batismo do nome do bairro.



Fonte: Silva (1996a).

Maria José havia chegado recentemente em São Luís vinda de Curitiba, onde organizou uma ocupação em que obteve sucesso. Seu retorno à capital maranhense se deve a motivos pessoais, sem entrar em detalhes, ela relata apenas que seu esposo estava doente.

Valendo de sua experiência em Curitiba, intencionou realizar a organização da mesma forma na construção da Cidade Olímpica. Ela conta que havia elaborado um projeto de estruturação do bairro, não era apenas ocupar a terra. Segundo Maria José: “Era um grandioso projeto justamente pra acabar com essas invasões desorganizadas que já tinham aqui no Maranhão e em todo o país”.

No projeto, incluía a divisão dos lotes para as casas em 10m x 20m, avenidas com 6 metros de largura, construção de praças, postos de saúde, escolas, delegacias e, ainda, locais destinados a empresas como Armazém Paraíba, Butano e linhas de ônibus.

Seu interesse era apresentar esse projeto a Roseana Sarney, governadora naquele período, para que ela desse apoio na construção do bairro. Partiu de Maria José a iniciativa de envolver políticos na ocupação, inclusive de lançar o Gordo a vereador, segundo ela, com a finalidade de colocar em prática seu projeto.

Conforme Maria José:

A função do Gordo era buscar apoio político. Ele já tinha feito uma invasão na feira lá na Cidade Operária e eu e meu marido chamamos ele porque eu e meu marido já tínhamos feito esse trabalho em Curitiba. Nós deixamos lá, uma cidade prontinha e o mesmo a gente queria fazer aqui. Aí ele aceitou, nós conversamos que queríamos que ele fosse candidato a vereador, que a gente ia eleger ele e assim teríamos mais força

dentro do bairro. Só que deu tudo errado porque veio a perseguição dos outros que viram que a ideia era muito boa e aí misturou tudo.

Quando ela diz que “deu errado porque veio a perseguição dos outros”, ela está se referindo ao outro grupo que, posteriormente, tomou a frente da ocupação opondo-se ao grupo dela. Porém, antes de dar continuidade à fala sobre os grupos, gostaria de pontuar que na fala da Maria José, é possível analisar uma certa “frustração”, não apenas em perder a vez em dar prosseguimento com seu projeto para o outro grupo, mas também, pelo fato da Roseana Sarney não ter dado atenção ao projeto apresentado.

Maria José expõe:

A gente achava que na hora que a governadora visse o projeto ela ia dar apoio, que pra ela ia ser muito bom politicamente. Nosso projeto era pra ela fazer, quando pagasse lá, ia fazer um trabalho e dá a escritura pública pra todo mundo, como agora que o governador Flavio Dino tá dando. Era pra ela fazer isso, mas ela não quis saber da gente, nem de projeto nem de nada.

Pedro Fernandes era candidato a prefeito e nós demos apoio pra ele, nós escolhemos ele pra fazer essa negociação política. Nós que chamamos ele, pedimos pra ele dar apoio pra Cidade Olímpica que nós íamos dar apoio pra ele como prefeito de São Luís, só que ele também não teve apoio da Roseana, ela enganou ele também.

Os relatos de Maria José demonstram que ela foi a mentora da formação do bairro Cidade Olímpica e que seu projeto não progrediu. Segundo ela, o insucesso se deu por dois motivos: a ausência do apoio político de quem ela desejava, e devido a oposição ao seu grupo, formado a partir de uma nova comissão.

Entretanto, houve outros acontecimentos que dificultaram o progresso do projeto do primeiro grupo. Destaca-se um fato que teve expressiva repercussão, que foi a cobrança de uma taxa no valor de R\$ 2,00 para cadastro das famílias, juntamente com apresentação de título de eleitor comprovando voto em São Luís, “[...] o valor era cobrado por lote num total de 25.000 lotes, esse dinheiro seria para cadastrar os lotes de terra para o assentamento das famílias” (SOARES, 2008, p. 30).

A situação apresentada dá a entender que o primeiro grupo de organizadores se valia da situação de vulnerabilidade dos sem-teto, a fim de interesses próprios, que seriam ganho de dinheiro por meio da taxa cobrada e conquista da eleição do Gordo para cargo de vereador.

João Batista Lira Neto (apud RABÊLO, 2012, p. 74), enquanto sem teto, atualmente, morador da Cidade Olímpica diz: “[...] o Gordo era candidato a vereador, tinha dois objetivos: primeiro angariar dinheiro, é tanto que para cadastro aqui pagava-se R\$ 2,00 e tinha que ter título de eleitor aqui em São Luís[...]”.

Maria José, que fazia parte da coordenação do primeiro grupo, explica que tal taxa servia para pagar as máquinas que roçavam o mato que existia no terreno, além da agilidade,

essas máquinas ainda protegiam as pessoas de serem atacadas pelas cobras que existiam no local. Maria José relata:

Quem inventou essa taxa de R\$ 2,00 não foi nem ele, foi a dona Graça Frazão que mora bem aqui na rua, porque lá tinha muita cobra e as pessoas limpavam o mato no facão e as pessoas com medo das cobras. A sugestão dela foi que a gente fizesse uma vaquinha pra pagar máquinas pra abrir as ruas, aí todo mundo aceitou, não foi o Gordo, só que como era nós que estávamos na frente, as pessoas disseram que foi ele, porque quem alugava a máquina era ele e quem tinha que pagar era ele. O povo fazia a inscrição, arrecadava esses 2 reais e dava pra ele.

Gordo se defende das acusações que sofreu na época e ainda relata que tal situação trouxe constrangimento para sua família:

Eu me sinto a pessoa mais injustiçada na face da terra, depois esse pessoal bateu em cima com esse assunto dos R\$ 2,00 que eu cobrava esses R\$ 2,00, coisa que não fui eu que inventei porque eu tinha condições de bancar minhas máquinas. Eu tinha dois tratores trabalhando ali por minha conta, na época eu paguei 54.000 reais de máquina [...]. Eu vendi meu comércio para pagar aquelas máquinas. A minha filha estava sofrendo na escola porque todo mundo ficava dizendo que eu cobrava R\$ 2,00 do povo, isso até hoje dói no meu peito porque eu nunca fiz isso.

Rabêlo (2012) descreve o primeiro momento da constituição da Cidade Olímpica como sendo de interesse político, com o objetivo de eleger o Sr. José Cândido a vereador. Vale pontuar que, na fala do Gordo, o mesmo, em nenhum momento, verbalizou interesse em tornar-se vereador, tal observação é comprovada pela fala de Maria José mostrando que partiu dela a ideia da candidatura do comerciante. Observa-se ainda o desânimo por não ter recebido o apoio que esperava. De acordo com Maria José:

Na época fomos nós que quisemos que ele fosse candidato justamente pela necessidade que nós tínhamos de ter um representante. Ele não era candidato antes. Nós não ganhamos a eleição porque nós não achamos ninguém que desse apoio pra gente, fomos atrás do Sr. João Alberto e da Roseana mas eles não deram a mínima pra nós.

O primeiro momento do processo de territorialização da Cidade Olímpica é caracterizado por interesses políticos partidários. Embora o Gordo, inicialmente, não tenha demonstrado interesse em candidatar-se a vereador, essa vontade, aparentemente, surgiu após motivação de Maria José, fazendo com que ele se candidatasse ao cargo político.

1.2.1 A ocupação realizada pelo primeiro grupo

Após todo um planejamento, é chegado o momento da ocupação do território. Havia pessoas chegando de várias localidades. A origem dos ocupantes era de pessoas que moravam em torno da atual Cidade Olímpica: Cidade Operária, Jardim América, Janaina, Santa Efigênia,

entre outros. Contudo, por meio destes, a notícia foi se espalhando e convites aos familiares residentes no interior do Estado foram feitos para que viessem à São Luís pleitear por um lote.

Há relatos de moradores que não havia critérios por parte dos organizadores da ocupação, nesse primeiro momento, quanto a distribuição dos lotes. Rabêlo (2012) por meio de entrevista feita a moradores da CO, relata que a distribuição dos lotes não era feita de maneira justa, e que o acesso aos lotes na organização do Gordo era muito difícil.

Gordo e Maria José não relatam de que forma a distribuição dos lotes era feita. O que Maria José fala a respeito do assunto, é que havia uma comissão que media os lotes e que estes eram entregues conforme o cadastro. Ela complementa dizendo, “[...] nós ficamos foi 45 dias lá só fazendo isso, abrindo rua e entregando lote”.

A ocupação organizada pelo primeiro grupo ocorreu no dia 23 de julho de 1996 e, mesmo após já estarem na propriedade com toda a movimentação de máquinas para abertura das ruas, divisão dos lotes, cadastro dos sem-teto, os planos do primeiro grupo não progrediram.

Marcos Silva, referindo-se ao primeiro grupo, ironicamente comenta: “lá pelo dia 20, 23 de julho eles ocuparam e colocaram o povo lá dentro, estava uma maravilha, todo mundo fazendo festa, estava tudo ótimo”. Com um mês de ocupação, no dia 23 de agosto de 1996, é expedida uma ordem de reintegração de posse aos proprietários da área, sendo executada um mês depois, dia 23 de setembro do mesmo ano.

Sobre essa situação, comenta Soares (2008):

Como foi dada a reintegração de posse aos donos da área, oficiais de justiça juntamente com policiais militares entraram na área com o objetivo de garantir a retirada dos sem-teto. Cerca de 15.000 casas de taipa foram derrubadas. A polícia retirou os ocupantes onde a violência foi utilizada como forma de repressão aos que insistiam ficar, muitos já tinham investido na construção de casas e não tinham onde morar. A área foi cercada impedindo o retorno dos ocupantes. (SOARES, 2008, p. 33).

Soares (2008) não trata de que forma foi estabelecida a liminar de reintegração de posse da terra ao proprietário. Rabêlo (2012) aborda este assunto, atribuindo à liminar, a atitude ilícita do Gordo em cobrar pelos lotes, exigindo o título de eleitor no ato do cadastro, considerando ainda, o território ser uma propriedade privada. A autora descreve que Gordo foi réu na Ação de Reintegração da Posse e que, apesar de negar seus feitos, “[...] a empresa de Gás Butano saiu vitoriosa na concessão da medida liminar processual, e no ato de cumprimento da decisão judicial todas as casas já erguidas foram demolidas”. (RABÊLO, 2012, p. 75).

Sobre a notificação de despejo Maria José diz:

Depois que a gente estava lá dentro foi que a gente descobriu que a terra era da Butano e recebemos a notificação de despejo. A polícia foi lá e tirou todo mundo, ninguém reagiu de jeito nenhum. Aí nós botamos na justiça e começamos a luta pela justiça.

Marcos Silva se opõe à Maria José e relata que, na sua percepção, essa ocupação foi um acordo político entre Queiróz Galvão e Pedro Fernandes, ambos pertencendo ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Esses políticos concorreriam ao cargo de prefeito em Fortaleza e São Luís respectivamente, logo, tanto ela (Maria José) quanto o Gordo tinham conhecimento que a propriedade pertencia à família Queiróz.

Maria José discorda da suposição de Marcos Silva:

A gente não sabia que a propriedade era privada, o Marcos Kowarick era o presidente do INTERMA e deu uma certidão dizendo que aquelas terras eram devolutas do Estado e foi por isso que nós fomos pra lá. A gente não podia deixar aquela terra naquela situação enquanto tinha tanta gente precisando.

O acordo, segundo a visão de Marcos Silva, se estabelece entre Queiróz Galvão e Pedro Fernandes, em que Queiróz tinha por intenção vender a propriedade para o Estado do Maranhão e usar os recursos em sua campanha, Pedro por ser candidato da mesma chapa que Roseana Sarney, facilitaria a articulação da compra do terreno. Marcos Silva complementa:

Nisso o Pedro Fernandes chamou o Gordo [...] que era uma liderança da organização da feira, e o Gordo chamou a Maria José, que já tinha vindo de Curitiba, ela foi durante os anos 1980 uma ativista do PT, em Curitiba e ajudou em uma ocupação chamada Boqueirão, uma grande ocupação na cidade de Curitiba, tudo planejado.

Levando em consideração o déficit habitacional em São Luís, mais as inúmeras ocupações ocorridas nos últimos anos, a suposição de Marcos Silva é que, diante de tais acontecimentos, seria fácil mobilizar pessoas sem moradia para uma ocupação e fazer com que o Governo do Estado, na pessoa da Roseana Sarney, pagasse pelo terreno. A ideia do acordo, segundo Marcos Silva, era ocupar a área com a aceitação do proprietário e posteriormente cobrar do Governo o pagamento por ela após os ocupantes já estarem inseridos no local.

Caso a suposição de Marcos Silva estivesse correta, parece não fazer sentido a liminar expedida pelo grupo Queiróz para a retirada dos ocupantes, haja vista sua participação no “acordo”. Mas, para esta colocação, o militante sindical também tem uma explicação. Segundo ele, o valor cobrado pelo Queiróz foi maior do que o combinado, por esta razão, Roseana desistiu do esquema.

Marcos Silva coloca os fatos relatados por si, sobre esse primeiro momento da ocupação como: “essa é a minha análise, é a minha opinião”, levando em conta a sua não participação até então, apesar de ser sido convidado por sua tia Maria José. Marcos Silva declara:

No mês de maio de 1996 ela (Maria José) me chamou pra uma conversa na casa dela, eu sou sobrinho dela mais velho. Ela pediu a minha opinião e eu falei que uma ocupação daquela tinha que ter a participação dos movimentos sociais. Ela estava vindo de movimento social de Curitiba, mas na Cidade Olímpica ela estava atendendo uma necessidade dela que era ser cabo eleitoral desse grupo, diferente do que eu pensava, então eu tive um conflito com ela. Eu disse pra ela que não daria certo, que Roseana não cumpriria o acordo, que se o grupo não tivesse força de mobilização essa ocupação não daria certo.

Marcos Silva confirma a fala de Rabêlo (2012) e Soares (2008), no que diz respeito ao primeiro grupo que coordenou a ocupação terem usufruído da ocupação em si, a fim de interesses próprios, quando ele afirma que Maria José estava atendendo uma necessidade dela, que era ser cabo eleitoral, ato que ele reprovava com veemência por ser militante sindical e filiado ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Sua posição, portanto, era de total oposição ao governo que, naquele momento, Maria José apoiava, ou desejava apoiar, ou ainda, buscava apoio. Marcos Silva afirma: “eu tinha um sectarismo muito grande com esse grupo, fiquei decepcionado com Maria José, minha tia, por estar participando desse movimento”.

Marcos Silva nunca acreditou que a ocupação daria certo se eles estivessem aguardando apoio em Roseana Sarney e do seu grupo político. A sua sugestão dele era:

Chamar o movimento de moradia, chamar a CUT, fazer uma plenária, discutir sobre a ocupação. Deveriam fazer uma ocupação tradicional, sem consentimento. Lá tinha consentimento do dono da terra, que queria dinheiro do Estado, quem fosse colocado na área ia tanto votar no Gordo como vereador, como no Pedro Fernandes pra prefeito. Foi mais uma articulação política do que da população, uma necessidade social sendo usada politicamente por um grupo.

Ele acreditava que era dessa forma que os sem-teto ficariam com a terra ao invés de aguardar apoio político. Entretanto, constata-se que sim, o primeiro momento da ocupação da Cidade Olímpica, independente das versões relatadas de como se iniciou, configura-se em uma articulação política partidária em que houve grande influência de campanha eleitoral enquanto a coordenação da ocupação esteve sob a liderança do primeiro grupo, como mostra a Figura 3. Nessa fotografia vemos o candidato a cargo de prefeito de São Luís ao lado das lideranças da ocupação daquele momento.

Figura 3: Comício na ocupação da Cidade Olímpica.



Fonte: Silva (1996^a).

Após a expulsão dos ocupantes da área, uma nova configuração de ocupação se estabelece quando os organizadores iniciais, Gordo e Maria José saem de cena entregando a situação para a justiça.

Maria José e Gordo não contrariaram as ordens judiciais, retiraram-se da área e entraram na justiça a fim de comprovar que a terra era improdutiva e que os sem-teto tinham direito de retornar ao local. Segundo Maria José: “aí enquanto nós lutávamos na justiça porque eu que estava na frente não queria a morte de ninguém, ficamos lutando na justiça mesmo”. De acordo com Marcos Silva, “eles queriam derrubar a liminar usando o argumento que o pessoal já estava ocupado e que existia um processo de negociação onde o governo deveria indenizar”.

Para Gordo, o motivo de seu afastamento do processo de ocupação da Cidade Olímpica foi outro: “por problemas de saúde eu não pude mais acompanhar a ocupação, isso foi me entristecendo muito. [...] Depois que eu saí de cena, lá começou a ficar uma bagunça, entrou esse pessoal do Marcos Silva e a senhora já deve saber a história”.

Gordo refere-se à formação do segundo grupo ao qual Marcos Silva prestou apoio. Maria José reconhece que, após o seu distanciamento e do Gordo, foi que o segundo grupo foi formado: “Foi aí que chegou um outro grupo, o grupo que Marcos Silva estava junto. Ele entrou com o PSTU, Fórum de Moradia e o pessoal do PT, esse foi o segundo momento”.

1.3 O segundo momento do processo de territorialização da Cidade Olímpica

O segundo momento da ocupação da Cidade Olímpica inicia-se, segundo Marcos Silva, com o desagrado dos sem-teto com a organização do primeiro grupo, criando assim uma

comissão organizadora. Marcos Silva aponta que o segundo grupo nasceu do primeiro, pois alguns dos os sem-teto já faziam parte da primeira organização. Ele diz:

Parte dos ocupantes foram (sic) procurar o Fórum da Moradia, foi o João Batista, Karina, Renata, Cabeludo, Carlinhos, Ribamar, Elza e o pessoal da igreja católica da Cidade Operária, inclusive o padre Júlio. Esse grupo do Fórum de defesa da Moradia começou a fazer mobilizações, passeatas para garantir a terra de volta. Então ficou parte do grupo na justiça e outra parte fazendo mobilizações. Eu ainda não estava envolvido com isso, minha militância era sindical.

Percebe-se, nesse momento, a primeira diferença entre o primeiro grupo e este, haja vista que o grupo anterior buscava apoio político, já este, busca apoio do Fórum de Defesa da Moradia, uma organização que reúne de forma democrática todos os movimentos sociais em defesa da moradia, ou seja, as ocupações em luta pela consolidação de um determinado território.

O segundo grupo foi formado pelos ocupantes após terem recebido a ordem de despejo na primeira ocupação. Descontentes com o grupo liderado por Gordo e Maria José (vale ressaltar que Maria José não aparece nas fontes de pesquisa lidas até o momento), os próprios indivíduos sem moradia decidiram se organizar a fim de garantirem seu direito, criando, dessa forma, uma nova coordenação em que denominaram de Comissão dos Sem-teto.

Para a descrição do segundo momento da ocupação contou-se, também, com relatos da atual presidente da Associação dos Moradores da Cidade Olímpica, a senhora Kênia Delane Pinheiro dos Anjos, que aqui será chamada de Pinheiro. Ela ocupa esta função desde 2012, exercendo, atualmente, o seu segundo mandato. A presidente não participou do primeiro momento enquanto a ocupação estava sob o comando do Gordo. Seu envolvimento se deu a partir do dia em que o segundo grupo ocupou a área novamente. Sobre o início de sua participação na ocupação, ela relata:

[...] Nesse primeiro momento eu não participei, eu só olhei porque morava próximo daqui eu olhei que tinha um movimento, as máquinas abrindo rua e tudo [...] eu ouvia falar do movimento, mas o movimento que eu participei foi no dia da entrada que eu entrei junto com eles, eu vim, ouvi tudo e a partir desse dia eu comecei a fazer parte do movimento.

Pinheiro conta que o segundo grupo, após ser despejado da área na liderança do Gordo, passou três meses se reunindo na Vila Zenir. Nessas reuniões, a nova coordenação, juntamente com seus apoiadores, definiu a data para adentrar na área novamente, e foi nesse dia que a presidente começou a participar do movimento.

É nesse segundo momento que a ocupação ganha força e maior visibilidade, levando em consideração, ainda, a quantidade de pessoas envolvidas. O Jornal O Estado do Maranhão, do dia 13 de agosto 1996, aponta o crescimento da ocupação e dos interessados nos lotes.

No 27º dia de ocupação da área denominada Vila Olímpica muitas pessoas continuaram chegando ao local. Até agora já foram oficialmente inscritas cerca de 6.000 pessoas. A previsão da comissão organizadora da ocupação chefiada por José Cândido Silva – O Gordo é de inscrever 30.000 famílias na área [...] a Vila Olímpica é um verdadeiro palco de peregrinação de milhares de sem-teto. (7/8/1996). 10.000 famílias já receberam lotes de terrenos na Vila Olímpica e mais 20.000 aguardam a entrega dos cartões. Segundo os organizadores da ocupação não haverá mais inscrições. Mesmo assim, pessoas de diversos locais da cidade, do interior do Estado e até do Piauí, continuam chegando à procura de um pedaço de terra para morar. (CIDADE..., 1996, p. 5).

Maria José sobre o segundo grupo diz:

[...] Depois entrou outros grupos, mas esses outros entraram pra vender os pedaços de terra, porque nós não cobrávamos nada. Nosso projeto era para as pessoas que não tinham condição. E esses outros grupos já eram acostumados a fazer isso.

Há uma contradição na fala da Maria José que, anteriormente, relata que cobraram a taxa de R\$ 2,00 para pagar as máquinas e, agora, ela diz que eles não cobravam nada. Talvez ela se referia a venda dos lotes, que não eram vendidos, por esta razão ela deve dizer que não cobravam nada. O próprio Marcos Silva relata que o primeiro grupo não vendia os lotes:

Na divisão dos lotes, o Gordo não vendia o lote, ele apenas pegava uma taxa do pessoal, em faixa de R\$ 2,00, pedia o título e identidade, até para garantir a escritura do lote no nome de cada um que ganhava, até para regularizar o lote. Quem bancava o Gordo era o grupo político dele.

Com a saída do Gordo e da Maria José da organização, a nova comissão formada pelos sem-teto, assume a liderança da ocupação estabelecendo uma parceria não só com o Fórum de Defesa da Moradia, mas também, com o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, com o Sindicato dos Servidores Públicos Federais (SINDSEP), com a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Cáritas Brasileira (Rabêlo, 2012), além de sindicatos, associações de bairros vizinhos e igrejas. A partir de então, a ocupação passa a ter um novo caráter de luta coletiva pelo direito à moradia.

A partir daí os sem-teto se organizaram formando a Comissão dos Sem-Teto, dando início ao cadastramento dos que não tinham moradia. Foram cadastradas cerca de 10.000 famílias. Começou-se a organização de Assembleias Gerais para dar início ao segundo movimento de ocupação, onde as decisões eram tomadas de forma coletiva. (SOARES, 2008, p. 33).

Rabêlo (2012) contribui:

Com efeito, foram realizados diversos atos de protesto perante órgãos públicos, além de caminhadas pelo direito à moradia e contra as propriedades improdutivas, levando em conta o déficit habitacional da capital e a existência de um terreno improdutivo que pudesse acolher diversas famílias. Observamos, portanto, uma nova conotação à Cidade Olímpica, que buscava em bases legais os direitos pleiteados. (RABÊLO, 2012, p. 76)

A autora cita ainda datas marcantes nesse processo, como, 4 de novembro de 1996, quando houve, no centro de São Luís, a Marcha pela Reforma Urbana e Moradia. Em 25 de fevereiro de 1997, foi declarado Dia Nacional de Luta pela Moradia, ocorrendo diversas manifestações em que não apenas os sem-teto da Cidade Olímpica participavam, mas a população de forma geral. (RABÊLO, 2012).

No período em que os sem-teto realizavam os protestos na cidade, Soares (2008) e Rabêlo (2012) descrevem, com base nos relatos de pessoas que participaram da ocupação, o desaparecimento do adolescente Jailson Viana. Sua ossada posteriormente foi encontrada e usada nos protestos (com a autorização dos pais) em favor da conquista da terra. Os ocupantes vincularam a morte do adolescente aos jagunços que vigiavam a área após o despejo, como parte do conflito pela ocupação. A Figura 4 apresenta o registro da manifestação dos ocupantes da Cidade Olímpica, na ocasião, uma passeata realizada na praça Gonçalves Dias, no centro da cidade de São Luís.

Figura 4: Manifestação dos ocupantes da Cidade Olímpica



Fonte: Silva (1996).

Marcos Silva sobre o assunto, diz que Jailson não foi assassinado pelos jagunços e que sua morte não teve relação alguma com o conflito da ocasião. Jailson Viana, segundo Marcos Silva, foi uma das vítimas de Francisco das Chagas Rodrigues de Brito, no caso dos meninos emasculados no Maranhão, caso esse que tomou repercussão internacional devido a quantidade

de crianças e adolescentes do sexo masculino mortos no país. O Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI) (2015), publica uma pesquisa que cita os nomes das vítimas de Francisco das Chagas, na qual o nome de Jailson Alves Viana aparece.

Pinheiro confirma a declaração de Marcos Silva de que o adolescente foi vítima de Francisco das Chagas. Segundo a presidente da Associação dos Moradores, algumas pessoas, que ela não cita os nomes, pensaram que ele havia sido assassinado pelos jagunços. Houve, inclusive, quem testemunhasse judicialmente tendo visto o adolescente com um dos jagunços. Tal situação levou-o a prisão por quatro anos injustamente, até que o verdadeiro assassino confessasse o crime.

Mesmo a ocupação com uma nova organização e, ainda, toda uma mobilização na cidade em prol da garantia da área para os sem-teto, não foi suficiente para sensibilizar os governantes, era necessário ir além. Marcos Silva conta que foi quando a ocupação passou a ter caráter de movimento social foi que ele prestou apoio.

Rabêlo (2012, p. 76) concorda com Marcos Silva ao descrever que, no segundo momento, a ocupação passa a conceder um novo caráter, cujo “[...] objetivo era demonstrar para toda a sociedade que o que se fazia não era vandalismo, mas uma questão de justiça social, uma verdadeira luta coletiva por direitos”.

Sobre como Marcos Silva iniciou na ocupação, ele relata:

Quando foi no mês de novembro teve um encontro em Fortaleza dos presidentes do CONE SUL - Mercado Comum Europeu. Nesse encontro Fernando Henrique Cardoso iria participar e tinha uma mobilização nacional para fazer um protesto contra ele em Fortaleza e, daqui do Maranhão saíram alguns ônibus para Fortaleza. Eu fui pelo meu sindicato e no ônibus que eu fui também foram o pessoal da Cidade Olímpica junto com o Fórum da Moradia, nesse ônibus estavam todos os mobilizadores da ocupação. No horário do almoço nós conversamos sobre a ocupação da Cidade Olímpica debaixo de uma árvore chamada Umbuzeiro, nessa reunião eles me contaram como estava a situação. Eu disse pra eles que se eles quisessem reocupar a área, eu apoiaria eles. Quando eu voltei pra São Luís, por volta do dia 10 de dezembro, chamei o pessoal do PSTU que era contra eu ir pra lá, que a gente não deveria se meter em ocupação, que nossa luta era da classe trabalhadora, sindical, não tinha nada a ver com ocupação de terra. Mas eu conversei muito com eles até que o pessoal do partido me deu apoio. Aí marcamos uma reunião no dia 19 ou 20 de dezembro com o pessoal da Cidade Olímpica, no Monte Castelo, no sindicato dos servidores públicos, o Fórum da Moradia se reunia lá. Quando eu cheguei na reunião falei sobre minha opinião, que só tinha uma saída, que era reocupar a área na "marra" e buscar convencer o Governo a indenizar o proprietário. As entidades foram contra, disseram que tinha jagunços lá vigiando. Eu disse: "tem jagunços lá, mas do lado daqui tem gente".

A sugestão de Marcos, para a Comissão dos Sem-teto, era reocupar a área e partir para o confronto caso fosse preciso, mas que era necessário que todos os envolvidos estivessem de acordo. Propôs, então, que fosse realizada uma assembleia geral no dia 29 de dezembro de 1996 e que a comunidade decidisse se reocuparia ou não. Tal proposta me faz observar outra

diferença desta organização da primeira, que é a participação dos envolvidos nas tomadas de decisão.

Estabelece-se, aqui, uma representatividade diferenciada, em que são os sujeitos quem determinam o que julgam ser melhor para si e não seus representantes diretos. Moura (2014) explica que, a partir de determinadas transformações societárias, novas formas de representações políticas vão surgindo.

No momento em que o segundo grupo assume o processo de territorialização em Cidade Olímpica e encontra apoio no Fórum de Moradia e nos movimentos sociais já articulados, passam a configurar-se como uma dessas novas representações políticas. Sobre isso, Moura (2014) afirma:

[...] É uma representação coletiva que está ancorada na legitimidade das organizações em promover, de diferentes formas, a defesa das variadas “causas” sociais e de demandas de grupos e setores sociais historicamente excluídos dos processos de decisão política. (MOURA, 2014, p. 291)

O segundo grupo, então, traz consigo novas formas de participação rompendo o caráter de representatividade existente na ação do primeiro grupo, fazendo com que os agentes atuem de forma direta na luta pelo território. Na busca pelo direito da moradia, utilizaram mobilizações, passeatas e resistência em não sair do território. Diferentemente do primeiro grupo, que acatou a ordem judicial de despejo e resolveram aguardar na justiça.

Marcos Silva conta que, no dia da assembleia, houve uma mobilização de convocação dos sem-teto. Uma Kombi com caixa de som foi usada para chamar a comunidade. Marcos Silva diz:

[...] Quando deu umas 14h tinha umas 3.000 pessoas. Quando começou a assembleia na minha fala eu me coloquei a disposição para o que eles decidissem, mas coloquei que se eles realmente queriam a terra teriam que reocupar, que não teria justiça e nem mobilização na Deodoro que garantiria terra, somente entrando na marra. Aí decidiram majoritariamente pela reocupação.

A reocupação ocorreu no mesmo dia, em 29 de dezembro de 1996, os sem-teto reocupam a área. Marcos Silva continua sua fala:

Eu fui lá na área olhar o barracão que estava armado lá e vi que estava tendo uma confraternização de final de ano dos jagunços com família e tudo. Daí pude ver que estava tranquilo, que nós íamos pegar eles de surpresa, isso já era umas 17h. Peguei a Kombi e começamos a organizar as faixas e organizar a caminhada, era uns 500m para chegar lá na área, a área estava toda cercada de arame farpado e estacas.

Pinheiro relata que, chegando ao terreno, a pessoa que cortou primeiro a cerca que delimitava o terreno, “[...] foi o Baiano, ele fazia parte da comissão e tinha que ter um primeiro pra tomar a frente e ele foi quem tomou frente e cortou o arame”. Em seguida, as cercas foram rompidas e os ocupantes adentraram na área. Houve ataque por parte dos jagunços, porém, devido ao grande número de ocupantes, os vigilantes recuaram.

Por volta das 18h, a polícia chegou ao local contra os ocupantes. Marcos Silva relata que por um determinado momento houve confronto com a polícia.

A polícia chegou e fechou o galpão e ficou contra os ocupantes, aí ficou aquele enfrentamento até uma hora que pararam de atirar de lá e paramos de atirar de cá, mas não teve morte não, eles atiraram para fazer medo e nós atiramos também pra fazer medo, não era pra acertar ninguém. Nesse conflito veio o batalhão todinho da Cidade Operária pra lá.

Sobre o enfrentamento com a polícia, Pinheiro relata que eles traziam consigo um documento de reintegração de posse aos proprietários, mas que não foi o suficiente para que os sem-teto saíssem, pois o movimento estava bem organizado, segundo ela. Mais que organizado eu diria, os ocupantes estavam unidos no propósito da conquista pela terra, como demonstra a fala da presidente da Associação:

[...] Todo mundo deu as mãos nesse momento e resistiram dentro da área. Deitaram no chão pra polícia não jogar o povo pra fora porque foi formado duas correntes, uma de moradores e uma da polícia do lado daqui jogando o povo pra fora da área. O objetivo deles nesse momento era tirar o povo de dentro da área pra eles tornar a tomar posse da área e não conseguiram.

Marcos Silva diz: “quando deu umas 23h já estava tudo calmo, os ocupantes já estavam todos sentados cercando a área”. Essa fala demonstra que estavam alinhados e organizados. Não há relatos de que houve, dentro do movimento, conflito entre os ocupantes, estavam todos empenhados na conquista da terra para que seu direito de moradia pudesse ser garantido.

Sobre o confronto entre a polícia e os ocupantes, faz-se uma relação com o sociólogo Pierre Bourdieu, ao descrever sobre a eficácia do discurso performativo. O autor diz que quem enuncia algo, enuncia porque lhe foi dada autoridade para tal, ou seja, há um reconhecimento.

Mas o efeito de conhecimento que o facto da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objetividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum. (BOURDIEU, 1989, p. 117)

De que vale a autoridade da polícia com o seu discurso respaldado em um documento de desapropriação da área, se tal discurso não concilia com a identidade, tampouco com a

objetividade do grupo a quem o discurso estava sendo anunciado? Os ocupantes estavam determinados a permanecerem na área até que esta, estivesse à disposição deles.

O novo grupo, no processo de territorialização da Cidade Olímpica, surge com objetivos em comuns, o que fortalece a unidade para a conquista do propósito. Bourdieu completa dizendo que,

[...] O poder sobre um grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo um poder de fazer um grupo impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns, portanto, uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade. (BOURDIEU, 1989, p. 117).

Bourdieu (1989) quando fala sobre a eficácia do discurso num contexto mais amplo da sociedade, refere-se a leis, regras, padrões e tudo aquilo que “determina” o meio social em que se vive (discurso emitido por alguém a quem lhe foi dada autoridade) é destinado para todos, entretanto, com a finalidade de beneficiar apenas uma parcela dessa sociedade. O discurso nada mais é do que o poder de fala que determina a maneira de viver dos indivíduos, ele possui, então, a capacidade de moldar as circunstâncias a favor de quem o emite, de acordo com os seus interesses, haja vista a sua visão de mundo.

O Estado é o detentor do discurso que dispõe das leis, regras que determinam a maneira de vida dos indivíduos na sociedade brasileira. A ação da polícia em confrontar os ocupantes em CO é resultado do poder que o Estado tem, porém, beneficiando nesse caso, a menor parte que é empresa Gás Butano.

É necessário levar em consideração a heterogeneidade dos seres humanos não apenas no que se refere, como Bourdieu (1989) chama, às propriedades objetivas (ascendência, território, língua, atividade econômica), mas também, às subjetivas, ou seja, ao sentimento de pertença. “O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto” (BOURDIEU, 1989, p. 118). Os ocupantes poderiam ser ouvidos sem a necessidade do confronto.

Durante a fala da presidente da Associação dos Moradores da Cidade Olímpica, foi possível perceber que ela possui o sentimento de pertença ao processo de territorialização da Cidade Olímpica, sentimento que vai para além do aspecto econômico, mas, sobretudo, simbólico quanto a representação da conquista daquela área. Pinheiro diferencia os termos “invasão” e “ocupação” fazendo menção ao Gordo. Segundo ela “[...]quando o Gordo entrou cada um foi tirando o seu lote, cada um era dono do seu pedaço de terra e aí com a organização passou a ser uma ocupação, por isso que a cidade olímpica ela não é uma invasão, ela foi ocupação”.

De acordo com a presidente, o Gordo invadiu a área e distribuía os lotes, com a Comissão dos Sem-teto, o plano era ocupar a área, resistir e somente após a conquista desta, é que seriam distribuídos os lotes. Ela descreve o segundo momento como uma ocupação de fato, pois todos estavam ali com o interesse em comum: conquistar a terra para posteriormente receber um lote.

No dia da ocupação, 29 de dezembro de 1996, Pinheiro relata ainda a chegada de alguns políticos. “Eu me lembro que chegou vários políticos, até o Chico Viana foi um que eu me lembro, o Dutra, chegaram e deram apoio ao movimento. ”

Destaca-se, aqui, outra diferença entre os dois momentos da ocupação da Cidade Olímpica, neste são os políticos que procuram os sem-teto e não o inverso como acontecia com o primeiro grupo de organização. Demonstra que, independente do apoio político, os ocupantes estão determinados em não abrir mão do direito de ter uma moradia.

Soares (2008), por meio da fala dos membros da Comissão, aponta diversos partidos como apoiadores ao movimento, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), mas também o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ela diz que “[...] não houve uma hegemonia dentro do movimento de ocupação” (SOARES, 2008, p. 49), eu diria que não houve uma hegemonia partidária dentro do movimento de ocupação, já que todos os envolvidos estavam hegemonicamente defendendo a mesma causa. A própria autora em outro parágrafo afirma: “[...] A partidarização não tinha tanta importância, a luta sim [...]” (SOARES, 2008, p. 49).

Voltando ao dia 29 de dezembro de 1996, os ocupantes passaram a noite na área e, no dia seguinte, permaneceram no local. Marcos Silva conta que, no segundo dia, a polícia, após ser pressionada pelos ocupantes, retirou os jagunços da área. Segundo ele:

Nós dormimos lá, quando foi segunda de manhã passamos o dia lá. Nós fizemos um ultimato para a polícia militar retirar os jagunços. Nós tínhamos muito mais gente do que eles, nós éramos mais de 1.000 pessoas. Nisso eles tiraram os jagunços, nós ocupamos o galpão e fizemos lá a sede do movimento.

Pinheiro conta que, dois dias após a ocupação, a polícia novamente tentou tirar os ocupantes da área, contudo, sem sucesso. Os sem-teto resistiram e não saíram do local. Ela detalha esse momento:

O dia amanheceu, as pessoas amanheceram ali, e resistiram dentro da área, aí quando deu no outro dia houve uma reunião muito grande, teve helicóptero, a polícia veio, o povo estava em cima de um monte de areia, de barro e a polícia com os helicópteros sugavam aquela areia nas pessoas que era para o povo correr de dentro da área mas o povo não desistia.

Chega-se a janeiro de 1997. Soares (2008) descreve que, no dia 22 daquele mês e ano, a Comarca de Ribamar, concede uma nova liminar de reintegração de posse favorecendo a Gás Butano. Rabêlo (2012), por sua vez, explica que não se trata de uma nova liminar, mas sim, de um novo cumprimento da liminar que já existia. Tratava-se da liminar recebida na primeira ocupação. “Como os ocupantes manifestavam persistência ao continuar na área, foi solicitado reforço policial para que houvesse a reintegração de posse” (RABÊLO, 2012, p. 82).

A partir do dia 22 de janeiro de 1997, os conflitos se intensificaram. Especificamente, esta data é marcada por prisões e agressões físicas entre ocupantes e a polícia militar.

Então, o que acontece [...] a gente estava um dia despreocupado, o povo também acomodado [...] quando eu cheguei já estava todo mundo do lado de fora, a polícia tinha botado todo mundo pra fora, a polícia chegou e me agrediram, me bateram muito, muito, muito e eu estava grávida, e os companheiros por ver eu apanhando resolveram entrar, invadir o barracão [...] nós fomos presas, detidas. (CARINA apud RABÊLO, 2012, p. 84).

Sobre este episódio, a presidente também comenta:

Depois disso houve outra retirada, só que os organizadores foram presos, apanharam, que foi a Carina, a Renata, a Maria, esses aí o nome eu sei te dizer, eram as mulheres que estavam de frente, a Jô, sendo presa, essas aí foram as mulheres que apanharam. Homem não, eles prenderam um homem que é o Jean que até hoje mora aqui. Mas elas foram fortes, a Juliana também que era do Fórum da Moradia foi presa pela manhã. Mas no momento em que eles foram presos ficou outra organização dentro da área dando sustentação ao morador pra que eles também não se dispersassem e logo, logo quando deu lá pela volta das 3h da tarde eles foram liberados de volta pra dentro da área.

Em meio a tanta coibição por parte da polícia, os ocupantes, em busca da conquista da área, tanto por meio das manifestações como das resistências, se portaram como Souza (2017a) chama de “[...] inimigos da ordem, sendo a ‘ordem’ percebida já no seu sentido moderno de significar decoro, respeito à propriedade e segurança” (SOUZA, 2017a, p. 78). Por esta razão, a polícia age de forma opressiva, intimidando e humilhando as pessoas mais pobres da sociedade, no caso deste episódio, especialmente mulheres, reforçando o machismo existente.

“Além do mais, vivemos, na maioria, em cidades divididas, fragmentadas e tendentes ao conflito. A maneira pela qual vemos nosso mundo e a maneira pela qual definimos suas possibilidades, quase sempre estão associadas ao lado da cerca onde nos encontramos” (HARVEY, 2009b, p. 1). Para os ocupantes, não havia outra alternativa. O conflito existente nas cidades citadas por Harvey (2009b), está relacionado à globalização e ao neoliberalismo que intensificam e aumentam as desigualdades sociais.

O objetivo da polícia militar era, sob o poder da coerção, expelir os ocupantes da área, porém, “[...] quando os dominados nas relações de forças simbólicas entram na luta [...], não

tem outra escolha a não ser a da aceitação (resignada ou provocante, submissa ou revoltada) da definição dominante da sua identidade” (BOURDIEU, 1989, p. 124).

Haja vista a resistência dos ocupantes, iniciaram-se as negociações entre Governo do Estado e proprietários da área que, em um primeiro momento, foi concedido aos sem-teto a permissão para ocupar um hectare e meio da área. É importante dizer que, nas leituras e entrevistas realizadas, não foi possível identificar quais ocupantes participaram da comissão que negociou com o governo, sempre se referiam a Comissão, somente.

Nesse contexto, trago um destaque para a mídia, representada aqui pelo jornal O Estado do Maranhão. Soares (2008) pontua que tal veículo de comunicação pertence à família Sarney, em suas notícias, possui o hábito de amenizar a situação de conflito na Cidade Olímpica e não responsabilizar o Governo por tal. Em janeiro de 1997, O Estado do Maranhão publica:

Roseana Sarney preocupada com o problema de moradia e a incidência de invasões mandou fazer um levantamento preliminar na Solecit em São Luís, constatou-se que há cerca de 90.000 famílias sem casa para morar. Sobre a ação da polícia durante a retirada dos ocupantes da Vila Olímpica, César Viana explicou que os policiais apenas cumpriram a ordem do juiz que determinou a reintegração de posse. (O ESTADO DO MARANHÃO, 1997 apud SOARES, 2008, p. 39).

O jornal anula a luta dos sem-teto e minimiza a ação coercitiva realizada pelos policiais aos manifestantes, ressaltando que o problema de moradia na capital seria solucionado devido a governadora estar preocupada com a problemática. Vale reiterar que, foi mediante as pressões e a resistência feitas pelos sem-teto da Cidade Olímpica, que o Governo do Estado interviu na situação que, devido aos últimos acontecimentos de agressão percebeu que os ocupantes estavam irredutíveis.

Devido ao forte grau de organização e resistência da população, em 23 de janeiro de 1997, houve o primeiro acordo, e em 27 de janeiro do mesmo ano, houve o início do acordo extrajudicial. Este suspendia por 30 dias a ordem judicial que autorizava o despejo. Contudo, solicitava que os sem-teto ali instalados não poderiam ocupar durante esse período mais de um hectare de terra, aguardando de forma silenciosa a ação do Governo, se comprometia a adquirir a área e efetuar um cadastramento geral para conduzir o assentamento. (RABÊLO, 2012, p. 86).

A presidente da Associação dos Moradores, sobre o período de negociação com o Governo, diz que a orientação dada pela Comissão aos manifestantes era que ninguém fosse para os lotes, todos deviam ficar concentrados no barracão. Cumprindo com o que dissera, o Governo comprou a área da família Queiroz, a data da firmação deste acordo, segundo João Batista, integrante da Comissão dos Sem-Teto, ocorreu em 23 de março (RABÊLO, 2012). Esta data se tornou tão importante que, posteriormente, se tornou nome de avenida no bairro. A partir

de então, o Governo inicia o processo de repasse das terras aos ocupantes que haviam se estabelecido na propriedade. A Figura 5 registra os ocupantes da Cidade Olímpica reunidos com representantes do Governo.

Figura 5: Assembleia Geral realizada no dia 05 de fevereiro de 1997



Fonte: Silva (1997).

De acordo com Maria José, Roseana Sarney só comprou a área, porque se sentiu intimidada com as pressões que ela (Maria José) fazia por meio do Luís Fernando. A organizadora do primeiro grupo da ocupação relata:

Depois ela se viu obrigada a pagar a Cidade Olímpica e só pagou porque eu chamei esse Luís Fernando que era auditor geral do Estado e mostrei pra ele todas as fotos, e que eu já estava entrando em contato com a Globo porque eu ia fazer um Globo Repórter e aí quem ia perder? Ela, que era o governo e precisava dos votos pra continuar no governo. Se eu soltasse uma bomba dessa mostrando a verdade, ela ia se lascar todinha. Aí ela pagou, mas não deu apoio pra gente.

Maria José afirma, ainda, que o segundo grupo atrapalhou nas negociações, que enquanto eles (a Comissão) estavam na ocupação, ela e sua organização estavam na luta na justiça. Maria José continua:

[...] Aí veio esse outro grupo que fez isso e atrapalhou muito a nossa negociação, [...] tinha um pessoal lá, a Renata, a Carina, Elza, faziam parte de outro grupo que não entendiam o projeto, eles queriam a terra. Aí foram grupos políticos que entraram depois, os outros políticos, candidatos que viram que era muita gente começaram a botar os seus cabos eleitorais lá dentro, tu entendeu? Pra fazer a política deles e levar o povo deles dizendo que ia votar pra eles, a briga maior foi por isso.

Maria José está certa quando diz que o segundo grupo queria a terra, sim, este era o objetivo dos sem-teto, a conquista da terra. Entretanto, quem demonstra desejar ser cabo eleitoral dentro da ou, com a ocupação, é ela própria, haja vista que buscava apoio político em troca de votos com o discurso que precisava de representantes que pudesse fazer com que o seu projeto tivesse êxito.

A ideia do projeto, efetivamente, demonstrava ser genial, havia nele a divisão das quadras, dos lotes, os tamanhos de cada lote, das ruas, espaços reservados para órgãos públicos como escolas, delegacias, postos de saúde e espaço de lazer, como praças por exemplo. Inclusive, como o Gordo já havia iniciado o processo de abertura das ruas e separação dos lotes, esse trabalho foi mantido pelo segundo grupo da ocupação.

Contudo, a questão central para o insucesso do primeiro grupo, de fato, se deu pela questão política. O próprio Marcos Silva afirma que a organização em si era positiva, o problema era político, do ponto de vista dos reais interesses que buscavam. Outro fato que pontua-se, como quesito para o fracasso do primeiro grupo, é a ausência de necessidade de moradia dos organizadores, Gordo e, tampouco Maria José, precisavam de moradia, logo, era mais cômodo para eles aguardarem judicialmente do que lutarem pela causa.

O segundo grupo, formado pelos próprios ocupantes tinham efetivamente necessidade de moradia, o que demonstra que eles estavam dispostos a fazer o que fosse preciso para conquistarem aquela terra. Seus interesses não eram políticos partidários como o primeiro grupo, mas se estruturaram por meio do movimento político social. Lutaram, literalmente, resistiram e saíram vitoriosos.

1.4 O assentamento dos ocupantes, organização e atualidades do bairro: nova territorialidade

Foi usada a definição de Haesbaert (2007) para conceituar território, o autor determina essa categoria em três vertentes: política, em que o território é visto como um espaço geográfico; econômica, tido como item de valor financeiro e, cultural, por esta vertente o território é visto como valor simbólico, no sentido de pertencimento que ele possui para um determinado grupo. A citação a seguir explica as vertentes do território segundo o autor:

Associando tais vertentes com o processo de territorialização em Cidade Olímpica, percebe-se a manifestação de cada uma delas da seguinte forma: a) A atitude da Butano em entrar com liminares, a fim de requerer a área de volta, demonstra que o interesse da empresa está, sobretudo, em não perder algo que lhe traria prejuízo financeiro. Percebe-se aqui que, para

os legais proprietários do terreno, o valor era financeiro, logo, vertente econômica; b) A ação do Estado em delimitar a área e a controlá-la, demonstra que para o Estado ele possui o poder de delimitação e controle do espaço, logo, vertente política; c) A vertente cultural é evidenciada pelos ocupantes, para eles não há ganho ou prejuízo financeiro, não há controle nem delimitação de espaço, entretanto, aquele território para eles é visto como um lugar onde suas vidas poderão ser construídas, há, sobretudo, um valor cultural e de pertencimento àquela área.

A conquista da terra após todos os acontecimentos vividos até que, de fato, a área fosse considerada dos ocupantes, transcendia delimitações de espaço e valor econômico. O importante naquele momento era tomar posse do seu lote, erguer suas casas e, dali por diante, estabelecer suas vidas. A Comissão permaneceu a frente de todo o processo e conduziu o cadastro e assentamento das famílias.

Segundo a presidente da Associação dos Moradores da Cidade Olímpica, os interessados nos lotes deveriam permanecer na ocupação e participar de uma reunião que acontecia 18h com a Comissão, na ocasião, seus nomes eram anotados em uma lista. Aproximadamente entre as 22h e 23h, esses nomes eram chamados e, a partir da confirmação da presença da pessoa no local, ela já estava inscrita para o recebimento do lote no dia seguinte.

Ao amanhecer, um representante da Comissão chamava a cada 22 pessoas (pois os lotes eram 22 por quadra), em seguida se deslocavam até os lotes e iam realizando a entrega. Segundo a presidente, dessa maneira, iam sendo realizados os cadastros e assentamento dos ocupantes. Isso aconteceu logo após 23 de março de 1997, data em que o Estado permitiu a permanência dos ocupantes na área, dado o início as negociações com os proprietários.

Em seguida, o proprietário do lote recebia um comprovante que, posteriormente, ele teria que levar na COHAB, onde era testificado que não havia nenhum imóvel em seu nome, caso contrário, ele não receberia o lote da Cidade Olímpica. Pinheiro conta com detalhes, pois ela foi uma das pessoas que precisou seguir esses passos para garantir a sua propriedade.

Havia a necessidade dos ocupantes passarem a noite no território a fim de assegurarem o recebimento do lote, pois a distribuição acontecia logo ao amanhecer. Na figura abaixo mostra os ocupantes deitados em redes colocadas no barracão onde as reuniões eram feitas. Pela quantidade de pessoas interessadas nos lotes, a maneira mais acertada de garantir o seu, era dormindo no local.

Figura 6: Ocupantes passando a noite no barracão em 23/03/1997



Fonte: Silva (1997).

Existiam alguns critérios para que o indivíduo garantisse a posse do lote, tais como: renda familiar inferior a três salários mínimos, residir em São Luís há pelo menos um ano, ser maior de 21 anos e, principalmente, não ter sido beneficiado por nenhum programa de habitação (RABÊLO, 2012). Esses critérios eram exigidos pela COHAB a fim de garantir que pessoas não necessitadas de moradia recebessem um lote.

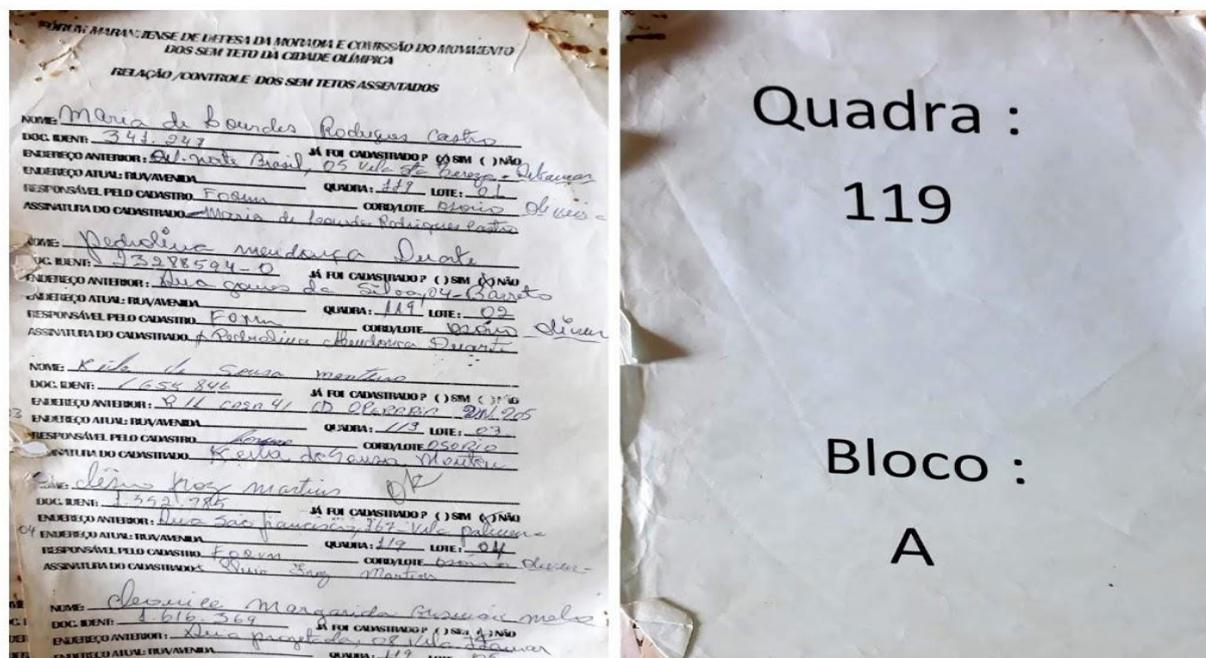
As fichas das pessoas que iam recebendo os lotes, juntamente com a lista que a Comissão preparava durante as noites na ocupação, eram separadas por quadras para ter uma organização. Tais documentos da época ainda existem e estão disponíveis na Associação dos Moradores, onde mantém a mesma organização. No armário são divididos e nomeados por quadras conforme mostra a Figura 7 e suas especificações nas Figuras 8. A arrumação desses documentos demonstra o cuidado que a comunidade possui em manter registros físicos de um momento histórico e de relevância na construção de suas identidades.

Figura 7: Fichas de entrega dos lotes da Cidade Olímpica



Fonte: A autora (2019).

Figura 8: Fichas de inscrição dos assentados e Capa (Organizadas por quadras e blocos)



Fonte: A autora (2019).

A presidente da Associação de Moradores diz que, atualmente, a Cidade Olímpica está desorganizada, pois não há mais a mesma divisão de lotes que existia antes. Segundo ela, devido a venda e reformas das propriedades. Pinheiro ainda afirma:

Então se você andar na cidade olímpica hoje tem um pouco de desorganização porque as pessoas foram vendendo seus lotes e as pessoas foram chegando e foram dividindo. Hoje em um lote moram três famílias, quatro famílias, se tem kitnet mora mais de dez famílias. Mas no início era 22 lotes em cada quadra dividido, as ruas são feitas por letras, por números, da rua 1 a rua 12, a rua 18, a rua 16, nós temos até a rua 19. E as travessas são letras, A, B... É assim que é a divisão, não é nome de pessoas aqui. No mapa da cidade olímpica é tudo por número e letra.

Na nomenclatura das ruas não há nomes de pessoas ou políticos como de costume nas ocupações ocorridas naquele período. A única exceção está na avenida principal que se chama Avenida Jailson Viana em homenagem ao adolescente morto durante o processo de ocupação. As demais são nomeadas por datas significativas no evento, como, Avenida 25 de Dezembro, foi a data em que Jailson foi visto pela última vez com vida; Avenida 29 de Dezembro, data em os sem-teto retomaram a área; Avenida 22 de Janeiro, dia em que a polícia tentou tirar os ocupantes da área, na ocasião, mulheres membros da Comissão foram agredidas e detidas pelos policiais; Avenida 23 de Março, data em que o Governo autorizou a permanência dos ocupantes na área, haja vista o início das negociações com a Butano.

Na figura a seguir percebe-se claramente a divisão do bairro e os nomes das principais avenidas. Nota-se que com a atitude em nomear as avenidas com datas dos acontecimentos, mais uma vez, existe a valorização pela história que, ali estava sendo construída. Percebe-se também que não há homenagem a nenhum representante do governo nos nomes dados às ruas, avenidas e ao próprio bairro, simbolizando mais uma vez que a conquista do território é de responsabilidade dos indivíduos que lutaram por ele.

Um ano após a terra conquistada, houve a organização da Associação dos Moradores, quando ocorreu a primeira eleição. A presidente da Associação conta que, nesse momento, iniciou a sua atuação na estruturação do bairro, entretanto, há controvérsias no que diz respeito às primeiras conquistas no bairro.

Maria José conta que, os primeiros postes de energia elétrica para a Cidade Olímpica, foi conquista dela, por meio da Associação Comunitária, conforme relata a seguir: “o primeiro poste que foi levantado lá foi pela minha luta que foi pra lá. 1.200 postes foram os primeiros postes que entraram na Cidade Olímpica, foram esses que eu fiz o requerimento e lutei”. Ela completa: “eu continuei trabalhando lá até levar a energia e a delegacia, depois eu deixei de mão”.

Pinheiro, quando questionada sobre outras associações que trouxeram melhorias para o bairro, diz:

Aquí dentro se tu fizer um levantamento tem mais de cento e poucas entidades, associações, clube de mães, clube de pais, mas é só no papel, não tem sede própria, não funcionam, elas funcionam no papel, meios para as pessoas se beneficiarem porque eu sou presidente disso, sou líder daquilo, mas o que funciona mesmo é a associação de moradores. [...]. Se nós temos hoje uma delegacia foi uma briga grande, muito movimento, idas e vindas para a secretaria, muitos protestos.

Com efeito, existe uma regulamentação da Associação Comunitária que Maria José se refere. Ela mesma apresenta o Diário Oficial de 18 de fevereiro de 1997, que estabelece tal Associação, conforme descrição a seguir:

DENOMINAÇÃO: Associação Comunitária da Cidade Olímpica, com sede na Av. Olímpica s/nº, município de São José de Ribamar – MA. Duração de tempo indeterminado, tem por finalidades prestar Assistência Social aos seus associados e por ser filantrópica sem fins lucrativos. DA DIRETORIA: A Diretoria composta por 12 (Doze) membros: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro e 1(Um) Conselho Fiscal, eleitos em assembleia geral para um mandato de 4 (Quatro) anos. DOS SÓCIOS: Compõe-se de Associados Fundadores e Contribuintes. DO PATRIMÔNIO: Constitui o patrimônio da entidade; Mensalidades; Doações e outras rendas adquiridas em campanhas. DA DISSOLUÇÃO: Em caso de não possuir viabilidade de sua finalidade, a Assembleia Geral convocada tomará as providências para destinação de seus bens. São José de Ribamar (MA), 21 de julho de 1996. (MARANHÃO, 1997, p. 3).

No entanto, Pinheiro desconhece a atuação da Associação Comunitária e enfatiza que os benefícios que chegaram à Cidade Olímpica foram por intermédio da Associação dos Moradores, por meio de muita luta e persistência com o poder público conforme relata: “[...] Tudo que chega aqui tem que ter um movimento. Não adianta que o poder público não vem por livre e espontânea vontade”. E complementa que, além da luta pela implantação da delegacia, também foi difícil acessar outros serviços no bairro.

Se nós temos uma terceira companhia que passou seis anos, que lá é um prédio pra um sexto batalhão, nós estamos aí brigando com o secretário pra ver se volta a funcionar como o sexto batalhão que é uma estrutura muito grande. Se nós temos três postos de saúde, foi um convênio com a PLAN na época. A PLAN foi quem fez os três postos de saúde em parceria com a prefeitura que comprou os terrenos e a PLAN construiu, deixou os três postos de saúde pronto e entregou a administração pra prefeitura. A escola do município foi uma briga muito grande, tudo que tem na Cidade Olímpica hoje foi uma briga muito grande.

Atualmente, segundo a Associação dos Moradores, na Cidade Olímpica tem três postos de saúde, duas escolas municipais, uma escola estadual, quatro jardins de infância, um CRAS, uma delegacia e uma 3ª Companhia do 6º Batalhão de Polícia Militar, inaugurada pelo governador Flávio Dino, em 2016, em comemoração aos 20 anos do bairro.

Apesar dos serviços instaurados no bairro, há inúmeras dificuldades na execução de alguns deles. A presidente da Associação dos Moradores evidencia questões na saúde e na segurança pública, ela relata:

[...] Nós não temos uma central de marcação de consulta aqui pra um bairro desse tamanho e nós estamos pedindo desde 2012. Nós temos documento protocolado na secretaria de saúde, trouxemos o secretário aqui, mostramos pra ele que é algo de grande necessidade porque um bairro com mais de 100.000 habitantes as pessoas tem que se deslocar daqui pra Cidade Operária, pra Alemanha, pra outros bairros pra marcar exame podendo nós aqui com dois postos de saúde que tem estrutura pra isso. E até agora o poder público não olhou pra esse lado. A saúde aqui tá zero, nós não temos um hospital de emergência. A segurança pública nós já tivemos muito ruim, hoje graças a Deus que de uns quatro meses pra cá melhorou na questão de morte, mas na questão de assalto tá demais. Hoje a terceira companhia ela funciona com dois policiais tirando plantão lá dentro, se você olhar é uma estrutura imensa. Não é que nós queremos que lá fique cheio de polícia, mas nós queremos o que foi dado pra nós e não 2 policiais vigiando o prédio. Nós queremos uma estrutura nossa de moto, de carro, de viaturas, de policiais na rua. Já tivemos várias reuniões e nada.

As reivindicações por serviços públicos no bairro se assemelham com as realizadas na ocupação. Percebe-se, na fala de Pinheiro, que ela pontua como positivo, o fato de há quatro meses não haver mortes no bairro, mas que a prática de assaltos está em alta, enfatizando assim a criminalidade no local.

De acordo com os dados da Secretaria de Segurança Pública do Maranhão, o município de São Luís possui o maior registro de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) da Região Metropolitana. Em 2017, foram computados 438 crimes letais na capital maranhense – o que representa 74% total (591) de CVLI registrados na Grande São Luís, que abrange quatro municípios: São Luís, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. (CARNEIRO; COELHO, 2018, p. 8).

As informações acima correspondem a uma pesquisa realizada pelo Departamento da Informação e Inteligência Econômica (DIIE), da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento (SEPLAN), publicada em março de 2018. A pesquisa aponta, ainda, que

comparando tais resultados com os números contabilizados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2014 a 2017, houve uma queda, ou seja, o percentual anterior a 2018 era ainda mais expressivo.

O Centro de Apoio Operacional Criminal (CAOp - Crim), órgão de apoio ao Ministério Público do Maranhão, descreve, em seu Relatório Qualitativo da Violência e da Criminalidade do 1º Semestre de 2017 a Cidade Olímpica como o bairro mais violento, tomando por base os registros de CVLI. No primeiro semestre do ano foram registrados 21 crimes na Cidade Olímpica, em seguida aparece o bairro Coroadinho com 16 crimes registrados no mesmo período.

Pinheiro afirma que, atualmente na Cidade Olímpica, a criminalidade é dominada por facções rivais, em que cada uma rege em um determinado bloco do bairro, o que, segundo ela, agrava a situação. A presidente complementa ainda, fazendo alusão à falta de oportunidade de emprego, o fato do alto índice de criminalidade, segundo ela:

A maior parte desses meninos são jovens e tem relação com falta do emprego. As crianças aqui começam a entrar no crime a partir de 12 anos ou menos. O que falta aqui que as crianças não têm é área de lazer porque as áreas que estavam destinadas a isso, os moradores invadiram porque nós não temos uma praça. No projeto original tinha praça, tinha tudo. O trabalho que temos aqui com os jovens são realizados nas escolas, nas igrejas, mas não tem aquele acompanhamento que precisa disso. A gente não tem o apoio do poder público, inclusive no CRAS nós já buscamos muito esse apoio. Já sentamos muito com a secretária do CRAS, já trouxemos ela aqui mas até agora não houve avanço. Tudo que a gente faz aqui é com as nossas próprias forças.

Na fala de Pinheiro, nota-se sua insatisfação com o serviço ofertado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), na atenção que deveria ser dada aos adolescentes e jovens, sobretudo, na ausência de um acompanhamento contínuo. Vale ressaltar que, para ela, a referência de trabalhos desenvolvidos com adolescentes e jovens, são ofertados nas escolas e igrejas e não no CRAS.

Quando questionada sobre a existência de algum tipo de parceria entre Associação dos Moradores e CRAS, a presidente afirma que sim e explica:

A nossa parceria com o CRAS é assim: Quando nós temos ação aqui na associação o CRAS participa com a gente. Quando o morador vem buscar pelo CRAS ou alguma informação que é do CRAS a gente faz um encaminhamento e o CRAS atende. Sempre é Bolsa Família, a orientação do NIS, mas a demanda maior é o Bolsa Família. Quando o morador mora na Cidade Olímpica, mas ele mora de aluguel, a conta de luz não é no nome dele e ele precisa fazer o recadastramento dele e ele precisa de um comprovante e quem dá esse comprovante é a Associação. A gente comprova que ele mora na Cidade Olímpica, naquele endereço, mas que ele não é o proprietário da casa.

Observa-se, pela fala de Pinheiro, que a ineficiência do CRAS em Cidade Olímpica, está para além da falta de acompanhamento contínuo aos adolescentes e jovens, mas, sobretudo,

na carência da divulgação dos serviços ofertados à comunidade, fazendo com que esta busque na Associação dos Moradores, demandas relacionadas à sua atuação, como traz o seguinte relato da presidente:

Aqui é onde a comunidade pega todas as informações, pega toda orientação, aqui é onde o pai vem atrás do conselho tutelar, é onde ele vem atrás de uma vaga de um curso, é onde ele vem atrás de uma orientação de um posto médico, como ele deve chegar lá, como ele deve conseguir a consulta, esse que é o trabalho da associação.

Não significa que o trabalho do CRAS seja apenas dar tais informações, entretanto, por meio dessa demanda, a equipe técnica estaria ciente das reais necessidades dos moradores, a fim de criar estratégias de intervenção, com o objetivo de possibilitar a este indivíduo, acesso aos serviços público, sensibilização quanto aos seus direitos, desenvolvimento de suas potencialidades e outras necessidades.

Na pesquisa de campo realizada no CRAS, tive acesso a 30 fichas dos atendidos. Foi analisada a situação habitacional das famílias na Cidade Olímpica e apurou-se desse quantitativo que 0% dos domicílios possui rede de esgoto e 93% utilizam fossa séptica. Ainda que, 10% das residências possuem fornecimento de água pela rede pública e, 87%, por meio de poço artesiano, além de outras vulnerabilidades como: desemprego, extrema pobreza, baixa renda, entre outros. O que demonstra a escassez de atenção do poder público mediante as necessidades em questão.

[...] Os bairros ricos são atendidos por toda sorte de serviços, tais como escolas caras, campos de golfe, quadras de tênis e a polícia particular a patrulhar a área 24 horas por dia, que se emaranham em ocupações ilegais onde a água encontra-se disponível somente em fontes públicas, onde nenhum sistema sanitário existe, onde a eletricidade é privilégio de poucos, onde as ruas se tornam lama quando chove e onde o compartilhamento, atendo-se firmemente àquilo que foi possível agarrar na luta diária pela sobrevivência. (BALDO, 2003 apud HARVEY, 2009b p. 1)

A Cidade Olímpica, em sua trajetória, é marcada pela luta e resistência. Após a conquista da terra, no processo de construção do bairro, é notória a abstenção do poder público, o que ocorre até os dias atuais. Sem deixar reconhecer a vitória da conquista da terra, a Cidade Olímpica, atualmente, continua a lutar, não mais por moradia, mas por outros direitos que garantam melhores condições de vida.

Harvey (2009b) aponta que as carências urbanísticas são decorrentes da globalização neoliberal, em que as cidades, nesse contexto, advindas do capitalismo, são divididas socialmente entre elites e trabalhadores de baixa remuneração que se funde aos marginalizados e desempregados. Ou seja, a situação a qual o autor se refere, não se difere de São Luís,

enquanto cidade, haja vista as características atuais da Cidade Olímpica (bairro) aqui já mencionadas.

São as carências e fragilidades existentes em Cidade Olímpica que justificam a presença do CRAS no território, sendo este, um equipamento exclusivo da Política de Assistência Social (PNAS). A PNAS é uma das Políticas de Seguridade Social (as outras são: Previdência – de caráter contributivo e Saúde – direito de todos) que é destinada a quem dela necessitar. Está atribuída a defesa de direitos que visa garantir o acesso a eles por meio do conjunto das provisões socioassistenciais.

As carências manifestadas na vida dos que residem no bairro, sobretudo a ausência de como se manterem economicamente, demonstra ser a causa da criminalização e violência existente no território. Mediante a precariedade de serviços e acessos a estes na Cidade Olímpica, bem como a má qualidade da infraestrutura do bairro, o mesmo, na representação dos indivíduos que ali vivem, se constitui, então, como uma demanda específica para intervenção da Política de Assistência Social.

O Acesso ao Trabalho, por sua vez, como um programa da Política de Assistência, vem com a proposta de instruir os usuários do programa à empregabilidade e ao mundo do trabalho, a fim de fazer com que estes tenham melhores condições de vida sustentando-se economicamente através do seu próprio trabalho.

2 SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho trata-se de um programa que instrui os seus usuários quanto as questões relacionadas ao mercado do trabalho. Configura-se, ainda, em ser um programa da Política de Assistência Social (PAS), especialmente ligado à Proteção Social Básica. Essa proteção objetiva, dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desenvolver ações que previnam situações de vulnerabilidade social.

Por esta razão, justifica-se abordar a PAS por ser a base estrutural do Acesso ao Trabalho e, é a partir dela que o Programa se propõe. Compreender como ela se constitui e está implantada atualmente no Brasil, trará completude na análise e entendimento a respeito do Acesso ao Trabalho, que será exposto no capítulo posterior.

Inicialmente, é importante compreender que a Política de Assistência Social se configura como uma política pública determinada por um conjunto de ações que são realizadas pelo Estado com o intuito de garantir direitos de cunho social. A assistência social no Brasil, passou a ser considerada como um direito, a partir da Constituição Federal (CF) de 1988, que contempla o Sistema da Seguridade Social, garantido pelo Estado, juntamente com a política de saúde e previdência social.

A política de saúde é destinada a qualquer ser humano e todos têm o direito de usufruir dessa política pública. A previdência social é exclusiva aos trabalhadores (formal ou informal contanto que haja contribuição financeira) e a política pública de assistência social é apenas para quem dela necessitar.

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993, Art. 1).

Este é o art. 1º da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), lei de nº 8.742, de 07/12/93 que foi criada com o objetivo, segundo a própria lei, de garantir uma política de proteção a quem dela necessitar. A PAS é instaurada em um país regido por um Estado democrático de direitos e de modelo econômico capitalista, ou seja, democrático de direitos por ser seu dever garantir que a lei seja cumprida e, capitalista, fator determinante para divisão da sociedade em classes, o que ocasiona o crescimento do número de usuários da PAS devido ao agravamento das desigualdades sociais.

Classificam-se como usuários da PAS pessoas e famílias em situação de risco e/ou vulnerabilidade social, considerando que, risco social, caracteriza-se por indivíduos que sofrem algum tipo de negligência, violência, abandono, abuso e/ou exploração sexual ou comercial, trabalho infante-juvenil, em situação de rua, migração, dependência de uso ou tráfico de substâncias psicoativas, desagregação familiar, maus-tratos e infração penal. Já a vulnerabilidade é a condição que gera fragilidade, discriminação, desvantagem e exclusão social (SIMÕES, 2009). Nota-se que, famílias e/ou indivíduos em situação de risco social, já sofrem algum tipo de violação de direito, diferentemente dos que se encontram vulneráveis.

Simões (2009) aponta que a ideia de prestar uma assistência aos desfavorecidos, ocorre desde a Idade Média, em que a igreja era quem mantinha a administração de obras em mosteiros, hospitais, leprosários, orfanatos e escolas. Os serviços prestados à classe dos desfavorecidos, eram ofertados em forma de caridade, de benesse.

A partir do surgimento da sociedade capitalista, a preocupação com os necessitados começou a surgir de forma mais expressiva. A burguesia, como detentora do poder econômico e político, previa que os desfavorecidos pudessem criar problemas sociais e políticos devido, obviamente, a situação de subalternidade em que se encontravam gerada, sobretudo, pela exploração da força de trabalho.

As políticas sociais são instauradas, então, a partir de lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, em decorrência da consolidação do sistema capitalista, até meados do século XX. “Elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução Industrial, das lutas de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

Levando em consideração o crescimento do sistema capitalista como modelo econômico no século XX, é possível dizer que, a constituição das políticas sociais se deu não com a finalidade de proporcionar o bem comum, benesse ou caridade, mas, sobretudo, de manter a “ordem social”, pacificando a luta entre as classes, não prejudicando assim os interesses da classe dominante.

Houve sim, uma mudança profunda na perspectiva do Estado, que abrandou seus princípios liberais e incorporou orientações social-democratas num novo contexto socioeconômico e da luta de classes, assumindo um caráter mais social, com investimento em políticas sociais (Pisón, 1998). Não se trata, então, de estabelecer uma linha evolutiva linear entre Estado liberal e o Estado social, mas sim, de chamar a atenção para o fato de que ambos têm um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 63).

Ou seja, não se trata de proporcionar políticas sociais, mas de manter os ideais capitalistas. Ainda segundo Behring e Boschetti (2011), o período de introdução das políticas sociais é marcado pelo liberalismo, neste, o Estado possui o papel de fornecer base legal que garantisse maior liberdade ao mercado, dessa forma, produziria o bem comum social. Parece contraditório a liberdade econômica e o livre mercado produzirem bem comum, pois não está sendo levado em consideração que, apesar de “livres”, nem todas as pessoas possuem as mesmas condições e oportunidades, logo, não há igualdade, apesar da “liberdade”.

Behring e Boschetti (2011) dizem que as primeiras iniciativas de políticas sociais podem ser entendidas na relação da continuidade entre o Estado liberal e o social, contudo, contraponho dizendo que tais políticas não fornecem bem comum, pois estão alinhadas com os fundamentos do capitalismo, nesse sentido, a intervenção do Estado com as políticas sociais é manter a desigualdade existente entre as classes.

Para melhor compreensão a respeito da existência do Estado e de seu papel, uma breve contextualização acerca institucionalização do Estado na sociedade, por meio dos autores contratualistas Thomas Hobbes, John Locke e Jean Jacques Rousseau será apresentada.

O termo contratualista é dado a eles por acreditarem na instituição do Estado por intermédio de um contrato social, ou seja, um acordo socialmente determinado, entretanto, os autores estabelecem tais acordos de formas distintas. Cada um analisa a sociedade em um determinado estado de natureza e, pela razão desse estado de natureza, segundo eles, deve existir uma autoridade que mantenha a ordem/harmonia social.

A abordagem sobre o Estado se faz necessária, pois é ele o órgão responsável pela implantação da Política de Assistência Social no Brasil. É importante compreender quais suas motivações para instituição de uma PAS, sendo a atenção desta voltada para o público vulnerável socialmente, podendo ser o pobre, a criança, o adolescente, o idoso, o deficiente, entre outros.

Entender essa questão auxilia, também, na compreensão do fundamento para a criação do Acessuas enquanto um programa que orienta pessoas de 14 a 59 anos, em situação de risco e vulnerabilidade social para o mercado de trabalho. É o Estado, por meio da Política de Assistência Social que garante a execução do Programa e, estar a par dessa discussão é essencial.

2.1 A institucionalização do Estado segundo os contratualistas e suas interferências na PAS

O nascimento do Estado surge nas sociedades, a partir do entendimento da maneira de como os indivíduos enxergam o seu convívio. Entre tantas outras, é instituída uma necessidade que visa trazer o controle sobre os seres humanos, como se estes, fossem incapazes de relacionar-se sem ter quem o dominasse.

Hobbes (1983) diz que a sociedade vive em um estado de natureza em que todos estão contra todos em situação de guerra. É necessário, então, diante desse quadro, que os indivíduos elejam um soberano que governe todo o povo e estabeleça a ordem. O soberano, de acordo com o autor, serve para manter o controle do caos. Possui poder ilimitado na manutenção da forma de governo, na autonomia de seus decretos, no controle das ideias e da propriedade privada e no poder de punição. Na obra *Leviatã*, sobre a transferência de direitos para a escolha de um governante, Hobbes (1983) afirma:

[...] É preciso examinar quais são os direitos que transferimos no momento em que criamos o Estado. Ou então, o que é a mesma coisa, qual a liberdade que a nós mesmos negamos, ao reconhecer todas as ações (sem exceção) do homem ou assembleia de quem fazemos nosso soberano. (HOBBS, 1983, p. 75).

Para Hobbes (1983), os indivíduos devem abrir mão de sua liberdade, dando ela ao soberano para que este os mantenham seguros. Diferentemente de Hobbes, para Locke (1998), o estado de natureza social é positivo. Ele defende a ideia de que, o ser humano, naturalmente, tem o direito à vida, à liberdade, à igualdade e à propriedade privada. A ideia de governante, nesse caso, é criada para garantir os direitos naturais por meio do poder legislativo.

Vale pontuar que, em Locke (1998), a propriedade privada se estabelece como um direito natural e que o governante tem o dever de garantir este direito. Contudo, como justificar igualdade e propriedade privada como direitos naturais se a propriedade privada é privilégio de alguns apenas? Locke (1998) afirma que todos são iguais uns aos outros,

[...] Sem subordinação ou sujeição, a menos que o Senhor e amo de todas elas, mediante qualquer declaração manifesta de Sua vontade, colocasse uma acima de outra e lhe conferisse, por evidente e clara indicação, um direito indubitável ao domínio e à soberania. (LOCKE, 1998, p. 382).

Ele afirma que todos são iguais, sem subordinação ou sujeição, mas que o governante possui a autonomia de acordo com a sua vontade/interesses conferir direitos a alguns.

Poderia dizer, diante da afirmação de Locke, que ele e Durkheim estariam com o mesmo pensamento, visto que Durkheim acreditava que a sociedade é estabelecida conforme as leis da

natureza, alguns são privilegiados e outros não, só que tais privilégios para Locke é dado pelo Estado e não naturalmente. Marx discordaria dessa afirmação, pois para ele, a sociedade é organizada por uma estrutura atravessada por contradições. Estas, por sua vez, são ocasionadas por meio da ação do ser humano e não da natureza.

O que distingue os indivíduos humanos é o que produzem seus meios de vida, condicionados por sua organização corpórea e associados em agrupamento. Os indivíduos humanos são tais como manifestam sua vida. O que são coincide com a sua produção, tanto o que produzem quanto com o modo como produzem. (MARX; ENGELS, 2001, p. XXIV).

A sociedade, segundo Marx, é resultado da ação dos indivíduos, do que eles produzem e de como produzem. Tal produção gera desigualdade em que há sempre uma classe social sobreposta à outra e, se utiliza dessa para garantir seus interesses.

Dando continuidade sobre a concepção dos contratualistas a respeito da criação do Estado na sociedade, Rousseau defende o estado de natureza social do ser humano como sendo bom e livre. Entretanto, o convívio em uma sociedade complexa torna o indivíduo mal, que ao invés de continuar sendo bom, como no seu estado natural, ele passa a agir pela razão e buscar por interesses pessoais e não coletivos.

Ora, como os homens não podem engendrar novas formas, mas apenas unir e dirigir as existentes, não tem meio de conservar-se senão formando, por agregação, um conjunto de forças que possa sobrepujar a resistência, aplicando-as a um só móvel e fazendo-as agir em comum acordo. (ROUSSEAU, 1996, p. 20).

Encontrar uma forma de associação que defenda e proteja com toda a força comum a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, contudo, a si mesmo e permaneça tão livre quanto antes. Este é o problema fundamental cuja solução é fornecida pelo contrato social. (ibidem, p. 21).

É mediante a situação de egoísmo do ser humano que Rousseau propõe o contrato social, na legitimação de um governo escolhido pelo povo e que defenda os seus interesses em que o bem comum é mais importante que a vontade individual. Rousseau, embora seja um contratualista, historicamente, ele é inspiração para um pensamento democrático, proporcionando, principalmente, uma ideia de participação direta, e não de representatividade. Para Rousseau, a política tem que ser feita no cotidiano por meio da chamada democracia participativa (fóruns, assembleias, etc.). Tal participação possibilita que o povo governe diretamente e não apenas só escolhendo seus governantes.

Contrapondo-se a Rousseau, Montesquieu, ao apresentar a República como uma forma de governo, acredita que o poder é do povo e que este sabe escolher muito bem, mas é incapaz de governar, porque é movido pela paixão e não pode decidir.

O povo que possui o poder soberano deve fazer por si mesmo tudo o que pode fazer bem, deve fazê-lo por meio de seus ministros. Seus ministros não são seus se eles não o nomeiam, logo, é uma máxima fundamental deste governo que o povo nomeie seus ministros, isto é, seus magistrados. Tem necessidade, como os monarcas, e até mais do que eles, de ser conduzido por um conselho ou senado. Mas, para que nele tenha confiança, deve eleger seus membros. (MONTESQUIEU, 1996, p. 20).

É importante destacar que, mesmo de maneiras distintas, os modelos de contrato social, aqui apresentados, configuram-se em forma de dominação, em que há sempre uma soberania para exercer controle sobre o povo, mesmo que o povo escolha seu governante. Percebe-se que, independente do estado de natureza do ser humano, seja em guerra ou em harmonia, os indivíduos sempre deverão estar subordinados para que se consigam obter uma ordem social, segundo os contratualistas.

Vale pontuar que, a inspiração da forma de governo e regime político do Brasil, está ligada a Montesquieu, por trazer a ideia de democracia representativa e ainda por estabelecer divisão dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, utilizada no Brasil. O país recebe influências, também, do federalismo, instituído nos Estados Unidos em 1787. As inspirações federalistas foram modelos para o Brasil, especialmente na atribuição de competências aos entes federativos: União, Estados e Municípios.

Trazendo para o âmbito da Política de Assistência Social, fica claro identificar as atribuições dos entes federativos, por exemplo: é o Governo Federal quem planeja e oferta os serviços, benefícios e programas, ficando a cargo do Estado mediar, assessorar e até monitorar os Municípios que, por sua vez, executam as ações estabelecidas pela União.

No Brasil, adota-se um modelo de governo representativo e, no que tange às políticas públicas, referindo-se, especialmente, às políticas sociais, fica a cargo do governo, na gestão do Ministério da Cidadania, decidir as tomadas de providências e ações quanto a Assistência Social no país. Por mais que existam ferramentas participativas como fóruns, assembleias, conselhos e conferências que permitem a participação da população, quem define o que será realizado, ao final, é o governo. Não sendo estabelecida por seus usuários, a PAS torna-se, também, por este aspecto, insuficiente ao combate à desigualdade social.

O Acesso ao Trabalho, como sendo um programa social embasado por esta política, demonstra estabelecer-se do mesmo modo, inepto na eliminação da desigualdade social, considerando o fato de seus usuários se sujeitarem à condição de subalternidade quando sensibilizados a serem inseridos no mundo do trabalho.

2.2 A Assistência Social no Brasil atual

As políticas de ampliação e extensão dos benefícios e direitos sociais no Brasil, se iniciam no ano de 1930, com a criação das primeiras leis de proteção ao trabalhador e as primeiras instituições de previdência social. É importante evidenciar que, apesar de, naquele momento existirem outras demandas sociais a exemplo da pobreza e crianças órfãs, que até então eram atendidas por meio da filantropia, tinha-se como característica de direito apenas as demandas vindas da questão trabalho.

É a partir da CF de 88 que se firma um vasto conjunto de direitos sociais para além do trabalho, envolvendo as outras demandas como a infância, velhice e maternidade.

A Constituição institui a Assistência Social como política de Estado e, portanto, como direito social, sob o princípio da universalidade do acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem-estar brasileiro. Tem por pressuposto o reconhecimento institucional da legitimidade das demandas de seus beneficiários e usuários, no contexto da Assistência Social. Define-se assim, como uma política de garantia dos direitos sociais. (SIMÕES, 2009, p. 180).

A PAS foi instituída pelos artigos 203 e 204 da CF e é regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Esta, por sua vez, divide a PAS em três níveis: elaboração, corporificação e viabilização material. A elaboração da PAS é realizada por meio de conselhos e representantes da população; a corporificação, ou seja, a maneira de trazer a existência o que foi elaborado é idealizada por meio do Plano de Assistência Social e sua viabilização material, ou seja, seu financiamento é oriundo do Fundo de Assistência Social (SIMÕES, 2009).

A gestão das ações na área de assistência social, segundo o art. 6º da LOAS, deve ser organizada sob um sistema descentralizado e participativo. É criado, então, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nele é instituído um novo modelo de gestão.

O SUAS representa uma nova forma de organizar e gerir a assistência social brasileira. Planejado e executado pelos governos federal, estaduais, do Distrito Federal (DF) e municipais, em estreita parceria com a sociedade civil, garante a assistência social devida a milhões de brasileiros, em todas as faixas etárias. (BRASIL, 2009, p. 9).

São objetivos do SUAS, de acordo com o art. 6º da LOAS: - consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos; - integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; - estabelecer as responsabilidades entre os entes federativos de acordo com as ações de assistência social; - definir os níveis de gestão; - implementar a gestão do trabalho e a educação na assistência social, bem como estabelecer a gestão integrada dos seus serviços e benefícios; - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos. (BRASIL, 1993, Art. 6).

O SUAS é quem solidifica a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o marco inicial de sua implantação foi a Norma Operacional Básica (NOB/SUAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), pela Resolução de nº 130 de 15/07/05. O SUAS define, ainda, as funções da PNAS, sendo elas, a proteção social, a vigilância social e a defesa dos direitos socioassistenciais. Será disposto, aqui, apenas a proteção social, pois é a partir dela que nascerá o Acessuas Trabalho.

A proteção social é definida pela proteção social básica (PSB) e proteção social especial (PSE). Esta última é subdividida em média e alta complexidade. Tais níveis de proteção foram definidos em 2003 na deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social. O SUAS, então, organiza-se segundo as necessidades sociais decorrentes dos graus de complexidade dos riscos e vulnerabilidades sociais por meio da proteção social.

As proteções são firmadas como um conjunto de serviços, benefícios, programas e projetos que tem por objetivo atendimento e acompanhamento à população em situação de vulnerabilidade e risco social. O Acessuas Trabalho nasce dentro da PSB, como um programa que visa promover ações a partir do acesso aos serviços e da inclusão no mundo do trabalho.

A PNAS, aprovada pelo CNAS, promove, sobretudo, a defesa e atenção aos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos mais empobrecidos e socialmente excluídos. Cabe, por isso, à assistência social, segundo essa política, as ações de prevenção, proteção, promoção e inserção, bem como o provimento de um conjunto de garantias ou seguranças que cubram, reduzam ou previnam a vulnerabilidade, o risco social e eventos, assim como atendam às necessidades emergentes ou permanentes, decorrentes de problemas pessoais ou sociais de seus usuários e beneficiários. (SIMÕES, 2009, p. 296).

Simões (2009) expõe os objetivos da PNAS e a quem ela se destina. Em outro momento, o autor atribui o contexto de exclusão social dos indivíduos à questão econômica. Ele diz que, “[...] a exclusão é o resultado do processo social que impossibilita o acesso, de parte da população, aos bens e recursos disponibilizados pela sociedade, gerando a privação, o abandono e a expulsão dessa população da convivência social.” (SIMÕES, 2009, p. 339).

Que processo social seria esse que impossibilita o acesso de parte da população a bens e recursos, senão a ferocidade do sistema capitalista e o desejo desgovernado do capital financeiro? De fato, tal processo, gera privação, abandono e expulsão dessa população em determinados ambientes na sociedade brasileira. Notoriamente observa-se a divisão da sociedade em classes.

O autor ainda, contextualizando sobre a sociedade e as políticas públicas, aponta uma falha do neoliberalismo que, segundo ele, é a maximização do individualismo, do livre funcionamento da mão invisível do mercado e que o processo competitivo é o responsável pelas

desigualdades (SIMÕES, 2009). Eu discordo, penso que é a desigualdade que gera a competitividade e não o inverso.

Simões (2009) descreve, ainda, que a doutrina neoliberal em implementar políticas públicas focadas na redução das desigualdades sociais, perde o seu objetivo de maximizar as taxas de crescimento econômico. Discordo mais uma vez, pois em um sistema em que o objetivo seja o lucro e o crescimento financeiro, jamais serão postas condições para que esse objetivo não seja cumprido.

Não se pode negar que a implementação da PNAS, além de um marco histórico, foi também, uma conquista para a classe subalterna. Aqueles que eram “ajudados”, que recebiam doações e caridades, passam por meio de uma política pública, orientada teoricamente e fundamentada institucionalmente a serem portadores de direitos. Entretanto, ela não se propõe ser uma política que, de fato, elimine as desigualdades.

2.3 A manutenção da desigualdade social por meio da Política de Assistência Social e Estado

A assistência social se constitui por meio da Constituição Federal (CF) como integrante ao que se chama de tripé da Seguridade Social, sendo composta, também, pela Saúde e Previdência Social.

O art. 203 da CF estabelece que, a assistência social não é um direito a todos os cidadãos, mas é destinada apenas a quem dela necessitar, independente de contribuição à Seguridade Social e, têm os seguintes objetivos:

- I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II – o amparo à crianças e adolescentes carentes;
- III – a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV – a habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiências e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V – a garantia de salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que, comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (ANGHER, 2013, p. 73).

A partir de então, a Política Pública de Assistência Social (PPAS) é instaurada. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) gere todas as ações mediante aos programas, projetos, serviços e benefícios destinados a quem deles necessitar.

O fato das ações serem destinadas a um público específico, comprova a teoria da sociedade dividida em classes, especialmente em duas classes, uma dominante e outra subalterna a esta, que não dispõem dos mesmos privilégios, tornando-se vulnerável

socialmente, necessitando assim, da intervenção de um outro que venha amenizar esse desequilíbrio.

A história demonstra que o Estado, como aparelho especial para coerção dos homens, surge apenas onde e quando ocorre a divisão da sociedade em classes, quer dizer, a divisão em grupos de pessoas, de algumas das quais, se apropriam permanentemente do aparelho alheio, por meio do qual uns exploram os outros. (LÊNIN, 1977, p. 3).

As políticas sociais brasileiras, como já dito anteriormente, foram determinadas enquanto direito após sucessivas lutas e movimentos sociais da classe trabalhadora, em decorrência a consolidação do sistema capitalista até meados do século XX. Políticas estas constituídas não com perspectiva de bem-estar social, mas tão somente para pacificar a luta de classes e manter os interesses da classe dominante.

A LOAS, já mencionada, é a base que estrutura a PPAS no Brasil, bem como seus programas, projetos, serviços e benefícios. Logo, em seu art. 1º diz que é dever do Estado prover mínimos sociais para o cidadão para garantir suas necessidades básicas. Prover mínimos sociais parece garantir bem-estar social diminuindo a desigualdade? Ou seria a implantação da utopia de leis mais justas em que, quem se beneficia é tão somente a classe dominante? Mínimos sociais são relativamente insignificantes diante da riqueza concentrada nas mãos de poucos e pobreza estabelecida na maior parte da população brasileira.

A Revista Veja, por meio de uma pesquisa realizada pela consultoria Knight Frank, publicou, em março de 2018, que o número de milionários é crescente no Brasil. A pesquisa informou que, no final de 2017, o país contava com 43.700 pessoas com uma fortuna superior a US\$ 5 milhões, isso equivale a aproximadamente 0,02% da população brasileira. Enquanto 13.350 milhões de pessoas vivem com menos de R\$134,00 por mês, ainda de acordo com a revista (VEJA, 2018).

Ao analisar a constituição da atual Política de Assistência Social, observo ser uma excelente política para tentar amenizar os danos sociais causados pela diferença entre as classes, mas não uma política para sanar esses danos. Prova desta observação, é a descrição dos objetivos da PNAS quando diz considerar a desigualdade visando o seu enfrentamento por meio da garantia de mínimos sociais.

A PPAS realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, considerando as desigualdades socioterritoriais, visando seu enfrentamento, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. Sob essa perspectiva, objetiva:
Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e, ou, especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitarem [...] (BRASIL, 2005, p. 33).

A PNAS se propõe, então, a amenizar a desigualdade e o conflito entre as classes, mas não acabar com eles. Isso porque, talvez, sua verdadeira intenção seja fazer com que a classe subalterna pense da mesma forma que a classe dominante. Marx e Engels (2001) descrevem esse ato explicando que a classe dominante é dominadora, não apenas por possuir os meios de produção do trabalho, mas, também, meios de produção intelectual, de ideias e pensamentos que são favoráveis a ela.

A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe também, dos meios da produção intelectual de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, em outras palavras, são as ideias de sua dominação. (MARX; ENGELS, 2001, p. 48).

O Estado como propulsor da política social se põe, então, como uma “[...] máquina para manter a dominação de uma classe sobre a outra” (LÊNIN, 1977, p. 5). Quando a sociedade recebe as ações dessa política como algo positivo, ela está sendo influenciada hegemonicamente com os ideais da classe dominante, reafirmando a diferença entre as classes e, juntamente com ela, a desigualdade social.

Uma relação de hegemonia é estabelecida quando um conjunto de crenças e valores se enraíza no senso comum [...] ora, podemos constatar que predominam, hoje, no senso comum, determinados valores que asseguram a reprodução do capitalismo, ainda que nem sempre o defendam diretamente. (COUTINHO, 2010, p. 30).

Coutinho (2010), quando fala em determinados valores, está se referindo as características da atual sociedade: o individualismo, por tirar vantagem de tudo, o privatismo, na certeza de que o Estado deixa tudo ao livre jogo do mercado e a naturalização das relações sociais, na concepção de que as desigualdades provocadas pelo capitalismo são naturais.

Essas características se assemelham com o pensamento de Rousseau, na ideia de que, o indivíduo perde seu estado de natureza original quando passa a conviver em uma sociedade complexa, se tornando, assim, egoísta, pensando apenas em si e não na coletividade. Essa sociedade complexa seria o então modelo capitalista, daí a proposta de um governante (o Estado) para apaziguar as relações de desigualdade social.

Não exponho aqui a minha contrariedade as políticas sociais, apenas a forma com que elas são constituídas e operacionalizadas, pois elas não emancipam e não resolvem estruturalmente o problema, que é a desigualdade social. O fato da conquista das políticas sociais ter sido por meio de lutas e movimentos da classe subalterna, não significa que sua intervenção seja para benefício dessa classe. Coutinho (2010) aponta esse ato como

característica de uma revolução passiva em que o Estado reage às reivindicações da classe desfavorecida, acolhe parte de suas demandas e introduz, nela, modificações que favorecem a classe dominante.

A própria luta do grupo socialmente dominado está pautada na permanência de sua situação desigual, quando em suas lutas pleiteiam melhores condições de trabalho, mais oportunidades de emprego, melhores salários, moradia e outras necessidades. Na realidade, estão reafirmando a sua condição de subalternidade e, que o Estado deve atuar de forma a suavizar essa situação, o que mantém a situação de desigualdade.

Coutinho (2010) diz que o grande desafio da classe subalterna é romper com a hegemonia da pequena política, ou seja, não aceitar o discurso hegemônico da classe dominante e sensibilizar o grupo dominado contra as práticas capitalistas e não a favor delas, dessa forma, o bem comum, de fato, deverá ser instituído e as desigualdades, sanadas.

A desigualdade social é um dos principais problemas no Brasil, para tanto o Estado cria e implementa propostas que intervenham nessa realidade com a finalidade de diminuí-las. Por que não saná-las?

É na ideia de manter o controle e o equilíbrio social que o Estado é estabelecido, com o objetivo de proporcionar o “bem comum a todos”, contudo, extinguir as diferenças sociais econômicas existentes, seria o mesmo que eliminar, de uma vez por todas, com modelo econômico do país, o capitalismo, sendo este, o propulsor de tal desigualdade.

A classe subalterna, influenciada hegemonicamente pelos interesses da classe dominante, exige do Estado, condições aperfeiçoadas que lhe garanta permanecer na mesma condição. O Estado, por sua vez, em decorrência da revolução passiva, atende parcialmente o pleito do grupo desfavorável, a fim de manter a ordem, contudo, implanta neste grupo, os interesses dos dominadores. É nessa tentativa de “equilíbrio social” que as políticas sociais são instauradas, contudo, sempre defendendo os interesses da minoria, ou seja, da burguesia.

No Brasil, a PPAS é estabelecida a quem dela necessitar, em outras palavras, à classe dominada, sendo esta constituída como, não por razões naturais, mas por consequência ao sistema capitalista desigual instaurado socialmente. A PAS se torna contraditória, pois uma política que deveria garantir os interesses dos desfavorecidos, na verdade, interpõe suas ações para assegurar mínimos sociais e inclusão a um sistema que vai perpetuar a desigualdade.

É nesse contexto contraditório, entre os objetivos e a operacionalização da PAS, que será tratado sobre o Acessuas Trabalho, buscando compreender questões acerca de sua intencionalidade, a que se propõe e que resultados ele traz para a vida de seus usuários em Cidade Olímpica.

É no CRAS que o Acessuas trabalho é desenvolvido. Para tanto, foi necessário para o aprimoramento desta pesquisa, analisar, contextualizar e descrever as ações desenvolvidas no CRAS, localizado na Cidade Olímpica, como veremos a seguir. O CRAS é instituído dentro da Proteção Social Básica, ele existe como um equipamento da assistência social disponível à comunidade a fim de prevenir situações de risco e vulnerabilidade social.

2.4 O Centro de Referência da Assistência Social e sua atuação na Cidade Olímpica

É por meio da gestão municipal que a PNAS é desenvolvida na região, para tanto, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS), classifica os municípios brasileiros em três níveis de gestão, podendo ser, inicial, básica ou plena. A classificação é estabelecida de acordo com a capacidade do município em executar a política e, está relacionada com o cofinanciamento a ser recebido pelo Governo Federal, por meio do atual Ministério da Cidadania.

Os municípios, também, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são classificados quanto a sua população, que está relacionado com o número de habitantes. A classificação se dá em pequeno, médio ou grande porte e metrópole. São Luís é categorizada como metrópole por possuir mais de 1 milhão de habitantes, por esta razão, é executado na capital maranhense, todos os serviços socioassistenciais, tanto da PSB quanto da PSE.

Dentro da PSB têm-se o CRAS, como sendo um local comumente chamado de porta de entrada para a política de assistência social no Brasil.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social, responsável pela organização e ofertas de serviços da proteção social básica do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios e DF. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias a rede de proteção social de assistência social. (BRASIL, 2009, p. 9).

O CRAS tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, ofertando o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). A territorialização é um dos eixos estruturantes do SUAS, faz com que a oferta dos serviços socioassistenciais estejam mais próximos dos usuários da PAS. Usa-se o termo “usuário” para identificar a população que recebe os serviços e benefícios da PAS.

O antigo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), ao criar as orientações técnicas do CRAS, em 2009, descreve que a proximidade dos serviços socioassistenciais aos usuários

aumenta a eficácia e efetividade das ações, criando condições favoráveis à prevenção das situações de risco e vulnerabilidade social, como também, a identificação e estímulo das potencialidades presentes no território.

São Luís conta com 20 unidades de CRAS distribuídos em toda a cidade. Os CRAS estão nos seguintes bairros da capital: Coroadinho, Maracanã, Vila Bacanga, Cohab, Cidade Operária, Anjo da Guarda, Anil, Vila Nova, Centro, João de Deus, Bequimão, Estiva, São Francisco, Bairro de Fátima, São Raimundo, Liberdade, Vinhais, Turu, Janaina e Cidade Olímpica. A Figura 11 mostra o prédio do CRAS na Cidade Olímpica.

Figura 10: CRAS Cidade Olímpica.



Fonte: Palhano 2019.

Na Cidade Olímpica, o CRAS está localizado na Avenida Jailson Viana, quadra 83, bloco A, número 81. Foi inaugurado em 20 de fevereiro de 2006, no auge do governo Lula, quando o ex-presidente assumia o seu segundo mandato, o prefeito de São Luís, nesse momento, era Tadeu Palácio.

O território de abrangência do CRAS Cidade Olímpica, está definido, de acordo com a SEMCAS, para além da Cidade Olímpica, atendendo, também, os bairros: Vila Sapinho, Vila Nestor, Vila Geniparana, Estrela Dalva (Alexandre Tavares), Residencial Clara Nunes, Residencial José Reinaldo Tavares e Residencial Maria José Aragão.

Fazendo um comparativo entre os bairros informados pela SEMCAS e os bairros informados pelo CRAS, por meio do mural, percebe-se que há uma diferença de quatro bairros. Vejamos quadro comparativo para melhor compreensão:

Quadro 1: Comparativo dos bairros atendidos pelo CRAS.

Bairros informados pela SEMCAS	Bairros informados pelo CRAS
Cidade Olímpica	Cidade Olímpica
Vila Sapinho	Vila Sapinho
Vila Nestor	Vila Nestor
Vila Geniparana	Vila Geniparana
Estrela Dalva (Alexandre Tavares)	Estrela Dalva (Alexandre Tavares)
Residencial Clara Nunes	Residencial Clara Nunes
Residencial José Reinaldo Tavares	Residencial José Reinaldo Tavares
Residencial Maria José Aragão	Residencial Maria José Aragão I
---	Residencial Maria José Aragão II
---	Vila Olímpica
---	Conjunto Geniparana
---	Habitacional Sarney Costa

Fonte: Dados do CRAS Cidade Olímpica
ORG.: A autora, 2019.

Wesley, técnico de referência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do CRAS Cidade Olímpica, explicou a divergência. Segundo ele, o bairro Habitacional Sarney Costa não é mais referenciado pelo CRAS Cidade Olímpica, e sim, por outro CRAS. Ele explica, ainda, que o bairro Vila Olímpica está contemplado dentro de Cidade Olímpica, o bairro Conjunto Geniparana está contemplado dentro de Vila Geniparana e Residencial Maria José Aragão está apenas dividido entre I e II. Esses bairros configuram-se como sendo o mesmo bairro, só que é a própria comunidade quem vai criando essas novas referências. Assim, o CRAS segue essas referências dadas pelos usuários para facilitar a compreensão deles na identificação dos bairros que aquele CRAS atende.

Como foi visto no capítulo anterior, a Cidade Olímpica nasceu de uma ocupação em que pessoas desprovidas de moradia, buscavam um local para viver. Foi visto, ainda, que atualmente

o bairro necessita de atenção quanto ao transporte, segurança pública, saúde e educação, o que ocasiona vulnerabilidade no local.

A NOB – SUAS admite que os CRAS sejam instalados, prioritariamente em territórios com maior concentração de famílias com renda per capita mensal de meio salário mínimo, uma vez que as vulnerabilidades sociais podem ser agravadas pela situação de empobrecimento das famílias. Em geral, territórios com concentração de famílias pobres são mais vulneráveis, pois são desprovidas de serviços, o que evidencia a necessidade de uma maior atenção do Estado. (BRASIL, 2009, p. 34).

Tais características compõem o quadro situacional da Cidade Olímpica, contando também com o alto índice de violência, criminalidade e rivalidade entre facções, fazendo com que o bairro seja um ambiente propício para a implantação e funcionamento do CRAS.

A infraestrutura dos CRAS é estabelecida de acordo com o número de atendimentos prestados. Segundo Rodrigues, assistente social de profissão e, há dez anos atuando como coordenadora do CRAS Cidade Olímpica, neste, são realizados, em média, 1.200 a 1.400 atendimentos por mês. Rodrigues complementa: “esse mês acho até que vai extrapolar, porque só o turno da manhã hoje me passou os atendimentos realizados e estamos em 827 atendimentos só pela manhã.”

Existe uma diferença entre atendimentos e acompanhamentos. O atendimento é realizado a qualquer pessoa que busca no CRAS, orientação, encaminhamento, consulta ou outras necessidades, estando ela inserida em algum serviço ou não. Acompanhamentos são somente para os usuários do CRAS que estão inseridos em algum dos serviços ofertados. Estes, recebem acompanhamento individual e familiar pela equipe multiprofissional existente no Centro de Referência. Rodrigues diz que, atualmente, existem em média, no CRAS, 132 famílias em acompanhamento.

Os usuários podem chegar ao CRAS de três maneiras: por meio da busca ativa, quando o técnico do CRAS busca os usuários no território, por meio de encaminhamentos recebidos ou por demanda espontânea. Esta última, refere-se à própria busca do usuário pelos serviços do CRAS (orientação, atendimento ou algum benefício).

A Coordenadora quando questionada sobre quais as principais demandas para os atendimentos e, de que forma os usuários do CRAS Cidade Olímpica chegam ao equipamento, respondeu:

Chega de tudo aqui no CRAS, desde demanda de saúde, de educação, de justiça, tudo chega pra nós, até mesmo de segurança pública, tudo isso chega para nós aqui. Aqui nós não vamos fazer como alguns lugares fazem, se não é aqui a gente dá orientação para onde o usuário deve ir, a gente sempre tenta fazer esse direcionamento, orientação e encaminhamento, porque muitas vezes esses usuários já bateu em várias portas até chegar aqui. Eu sinto que é obrigação nossa pelo menos orientar pra onde ele deve se direcionar.

Eu acho que mais de 50% é por demanda espontânea. Busca ativa é mais quando é demanda da justiça, a gente recebe muita demanda da justiça, é bom até ressaltar que a gente recebe muita demanda que não é da assistência, a gente recebe muito e com aquele prazo com aquele velho recadinho lá com dez dias para resposta sob pena disso e daquilo outro. A gente recebe muita demanda da justiça e aí a gente vai fazer a busca dessas famílias e cabe a nós que trabalhamos na política, que conhecemos a política, explicar o que compete a assistência, nós não nos recusamos a atender, a gente deixa isso bem claro, apesar de a gente ler a história e saber que não é caso da assistência, nós fazemos a visita e no relatório nós vamos fazer lá nossas observações e conclusões e destacar o que a política diz o que é acompanhamento de casos da política de assistência, a gente faz isso nos nossos pareceres. A gente recebe alguns encaminhamentos de outros órgãos também, mas busca ativa é mais questão de justiça ou questão do Bolsa Família, quando a gente recebe uma demanda de averiguação, de fazer a averiguação dessa família.

A coordenadora, ao falar sobre as demandas recebidas da justiça, refere-se aos casos judiciais, em sua maioria, encaminhados pelo Ministério Público para análise e emissão de parecer social sobre algum caso. Tais demandas, de fato, não são da assistência social, e sim, do judiciário, que deve possuir seus próprios assistentes sociais para realização deste serviço. Pela carência desses profissionais no judiciário, se valem dos profissionais da assistência, especialmente dos CRAS, por conhecerem melhor o território e as famílias.

De acordo com a quantidade de atendimentos realizados no CRAS Cidade Olímpica, a orientação técnica para os CRAS, define que este equipamento deve conter no mínimo uma recepção, duas salas de atendimento, duas salas de uso coletivo, uma sala administrativa, uma copa/cozinha e banheiros. Os ambientes devem proporcionar acessibilidade para pessoas deficientes ou com mobilidade reduzida.

No entanto, os ambientes no CRAS Cidade Olímpica, são distribuídos em um prédio alugado e possui dois pavimentos. No térreo, encontra-se uma recepção, onde são realizadas as reuniões de acolhida. Nessas reuniões, são expostos os serviços ofertados no local, logo, a recepção também se torna eventualmente uma sala de uso coletivo. Dispõe, ainda, de duas salas de atendimento, uma exclusiva para atendimento psicológico e a outra para atendimento do Cadastro Único; dois banheiros, um feminino e um masculino; uma sala administrativa, onde ocorrem reuniões com a equipe e, também, atendimento social, dispõe, ainda, de uma cozinha e um quintal.

O segundo piso é composto por um terraço onde ocorrem reuniões com as famílias atendidas e acompanhadas pelo CRAS, inclusive, é neste local que acontecem os encontros com

o grupo do Acessuas Trabalho; duas salas, uma que serve como almoxarifado e a outra, de atendimento psicossocial. Vale ressaltar que, o segundo andar é pouco utilizado devido a escada que dá acesso ao local. Para chegar na sala administrativa e cozinha, também é necessário utilizar uma escada, o que dificulta a passagem de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Sobre os serviços ofertados no CRAS Cidade Olímpica a coordenadora relatou:

Então, temos os PAIF, o Serviço de Convivência, o Acessuas, o PAIF envolve vários grupos. A gente tem também a proteção social básica a domicílio, BPC em domicílio. São atendimentos tanto ao idoso ou a pessoa com deficiência que tem dificuldade de locomoção bem como da família dele. Então a gente faz esses atendimentos pré-agendados, atende no dia que o carro é disponível pra ela fazer esses atendimentos.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), foi lançado em 2003 e aprimorado em 2004 pela PNAS se tornando principal referência para o usuário do SUAS. Por meio do decreto nº 5.085, de 19/05/2004, o PAIF se tornou a ação continuada da assistência social, sendo ofertado obrigatória e exclusivamente nos CRAS.

Esse serviço integra o nível de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo: prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Ou seja, atua de forma preventiva, protetiva e proativa, reconhecendo a importância de responder às necessidades humanas de forma integral, para além da atenção a situações emergenciais, centradas exclusivamente nas situações de risco social. (BRASIL, 2009, p. 11).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), possui objetivos semelhantes ao PAIF, entretanto, realizado de forma distinta, por meio de grupos divididos de acordo com a faixa etária e/ou situação de vida. Por exemplo: grupo de gestantes, de idosos, de mães, de adolescentes que cometeram ato infracional ou algo do tipo. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, por meio da Resolução 109 de 11 de outubro de 2009, dá as orientações quanto a este serviço e descreve como ele deve ser ofertado.

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivência, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e do desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance e alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (BRASIL, 2009, p. 9).

A coordenadora do CRAS Cidade Olímpica, relatou que o SCFV não é realizado diretamente dentro da unidade, e sim, em quatro instituições parceiras conveniadas para a execução do serviço, são elas: Clube de mães Orgulho do Saber, Instituto Santa Luzia, União de Mulheres da Cidade Olímpica e o Centro Educacional Geni, localizado no Geniparana, pertencente ao território de abrangência do CRAS. No total, são 17 grupos conduzidos pelos orientadores sociais que recebem direção do CRAS. O acompanhamento familiar desses usuários é realizado pelo técnico de referência locado no CRAS. Rodrigues complementa:

O CRAS executa a chefia imediata desses orientadores, a gente reúne com esses orientadores uma vez por mês pra poder fazer planejamentos e, durante o mês a gente faz visitas de monitoramento nas instituições para saber como está transcorrendo os serviços, pra saber como está sendo executado.

Quanto a composição da equipe de referência do CRAS, esta é regulamentada pela NOB – RH / SUAS e depende do número de famílias referenciadas ao CRAS, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2: Composição da equipe do CRAS pelo porte do equipamento.

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metr�pole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
Dois técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	Três técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo	Quatro técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS
Dois técnicos de nível médio	Três técnicos de nível médio	Quatro técnicos de nível médio

Fonte: Brasil (2011)
Org.: A autora (2019).

O CRAS Cidade Olímpica, por estar situado em São Luís, enquadrada como metrópole, referência 5.000 famílias, informa o está dada por Rodrigues, coordenadora do CRAS. Ela nos contou, ainda, que o equipamento é composto por:

Assistentes sociais nós temos três, um pela manhã e dois pela tarde. Temos uma psicóloga pela manhã e uma pedagoga pela manhã. Essa é a equipe técnica de nível superior. Recepcionista nós temos duas (uma pela manhã e uma pela tarde), administrativo. Temos quatro operadores do CadÚnico que trabalham com o sistema do bolsa família (dois pela manhã, dois pela tarde). Temos um operador de sistema SIBEC que o sistema que acompanha a condicionalidade dos benefícios, quando o benefício é bloqueado, cancelado, a pessoa faz atendimento para reversão dessas situações. Temos dois cadastradores manuais porque tem o sistema pra quem já tem o cadastro pra fazer a atualização e quem chega a primeira vez faz o cadastro manual, temos uma pela manhã e outra pessoa a tarde, e dois operacionais, uma pela manhã e outra pela tarde. Dos técnicos de nível superior temos duas assistentes sociais efetivas e uma contratada, a psicóloga é efetiva, os demais são todos contratados ou serviço prestado.

No total, são seis profissionais de nível superior, contando com a coordenadora que é assistente social. Dos 17 profissionais do CRAS, apenas três são efetivos, duas assistentes sociais e uma psicóloga, os demais vínculos são por contratos ou serviço prestado. A NOB orienta que o quadro de funcionários, principalmente da equipe técnica, seja efetiva para que não haja rotatividade de funcionários, fazendo com que o profissional perca o vínculo com o usuário, haja vista que, quando há essa quebra compromete a qualidade do serviço.

O CRAS Cidade Olímpica possui uma gama de serviços ofertados e numerosos atendimentos. Existe uma vasta movimentação dos usuários no local, o que demonstra a funcionalidade do equipamento. A coordenadora destacou que “graças a Deus o CRAS é referência no território, as pessoas reconhecem a unidade, sabe onde fica”.

Com fins de observação a respeito do conhecimento das pessoas sobre o CRAS e sobre o Acessuas, duas pessoas (moradoras de CO) na rua foram abordadas para entrevista, ambas tinham conhecimento da existência do CRAS, entretanto, a referência que elas têm do CRAS é apenas o Programa Bolsa Família (PBF).

Janilson, um dos entrevistados, disse: “CRAS é com relação ao pessoal que coisa o benefício do Bolsa Família”. Ele disse, ainda, nunca ter precisado ir ao CRAS e também nunca ouviu falar no Acessuas. Gertrudes, a outra entrevistada, descreve o CRAS como um lugar onde tem benefícios sociais e cadastros. Ela já utilizou o serviço do CRAS apenas para recadastramento e atualização de dados do CadÚnico quando era beneficiária do PBF, e só utilizava o local para este fim. Assim como Janilson, nunca ouviu falar sobre o Programa Acessuas Trabalho, informou.

Observa-se em suas falas, que a única referência que têm a respeito do CRAS é o PBF, sendo que suas ações deste são para além do Bolsa Família. Maria Odenir, usuária do Acessuas, critica a falta de divulgação dos demais serviços do CRAS e destaca:

Eu já tinha ouvido falar do CRAS, minha irmã morava aqui antes e ela foi lá porque ela teve uma bebezinha e foi pra fazer cadastro de Bolsa Família, entendeu? Mas desde então eu nunca tinha ouvido falar de lá. Aí também tem a questão do número do NIS que é por lá e que eu não sabia que era por lá e fiquei sabendo por agora.

Gertrudes, ao ser questionada sobre quais os principais problemas que ela enxerga na Cidade Olímpica, a moradora responde: “estrutura, desemprego, parte da saúde que não tem, educação também porque as escolas são ruins”. Para melhorar esses problemas, a moradora diz que é por meio da política, ela diz: “através da política, verba vem pra melhorar essas coisas, pela política”.

Essas problemáticas geram vulnerabilidade e risco social no território, principais demandas para o CRAS, com relação a isso, suas ações devem ser:

A oferta dos serviços no CRAS deve ser planejada e depende de um bom conhecimento do território e das famílias que nele vivem, suas necessidades, potencialidades, bem como o mapeamento da ocorrência das situações de risco e de vulnerabilidade social e das ofertas já existentes (BRASIL, 2009, p. 9).

O CRAS Cidade Olímpica é conhecedor das problemáticas presentes no território, as citadas por Gertrudes, e outras, como a questão da rivalidade e violência entre as facções por exemplo, não citada pelos moradores, mas posta com evidência, tanto pela equipe do CRAS quanto por Pinheiro, presidente da Associação dos Moradores, como sendo um fator agravante na região que, inclusive, dificulta a oferta dos serviços para os usuários. Sobre essa situação, a coordenadora do CRAS Cidade Olímpica diz:

Um entrave que a gente tá percebendo de forma muito mais forte de um tempo pra cá é uma questão de segurança pública, que é a questão do conflito de facções aqui no território. Nós enquanto profissionais ainda não sentimos essa dificuldade de adentrar o território, nós conseguimos fazer visita, tá a aí a dos Reis que é técnica e adentra muito mais o território do que eu, mas eu também vou pra campo porque a gente tem que conhecer o território onde trabalhamos, ne? E pra nós não tem tanta essa dificuldade, mas hoje a gente tá enxergando essa dificuldade de o usuário tá chegando até nós, porque aqui existe uma divisão, segundo dizem aqui, cada bloco desse pertence a uma facção, então quem é de lá não vem pra cá e quem é daqui não vai pra lá.

A gente percebeu uma redução de atendimentos esses últimos dias, geralmente quando os conflitos estão mais acirrados a gente fica sabendo, “olha aconteceu isso em determinado local” a gente percebe que o atendimento diminui. Nós estamos no bloco A, mas a gente acompanha famílias do bairro inteiro, inclusive adjacentes e a gente percebe que o usuário não está conseguindo chegar justamente por esses conflitos e acaba limitando um pouco o nosso trabalho, a gente planeja várias ações, várias atividades, não tem um retorno tão grande, mas “ah, é porque o usuários não quer vir?” Não. É porque ele não tá conseguindo chegar até nós. Isso acaba limitando nosso trabalho no território e atualmente isso tá sendo bem forte, bem complicado essa situação que já extrapola nossa competência enquanto profissional.

Souza, a assistente social e técnica de referência do Acessuas Trabalho complementa:

Eu vejo essa dificuldade principalmente no cadastramento das famílias do Acessuas, como eu pego a partir dos 14 anos, então essa faixa etária de adolescente e jovem, a mãe, as vezes, nos atendimento quando eu falo do programa, ela manifesta interesse mas quando ela entende que atendemos todo o território, que vem gente daqui e dali, de todos os blocos, ela já manifesta desistência. Já tentando resguardar o filho porquê de repente ele tá aqui e vem um menino de outra facção e pode ter esse conflito que a gente espera que nunca tenha.

A situação aqui apresentada, se estende, ainda, para outros serviços do CRAS como também, para outras políticas públicas como saúde e educação. Segundo a coordenadora:

Isso reflete também no serviço de convivência principalmente na faixa etária de 15 a 17 que é faixa etária dos adolescentes, tem época que o grupo está altamente esvaziado por essas questões também, quando dá uma acalmada volta ao seu normal mas a gente tem muito esses períodos que os grupos se esvaziam pela violência mesmo, pela limitação imposta pela facção. A gente tem relatos no grupo de gestantes, de gestantes deixarem de fazer seus pré-natais porque o posto que ela faz acompanhamento fica numa outra área que ela não pode passar.

A assistente social do CRAS comenta:

Menino que não tá indo pra escola porque não pode adentrar na outra área. Já fiz visita que o menino estava fora da escola e a mãe disse “olha nunca mais foi pra escola porque ele tá sendo ameaçado, não pode ir para o território da escola, o menino estudava aqui no Borgeu.

A visita que a assistente social fez na casa do adolescente que não estava indo à escola, foi uma visita de averiguação da condicionalidade do PBF, sendo a frequência escolar, condição para que a família receba o benefício. Observa-se que até o recurso do Bolsa Família está sendo impossibilitado às famílias que precisam do benefício devido a situação de rivalidade e violência entre as facções no território. A coordenadora, entristecida diz: “Isso hoje impacta realmente no nosso trabalho, a gente busca estratégias, mas muitas vezes a gente se angustia por isso”.

Ao ser questionada sobre quais estratégias o CRAS tem utilizado para enfrentar tal situação, a equipe diz que tenta conciliar os serviços fazendo com que usuários de um determinado território não encontre com o de outro, a pedido, inclusive, das próprias famílias. A assistente social diz que “teve mãe que veio e falou: ‘eu vi alguém de manhã que meu filho não pode se encontrar, eu posso botar para a tarde?’”. Geralmente, a gente observa muito isso e foi assim que a gente conseguiu atender esses adolescentes”.

Há interesse da família em participar do serviço ofertado pelo CRAS mesmo diante da dificuldade, também há uma articulação da equipe do CRAS em não perder esses usuários. A coordenadora diz que, quando a frequência do grupo dos adolescentes do SCFV gira em torno de dois ou três usuários, ela entende que estes estão fazendo um pedido de socorro e afirma:

[...] A gente não pode parar, não pode desistir porque será muito mais complicado se esses dois ou três jovens que vão para o SCFV mesmo com esse conflito todinho, que tão fazendo um grito de socorro, tão pedindo coisa diferente, então é assim, não vai resolver o todo, de imediato, seria uma utopia dizer isso, mas com esses poucos que a gente consegue trabalhar.

Outra dificuldade apontada pela equipe do CRAS são os cortes de benefícios do PBF às famílias que ainda estão no perfil do Programa. A suspensão de alguns benefícios surgiu este ano (2019) após o atual presidente da república, Jair Bolsonaro, assumir o governo, diz a equipe do CRAS. Os cortes se devem, ainda, pela intensificação da averiguação das condicionalidades que o CRAS realiza para que o usuário receba o benefício, esta, é feita a mando do Ministério da Cidadania. A coordenação do CRAS sobre o ocorrido, fala:

Antigamente nós tínhamos período de três a quatro averiguações por ano, agora basicamente todo mês a gente tem averiguação, onde muitos benefícios são cortados, muitas pessoas ainda no perfil do benefício são tiradas do programa e o cadastrador não sabe explicar o porquê. Porque não somos nós, nós só fazemos atualizações e criamos o dado, mas quem define quem recebe e quem não recebe é o governo federal [...] a gente vai averiguar a vida daquele usuário e a gente percebe que ele tá totalmente dentro do perfil ainda, mas o benefício dele foi cortado e pra gente tentar reverter isso é difícil, tem caso que consegue, tem caso que a gente não consegue reverter.

A assistente social, durante a entrevista, ao falar sobre esses cortes, disse ter uma novidade para contar. Disse que, ao atualizar os dados do usuário no sistema do PBF, quando está suspenso, aparece uma mensagem que até então era desconhecida. A mensagem é: “fim de prazo de permanência no programa.” Como se houvesse uma validade para o usuário permanecer no programa. Ela complementa: “A gente vê que isso extrapola o nosso serviço, é uma coisa muito grande. As atividades pontuais, de certa forma, não resolvem, a gente tenta amenizar, mas a gente vê que é um problema bem maior”. Nesta fala, Souza refere-se à situação da rivalidade entre as facções no bairro, mas que serve, também, para a problemática vivenciada com relação aos cortes no PBF.

É extremamente perceptível a sensibilidade e preocupação que a equipe do CRAS possui com os usuários, também observa-se a veracidade dos serviços e atendimentos prestados, entretanto, insuficientes para suprir as demandas existentes no território, demandas essas, ligadas à assistência social que, também, como política pública, não supre as necessidades de risco e vulnerabilidade social na sociedade brasileira.

A PAS é, portanto, fruto de um Estado, cujos fins estão para suprir a classe dominante. Logo, garantir mínimos sociais por meio da Política de Assistência Social, é manter a desigualdade e jamais propor a mudança desse quadro. Para tanto, toda sensibilidade e atenção da equipe do CRAS para com os usuários da PAS em seu território, são interessantes, porém,

supérfluas diante de uma política pública que não se propõe ao enfrentamento da desigualdade social.

Como o Acesso ao Trabalho, enquanto um programa dessa política que é mantenedora da desigualdade social, é constituído e operacionalizado e quais suas implicações na vida de seus usuários? As respostas constarão no capítulo seguinte.

3 O ACESSUAS TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES EM CIDADE OLÍMPICA

No primeiro capítulo, realizou-se uma abordagem acerca do território e do processo de territorialização da Cidade Olímpica, em que a formação do bairro foi apresentada. Foi visto que, em decorrência ao processo de territorialização, o bairro, hoje, é caracterizado por mazelas estruturais e sociais, o que justifica a presença e atuação do CRAS como organização da PAS no território, a fim de amenizar as problemáticas, sobretudo, sociais do bairro.

Em seguida, no capítulo subsequente, uma abordagem sobre a Política Nacional de Assistência Social foi feita e, nesse capítulo, falou-se, também, sobre a institucionalização do Estado, sobre a Política Social enquanto mantenedora da desigualdade social e, ainda, foi apresentado o CRAS Cidade Olímpica como órgão responsável pela execução do Acessuas Trabalho no território. Considerando todo conteúdo, reflexões e análises trazidas até aqui, cabe agora, o aprofundamento da constituição e operacionalização do Acessuas Trabalho, especialmente sobre sua aplicação e desenvolvimento na Cidade Olímpica e seu impacto na vida de seus usuários.

O Programa oportuniza conhecimento acerca do mundo do trabalho, por esta razão, se faz necessário realizar uma breve abordagem sobre o percurso da categoria trabalho no Brasil, como ele se estabeleceu socialmente, como está implicado atualmente e qual relevância desses aspectos no que se refere ao Acessuas em Cidade Olímpica.

Realiza-se uma descrição e análise crítica das ações do Programa no território com base nas entrevistas realizadas, objetivando refletir sobre as suas interferências na vida de seus usuários. Apresenta-se, ainda, as novidades da execução do Programa não apenas em Cidade Olímpica, mas em toda capital maranhense.

3.1 Breve percurso do trabalho no Brasil

Conhecer o mundo do trabalho ao qual o usuário do Acessuas está sendo motivado a entrar é essencial e, também, é importante a compreensão de como o trabalho foi implantado no Brasil e como foi sendo desenvolvido ao longo dos anos no país.

Talvez uma dissertação inteira não seria capaz de apresentar todas as dimensões do trabalho no Brasil, por esta razão, pontuo aqui, apenas a base estruturante do trabalho no território brasileiro para que seja possível compreender as relações existentes na atualidade sobre a temática.

O primeiro ponto para esta análise é compreender o trabalho em Marx, segundo o autor, “[...] na produção social de sua existência, a humanidade estabelece relações que são:

determinadas, necessárias, independentes da sua vontade. Relações de produção que correspondem a um determinado grau das forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p. 28). Essas relações produtivas são quem estabelecem e estruturam a economia social, ou seja, “[...] o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral”. (BESERRA, 2016, p. 228).

Em Marx, o trabalho é categoria fundante do ser social e, no modo de produção capitalista, se estabelece a relação de exploração de uma classe (dominante) sobre a outra (subalterna), gerando, a partir daí a desigualdade social. Beserra (2016) explica que, na sociedade capitalista, o trabalho perde a sua essência enquanto matriz que serve para suprir as necessidades do ser humano e passa a ser um seguimento que produz exclusivamente riqueza e acumulação dela pelos detentores dos meios de produção.

As contradições são engendradas por um modo de organizar a produção que solapa a energia vital dos trabalhadores e os recursos naturais disponibilizados para todos, mas apropriados por poucos e, que resulta em diversos fenômenos negadores da vida: violência urbana, tsunamis, aquecimento global e bombardeios, fome, pobreza, dentre outros. (BESERRA, 2016, p. 230)

Compreendendo essas relações, é importante citar dois pontos que estruturam o Brasil enquanto sociedade. O primeiro deles é o processo de colonização brasileiro e, juntamente com ele, o modelo escravocrata, ambos os fatores determinantes para a formação da sociedade no país. A escravidão no Brasil foi fundamental para o estabelecimento das relações de trabalho, sobre este assunto, Behring e Boschetti (2011) dizem:

O maior exemplo desse peso é a condição do trabalho nas relações sociais e no ambiente cultural brasileiro, carregados até hoje de desqualificação, a qual é definidora da relação entre capital e trabalho no país (Ianni, 1989: 69 e 70). Por fim, um conceito orientador da análise do Brasil é o de desenvolvimento desigual e combinado [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 72)

O final do século XIX é marcado por significativas transformações estruturais da sociedade brasileira, a principal delas é a abolição formal da escravidão, ocorrida no dia 13 de maio de 1888, com ela, um novo modelo de mercado é instaurado. A abolição da escravatura “[...] instaura um mercado formal e competitivo do trabalho, com base no contrato que significa uma importante mudança, ainda que com continuidades fundamentais sob outras roupagens, em relação ao período anterior”. (SOUZA, 2017a, p. 73)

Souza (2017a) enaltece a abolição da escravidão, entretanto, ressalta que há uma continuidade nas relações de trabalho, contudo, com uma outra configuração. Behring e Boschetti (2011) afirmam que a abolição não gerou nos ex-escravizados o espírito competitivo

para o trabalho, mas deu ascensão e continuidade ao mandonismo, paternalismo e conformismo colocado pela burguesia. É como se o trabalho livre, nesse primeiro momento, fosse uma reconfiguração do trabalho escravo.

Souza (2017a) diz ainda que, o ex-escravizado após a abolição, é jogado sem preparo algum nessa nova ordem social competitiva, até então por ele desconhecida, o que potencializou a sua exclusão, levando em consideração, ainda, a desqualificação para o trabalho, sendo os empregos ocupados pelos imigrantes chegados no país em meados dos anos de 1900.

Seja no campo, seja na cidade, as novas chances da ordem competitiva se abrem para os seguimentos mais capazes de arregimentar maior qualificação comparativa do trabalho, poupança e mobilidade espacial e ocupacional. Os imigrantes e os seguimentos mais cultos ou semi-instruídos de origem nacional são os candidatos naturais a ocuparem os novos espaços. (SOUZA, 2017a, p. 76).

É importante falar sobre o impacto da cultura escravista no Brasil e, relacioná-la à questão trabalho, pois são determinantes para a sociedade que se estabelece atualmente no país. Na pesquisa realizada no CRAS Cidade Olímpica sobre o Acesso Trabalho, identificou-se que, dos 30 usuários que participam do Programa, 57% são pardos, 30% são negros e 13% são brancos. Considerando pardos uma categoria que, em sua maioria, inclui em sua miscigenação o negro, 87% do público do Acesso Trabalho são negros ou descendentes, que estão fora do “mercado” de trabalho, sem oportunidade de emprego, inseridos em um programa que lhe dê subsídios para tal.

O trabalho no Brasil vem sendo transformado significativamente ao longo dos anos, bem como o modo de produção dos brasileiros com base no modelo econômico capitalista. Antunes (2006) diz que, a particularidade do capitalismo recente no Brasil e, a configuração assumida pelo mundo do trabalho, definem que a riqueza e a miséria estão presentes de modo relacional, dando forma e conteúdo à nossa formação social. Esta afirmação nos faz testificar que a desigualdade social econômica estabelecida no Brasil é oriunda da relação de trabalho existente.

Antunes (2006) faz um resgate histórico sobre a ascensão do capitalismo no país, com destaque para o processo de acumulação industrial e declara, ainda, que tal evolução ocorreu especialmente a partir do governo de Getúlio Vargas, já no século XX, a partir de 1930. Nesse período:

[...] No que concerne à dinâmica interna do padrão de acumulação industrial, estruturava-se pela vigência de um processo de super exploração da força de trabalho, dado pela articulação entre baixos salários, jornada de trabalho prolongada e fortíssima intensidade em seus ritmos, dentro de um patamar industrial significativo para um país que, apesar de sua inserção subordinada, chegou a alinhar-se, em dado momento, entre as oito grandes potências industriais. (ANTUNES, 2006, p.16).

É então, a partir dos anos 1980, após a ditadura militar e como início da chamada Nova República, sob o governo de José Sarney que, um novo processo de reestruturação produtiva surge, dando início a novos padrões organizacionais e tecnológicos, bem como de organização social do trabalho. Lembrando que estamos falando sobre o processo de acumulação industrial. Mas o processo de reestruturação produtiva é válido, também, para outros ramos para além da indústria, como comércio, setor bancário e etc.

Esse novo processo pós ditadura é caracterizado pela: reposição programada do estoque (não fazendo mais grandes reposições, o que causava perda de material), pelo trabalho em equipe dos funcionários (fazendo com que estes sintam-se parte da empresa) e, pelos métodos participativos (em que os trabalhadores recebem parte do lucro).

Antunes (2006) afirma que essas novidades foram decorrentes às imposições das empresas transnacionais, da necessidade empresarial de competitividade e “[...] da necessidade das empresas nacionais responderem ao avanço do novo sindicalismo e das formas de confronto e de rebeldia dos trabalhadores, que procuravam estruturar-se mais fortemente nos locais de trabalho” (ANTUNES, 2006, p.17).

É interessante analisar na fala de Antunes (2006), a qual demonstra a luta dos trabalhadores, não pelo rompimento do método de produção capitalista, mas sim, para o seu aprimoramento de modo que seja menos agressivo. É válido pontuar, ainda, que a CF de 1988 valida essas mudanças no mundo do trabalho brasileiro e com elas, a reconfiguração do método de produção.

Sob esta nova roupagem, para o método de produção, cabe pontuar, também, a qualificação profissional. Antunes (2006) afirma: “para os capitais produtivos (nacionais e transnacionais) interessa, portanto, a mescla entre equipamentos informacionais e força de trabalho “qualificada”, “polivalente”, “multifuncional” [...]” (ANTUNES, 2006, p. 19). A ideia de qualificação dos trabalhadores não surge aqui, ela é produzida desde a abolição da escravidão quando os ex-escravizados são substituídos pelos imigrantes por “não estarem qualificados” para o trabalho, conforme foi visto anteriormente, por Souza (2017a).

É fundamental destacar que, o mundo do trabalho existente no Brasil, é resultado de uma cultura escravocrata e servil que foi sendo aprimorada com o capitalismo e com o

neoliberalismo. A classe que depende do trabalho, sempre será subalternizada e explorada enquanto estiver inserida no modelo econômico, que visa apenas o lucro.

Foi visto no capítulo anterior que a origem da política social “[...] é comumente relacionada aos movimentos de massa social-democratas e o estabelecimento dos Estados-nação na Europa ocidental no final do século XIX” (BEHRING; BOSCHETTI 2011, p. 46), da luta de classes e do desenvolvimento da intervenção estatal após o surgimento e evolução do capitalismo.

Behring e Boschetti (2011) descrevem que, anterior ao século XIX, as sociedades pré-capitalistas já assumiam algum tipo de responsabilidade social, entretanto para os trabalhadores, como ela afirma, “[...] com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 47).

No período que antecede a Revolução Industrial, as autoras pontuam algumas leis que possuíam um caráter punitivo, e não de proteção, essas leis estavam relacionadas ao trabalho e, tinham como fundamento:

[...] Estabelecer o imperativo do trabalho a todos que dependiam de sua força de trabalho para sobreviver, obrigar o pobre a aceitar qualquer trabalho que fosse oferecido, regular a remuneração do trabalho, de modo que o trabalhador pobre não poderia negociar formas de remuneração, proibir a mendicância dos pobres válidos, obrigando-os a se submeter aos trabalhos “oferecidos”. [...] Polanyi afirma que o princípio estruturador dessas leis era obrigar o exercício do trabalho a todos que apresentassem condições de trabalhar, e as ações assistenciais previstas tinham o objetivo de induzir o trabalhador a se manter por meio de seu trabalho. (BEHRING; BOSCHETTI 2011, p. 48).

Ressalta-se que essas leis foram implementadas nos países da Europa e que, somente após a Revolução Industrial, com manifestações, greves e protestos da classe trabalhadora, é que a política social ganha forma. Todavia, no Brasil, o processo de implementação das políticas sociais aconteceu de forma distinta, como também, a estruturação do trabalho.

3.2 O Acesso ao Trabalho e sua atuação em Cidade Olímpica

É comum ouvir que não existe mão de obra qualificada e que há uma necessidade de qualificação profissional, principalmente para a classe que depende do trabalho. Entretanto, vale salientar que, o Acesso não se propõe à qualificação profissional, tampouco à oferta de cursos profissionalizantes. Por meio de oficinas, o Programa sensibiliza os usuários para o trabalho. É uma forma de “conscientização”:

As oficinas não possuem caráter exclusivo de encaminhamento para capacitação ou outras oportunidades, mas sim, o propósito de ampliar os olhares para temáticas afetas ao mundo do trabalho, contribuindo para a valorização do indivíduo, para a erradicação do trabalho infantil, para a compreensão da importância do trabalho decente, para o acesso ao trabalho como direito, para reflexão sobre projeto de vida, dentre outros aspectos diretamente relacionados ao papel da Assistência Social em relação à inclusão de seus usuários no mundo do trabalho. (BRASIL, 2017, p. 28).

O que traz uma proposta de qualificação profissional é a Inclusão Produtiva, sendo essa, o terceiro eixo do Plano Brasil Sem Miséria (BSM). O primeiro é a Garantia de Renda e, o segundo, é o Acesso aos Serviços Públicos.

O BSM foi instituído em 2011 por meio do Decreto nº 7.492, de 02 de junho do mesmo ano e define a finalidade do Plano em superar a situação de extrema pobreza da população em todo território nacional, com o objetivo de propiciar a estes, oportunidades de ocupação e renda, por meio de ações de inclusão produtiva” (BRASIL, 2011).

Através dessa inclusão, o governo pretende proporcionar às famílias em situação de extrema pobreza, oportunidades de ocupação e renda, tanto no meio rural quanto urbano [...]. No meio urbano vivem 53% das famílias extremamente pobres. Para essas famílias as ações são: inclusão no mercado de trabalho, “[...] seja por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária” (PRATES, 2016, p. 141)

As capacitações eram realizadas pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), e pelo sistema “S” (Senai, Sesc, Senac, Sesi e Sebrae). Entretanto, as ações do BSM estão diretamente ligadas à PAS, especialmente ao SUAS, por terem em comum o mesmo público.

Contudo, a contribuição da Política de Assistência Social ao BSM ultrapassa a sua relevante função no campo protetivo. [...]. O SUAS, no Plano Brasil Sem Miséria, possibilita o atendimento de toda a população em situação de vulnerabilidade e risco. Mas a participação da Assistência Social no BSM, também, responde às suas características e competências que tanto fortalecem a dimensão da intersetorialidade e transversalidade do plano, como o qualificam face ao desafio da inclusão social. De fato, o BSM se volta a um público composto, em sua maior parte, de famílias referenciadas pela Assistência Social e junto à qual esta política vem atuando em permanência. (BRASIL, 2009, p. 2)

Prates (2016) pontua que, para cada eixo do BSM, existe uma intervenção do SUAS. No primeiro eixo, Garantia de Renda, o SUAS oferece às famílias extremamente pobres benefícios de transferência de renda, como o PBF, por exemplo. A autora diz que a estimativa do governo com esse tipo de benefício era que, em 2013, cerca de 3 milhões de pessoas (aproximadamente 780.000 famílias), ultrapassassem a linha de extrema pobreza, recebendo mais que R\$ 70,00 per capita mensalmente.

No segundo eixo, Acesso aos Serviços Públicos, o SUAS intervém por meio das modalidades de proteção, PSB e PSE, como já foi explicado melhor no capítulo anterior. E no terceiro eixo, Inclusão Produtiva, o SUAS oferta o Acessuas Trabalho.

Prates (2016) ressalta ainda que não é o SUAS quem promove os cursos, mas que participa da Inclusão Produtiva por meio do Acessuas Trabalho em promover o acesso da população em situação de vulnerabilidade social aos cursos existentes. A autora complementa: “O papel do SUAS nesse processo é estruturar as suas ações, tendo por base as seguintes etapas: articulação, mobilização, encaminhamento e monitoramento da trajetória (PRATES, 2016, p. 142)”. Sendo essas etapas correspondentes ao Acessuas Trabalho.

O principal objetivo do Acessuas diz respeito a promoção da integração dos seus usuários ao mundo do trabalho, também, ofertar a eles, o acesso a informações sobre o trabalho como direito, e incentivar a inclusão produtiva, a fim de inseri-los formal ou informalmente na produção de bens e/ou serviços.

O Programa está inteiramente ligado ao BSM com a “[...] promoção de estratégias, ações e medidas de enfrentamento à pobreza, por meio de mobilização de usuários, monitoramento da execução de suas ações e articulação com diferentes parceiros e políticas públicas”. (BRASIL, 2012, p. 4).

A idealização do Acessuas exposta nessa sessão é tomando por base o Caderno de Orientações Técnicas publicada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) juntamente com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em 2017. É o documento mais atual que se tem, no qual está descrita a forma com que o Programa deve ser desenvolvido, bem como apresenta seus objetivos e diretrizes.

Este Caderno de Orientações Técnicas tem por objetivo subsidiar gestores e técnicos locais no planejamento e implementação das ações relacionadas ao mundo do trabalho no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, orientando para o desenvolvimento das ações do Programa Acessuas Trabalho e contribuindo para o fortalecimento do papel do Sistema Único de Assistência Social como articulador do desenvolvimento local e promotor da autonomia e dos direitos do cidadão brasileiro. (BRASIL, 2017, p. 7)

Em 2013 foi lançado o primeiro Caderno com orientações para o Acessuas. Em 2017, uma nova edição do Caderno foi lançada devido a algumas mudanças realizadas quanto às orientações para o Programa. A primeira mudança ocorreu ainda em 2013, que foi a diminuição

da meta de mobilização, uma vez que os usuários da assistência social buscavam consideravelmente Acessuas para que pudessem ser inseridos no Pronatec.⁴

No segundo semestre de 2014 houve uma baixa na oferta de cursos do Pronatec, esta situação foi primordial para reavaliar as orientações do Acessuas com a “[...] necessidade do programa se aproximar das atribuições da Assistência Social em relação ao mundo do trabalho” (BRASIL, 2017, p. 20). Eu, enquanto assistente social, coordenei o Acessuas Trabalho em um dos municípios no Maranhão em 2014. De fato, existia uma distância do Programa com a assistência social, sobretudo, no acompanhamento desses usuários devido a quantidade elevada de participantes. O Acessuas funcionava, basicamente, para administrar os cursos do Pronatec. Essas mudanças impactaram na reformulação do Programa.

[...] Foram realizadas diversas reuniões de Câmaras Técnicas nos anos 2015 e 2016, com a participação do governo federal e representantes dos colegiados da assistência social, que tiveram como objetivo reformular as ações realizadas de forma a adequá-las ao novo contexto. (BRASIL, 2017, p. 20)

Rodrigues, coordenadora do CRAS, ao fazer um comparativo entre o período do Pronatec e o atual Acessuas, comenta:

Na época do *boom* do Pronatec haviam muitos encaminhamentos dos nossos usuários para os cursos ofertados pelo Pronatec. Com o Acessuas, a gente já teve uma modificação, [...] No início, chegamos a fazer aqui no CRAS, mais de 150 inscrições para o Pronatec, então a gente teve que abrir para além dos usuários que a gente atende [...] Dos usuários que nós acompanhávamos a gente conseguia fazer um acompanhamento. Mas a gente não conseguia acompanhar todos os usuários por essa questão do quantitativo, imagina “né”, 100, 150, em média era essa a quantidade de ficha por mês, imagina a quantidade disso por ano, era um quantitativo muito grande. Já no Acessuas a gente trabalha mais nessa linha de orientação para o mercado de trabalho.

O Acessuas possui abrangência nacional, 25% dos municípios brasileiros aderiram ao Programa no período de 2012 a 2014. As adesões passaram de 292 para 1.383. (BRASIL, 2017). Outra informação importante que o Caderno traz é, que entre os usuários do SUAS encaminhados ao Pronatec por meio do Acessuas, 66% foram mulheres, desse quantitativo, 53% negras e 56% adolescentes e jovens entre 16 e 29 anos, oportunizando a este público possibilidades de trabalho e geração de renda.⁵

O Programa possui quatro eixos de atuação, o primeiro é *identificação e sensibilização do usuário*. Aqui, a equipe do Acessuas deverá identificar nos territórios quais usuários estão

⁴ O Acessuas Trabalho no atual governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 a 2022) está vinculado ao Ministério da Cidadania, dentro da pasta Secretaria do Desenvolvimento Social. O atual ministro da Cidadania é Onyx Lorezini e o secretário de Desenvolvimento Social é Sérgio Augusto de Queiroz.

⁵Tais dados são do governo Michel Temer, publicados no próprio Caderno de Orientações de 2017.

aptos a participar do Programa, bem como suas potencialidades, vulnerabilidades e/ou violação de direitos. O MDSA, por meio do caderno de orientações, oferece, ainda, dez ações que podem ser utilizadas para este eixo, como por exemplo: fomentar campanhas de mobilização e de divulgação, organizar palestras, reuniões nos bairros, nas associações de moradores, etc. sobre o mundo do trabalho, entre outras (BRASIL, 2017).

O segundo eixo é *desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho*. Este consiste em promover um espaço de reflexão e discussão sobre temas relacionados ao mundo do trabalho. A orientação do MDSA (BRASIL, 2017), é que seja criado um plano individual do usuário, por ele mesmo, inclusive, porém, com o acompanhamento do técnico de referência responsável pela atividade, com desejos e potencialidades relacionadas ao mundo do trabalho.

São dadas ainda, no segundo eixo, seis ações de orientação para o mundo do trabalho. Por exemplo: promover o desenvolvimento de potencialidades e habilidades a partir de oficinas, dinâmicas de grupos e troca de experiências; promover visitas à fábricas, escritórios e demais espaços que proporcionem aos usuários maior clareza sobre o que é o mundo do trabalho, entre outras. São dadas, ainda, algumas sugestões para as oficinas como por exemplo: o planejamento (feito pelo técnico do Programa), a duração (entre 1h30 e 3h), o quantitativo de participantes (não exceder 25).

O terceiro eixo é *acesso a oportunidades*:

Essa ação se dá por meio do mapeamento das oportunidades no território e o posterior encaminhamento dos usuários às oportunidades mapeadas. A equipe do Acessuas deverá proceder considerando tanto as potencialidades dos usuários e seus projetos de vida, quanto as oportunidades presentes no território, ao realizar o encaminhamento. (BRASIL, 2017, p. 30)

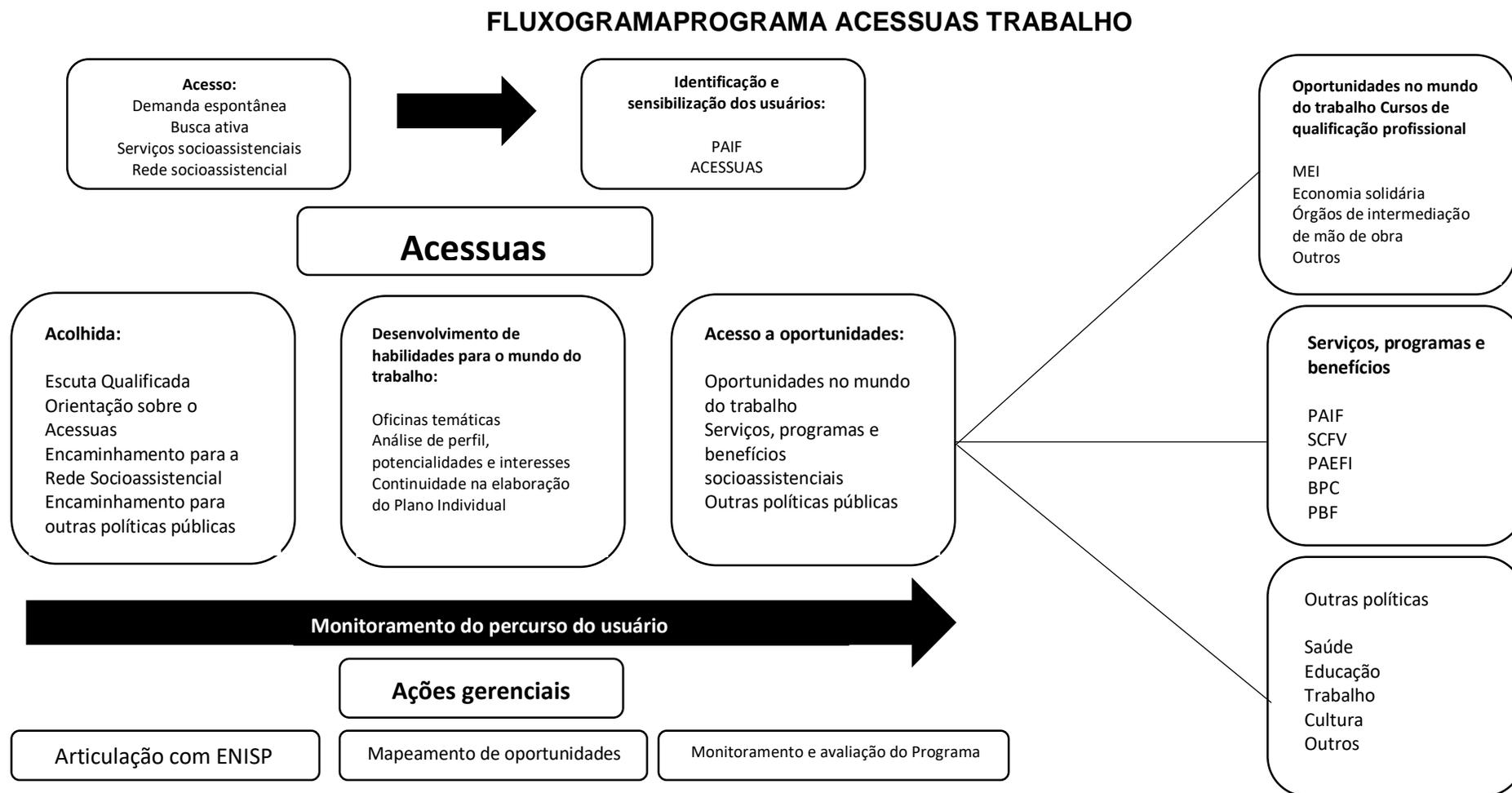
O quarto e último eixo se dá por *monitoramento do percurso dos usuários*, nele:

[...] A equipe do Programa Acessuas Trabalho deve monitorar o percurso do usuário de forma integrada aos serviços do SUAS. O objetivo dessa ação é apoiar a permanência dos usuários nas ações do Acessuas Trabalho, de seus parceiros e/ou ainda no mercado de trabalho, por meio da construção de estratégias coletivas para a superação das dificuldades encontradas pelos usuários. (BRASIL, 2017, p. 34)

O MDSA (BRASIL, 2017) dispõe 13 ações de monitoramento, como por exemplo, acompanhar o acesso, a permanência e o desempenho dos usuários nas atividades do Acessuas; realizar mensalmente contatos, seja por telefone, e-mail ou visita domiciliar; acompanhar a inserção do usuário no mercado de trabalho, entre outras atividades.

A seguir, é mostrado um fluxograma do percurso do usuário do Acessuas com base nos eixos de atuação no Programa.

Figura 11: Fluxograma Programa Acessuas Trabalho.



Fonte: Brasil (2017, p. 46).

O fluxograma demonstra o passo a passo que o usuário deve percorrer dentro do Programa, tendo que ser seguido fielmente para, segundo as normativas, garantir sua eficácia. O Acessuas possui, como principal dimensão, a articulação com outras políticas por compreender a importância do envolvimento de outros setores. A articulação intersetorial auxilia na superação da situação de vulnerabilidade dos usuários e na melhora da qualidade de vida, seja na saúde, na educação, como nos outros serviços oferecidos pelo SUAS, na PSB e PSE.

O público alvo do Acessuas corresponde a população, urbana ou rural, com faixa etária entre 14 e 59 anos, que se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. O Programa prioriza 19 seguimentos de pessoas, entre eles: beneficiários do PBF, pessoas com deficiência, população em situação de rua, indivíduos egressos do Sistema Penal, pessoas retiradas do trabalho escravo, jovens negros em território de risco, mulheres vítimas de violência, população LGBTTT, entre outros.

O MDSA (BRASIL, 2017) aponta que, a equipe de trabalho do Acessuas deve ser composta por um(a) coordenador(a) e um (a) técnico(a) de nível superior, um(a) técnico(a) de nível médio. “O Programa poderá ser ofertado tanto pelo ente público, quanto pela rede socioassistencial privada composta pelas entidades e organizações de assistência social” (BRASIL, 2017, p. 67).

Significa dizer que é aceitável que o Acessuas seja executado dentro do CRAS, sendo este, uma instituição pública da PSB, como é o caso do Acessuas desenvolvido em Cidade Olímpica. Para que o Acessuas Trabalho iniciasse suas atividades no bairro, primeiro foi necessário que o município de São Luís fizesse a adesão ao Programa. O município certamente atendeu aos requisitos exigidos nas normativas e, sua efetivação se deu com o preenchimento do Termo de Aceite, por meio do sistema informatizado do MDS, cumprindo o prazo de vigência.

Silva, a coordenadora municipal do Acessuas em São Luís, é assistente social e está nesta função há dois anos. Ela não soube nos informar desde quando o Programa está sendo executado na capital maranhense. Rodrigues diz que foi em 2015 que o Acessuas começou a ser desenvolvido nas unidades de CRAS, incluindo Cidade Olímpica. Em 2014, ocorreu o processo de pactuação entre município e governo federal e, em 2015, iniciaram as atividades nos CRAS.

As informações aqui inseridas a respeito do Acessuas em Cidade Olímpica são baseadas a partir de 2017, ano em que Souza, assistente social e técnica de referência do Programa assumiu esta ocupação, porém, a ênfase será dada para as atividades realizadas em 2019.⁶

Souza relata o desejo que tinha de trabalhar neste CRAS por ser moradora do bairro. Ela já ocupava a mesma função no CRAS Bacanga, até que conseguiu a transferência. Ao relatar como as atividades do Acessuas são executadas na Cidade Olímpica, percebeu-se que, por morar no bairro, a assistente social possui conhecimento sobre o território, o que de certa forma, contribui para o desenvolver das atividades.

Em 2017 a mobilização, segundo Souza, foi tão bem realizada, que em 2019, quase não foi necessário mobilizar, ela afirma:

Quando eu cheguei aqui eu tive uma procura muito grande, porque eu fiz uma mobilização, anunciei, fui em igrejas católicas, fui nas entidades que tem adolescentes de 14 até 17 anos que é parte do público do jovem aprendiz. Fui em entidades aqui mesmo do bairro, aqui tem a União de Mulheres, lá fizemos o trabalho do ACESSUAS e depois realizamos encaminhamentos. Em 2017 a gente mobilizou cerca de 150 adolescentes, desses 150 nós oferecemos orientações sobre o trabalho de forma geral, depois oferecemos oficinas de currículos, dicas de entrevistas, marketing pessoal e comunicação. Nós conseguimos encaminhar uns 70, eu contava também com a participação da equipe. A mobilização desse ano quase que eu nem fiz, porque por conta do resultado, do que a gente conseguiu ter com resultado dos anos anteriores, as famílias já vieram procurar, já houve uma demanda espontânea por eles.

A assistente social aponta como positiva a mobilização que realizou em 2017. Entretanto, uma das usuárias do Acessuas, Maria Odenir, ao ser questionada sobre quais as críticas ela faz ao Programa, a mesma aborda a divulgação, para ela, poderia ser feita de outra forma, para que mais pessoas conheçam o Programa na localidade. Comenta:

Eu acho que a comunidade é muito grande, a Cidade Olímpica é muito grande, eu acho assim, que tem muitas pessoas que precisam, eu sou uma dessas pessoas, eu acho que deveria ser divulgado de alguma outra forma, entendeu? Porque como eu falei, eu moro aqui há muito tempo e não sabia, se não tivesse conversado com a menina na parada, eu não saberia que tinha essas coisas. Só sabe mesmo quem vai lá procurar alguma outra coisa e acaba descobrindo, e muita gente eu acredito que aqui tem muito jovem, tem muito adolescente que eles dão a questão do primeiro emprego, se tivesse uma forma de divulgação, eu acho que eles estariam ajudando mais pessoas.

Duas pessoas, moradoras do bairro, foram abordadas e questionadas se conheciam o Acessuas Trabalho, nenhuma delas tinham ouvido falar sobre. Percebe-se que, a mobilização realizada pela assistente social não contempla todo o território do bairro.

A acolhida dos usuários em Cidade Olímpica é feita por meio de uma apresentação de todas as atividades, programas e serviços desempenhados no CRAS. Esta acolhida é realizada

⁶ O destaque para as atividades em 2019 será dado neste trabalho, trazendo atualidade e, ainda, considerando que as observações realizadas *in loco* foram nesse ano, bem como os usuários entrevistados.

mensalmente e faz parte do seu planejamento. No momento em que chegam os novos usuários na unidade para realização do Cadastro Único, eles são informados da reunião e convidados para participarem. A assistente social explica que utiliza destapara apresentar o Acessuas à comunidade. Sobre como ocorre a acolhida, Souza descreve:

Dentro da reunião de acolhida do cadastro-único, a gente fala sobre os programas que o CRAS executa: bolsa família, serviço de convivência, BPC e Acessuas trabalho. Na hora do Acessuas, eu faço uma fala sobre o programa, para explicar o que é o programa, como ele funciona, quem é o público alvo, quais são as ações desse programa dentro dessa unidade, como ele se configura e dentro disso eu falo de alguns encaminhamentos que tiveram no ano e, a partir disso as pessoas vem procurar.

No momento em que os usuários procuram o Acessuas para se inscreverem, a assistente social do Programa realiza um atendimento individual com cada um, nele se busca identificar suas principais vulnerabilidades. Souza não utiliza a ficha cadastral sugerida no Caderno de Orientações, devido julgar ser restrita, dando preferência para ficha do CAD CRAS por ser mais completa, além dos dados do usuário, ela também contempla informações a respeito da família e informa:

[...] A gente não acompanha só os usuários, mas toda a família [...]. Quando a pessoa vem para se inscrever no Acessuas, a gente faz a acolhida dele para o programa, a gente preenche a ficha de cadastro que contempla cada família, na frente tem informações do usuário, se tem residência própria ou não, aqui atrás é a composição familiar dele. Todos que vem, preenchem essas fichas.

Tive acesso à ficha cadastral utilizada para preenchimento dos dados do usuário. Este é um instrumento padrão utilizado em todas as unidades do CRAS de São Luís. Ele é dividido em seis blocos. Os blocos A e B correspondem respectivamente a demanda que levou o usuário ao CRAS e a forma de acesso. O bloco C, refere-se à identificação do usuário como: nome completo, RG, CPF, NIS, data de nascimento, naturalidade, sexo, situação civil, grau de instrução, cor/raça, religião, orientação sexual, ocupação e rendimento. No bloco D, o usuário é questionado quanto a sua habitação, seu endereço, telefone, a forma de ocupação do imóvel, o tipo de construção, tipo de cobertura, forma fornecimento de água e energia, como é o destino dos dejetos, o destino do lixo e sobre a localização do domicílio.

O bloco E, destina-se a composição familiar, neste item, é inserido o nome de todos os membros da família residentes no mesmo domicílio, bem como o grau de parentesco, sexo, situação civil, escolaridade, religião, cor/raça, orientação sexual e ocupação. Neste campo, também, o usuário é interrogado se há na família alguma gestante ou algum portador de deficiência, e se há alguém como interesse em fazer algum curso profissionalizante, se sim, quem e qual.

Por fim, o bloco F, a assistente social indica quais as principais vulnerabilidades ou riscos que a família enfrenta. Na ficha ainda há um espaço para a inserção de outros dados que, porventura, possam ser coletados, como: providências e encaminhamentos. Após a acolhida e o atendimento para cadastro dos usuários, é o momento da formação do grupo do Acessuas.

Na Cidade Olímpica os grupos são formados em média de 30 a 35 pessoas, a orientação do MDSA (BRASIL, 2017) é que seja no máximo 25, porém, devido a procura, Souza os insere. Foi perceptível notar que, a motivação da assistente social em ultrapassar o limite de participantes, se dá em oportunizar o Programa para mais pessoas, haja vista a demonstração de interesse das mesmas.

Souza relata que cada grupo tem duração de um ano e o cronograma do Programa é organizado da seguinte forma: em janeiro é a mobilização, fevereiro as inscrições e, em março, iniciam as atividades, sendo encerradas em novembro, com uma festa de natal (nessa ocasião, as famílias dos usuários também são convidadas a participar) e, em dezembro é feito o desligamento.

Para nortear as atividades com o grupo, a assistente social criou um projeto que tem por nome “Os desafios para o ingresso e permanência no mercado de trabalho: posso vencê-los!”. Tal projeto é o mesmo desde 2017, quando Souza assumiu a função. Entretanto, ela relata que, a cada ano, faz adequações baseadas no público específico.

O Projeto objetiva “[...] instruir os usuários, capacitados ou não capacitados pelos cursos profissionalizantes, para se apresentarem no mercado de trabalho, incentivar e motivar, despertando o interesse por adentrar ao mercado de trabalho formal ou informal”. (SOUZA, 2019, p. 4).

Segue abaixo o cronograma de execução do projeto, nele está descrito os temas dos encontros a serem realizados durante o ano. Vale ressaltar que os encontros do grupo são feitos mensalmente.

Figura 12: Cronograma de execução.

Atividades	DATAS				
	29/03	26/04	31/05	28/06	26/07
1. Reunião geral de apresentação do grupo e do projeto	X				
2. Palestra sobre as mudanças ocorridas no mercado de trabalho atual		X			
3. Oficina de construção de currículo			X		
4. Aprendendo a se comportar em uma entrevista de emprego				X	
5. Dinâmica de Grupo					X

Atividades	DATAS				
	30/08	27/09	25/10	29/11	12/2019
6. Marketing Pessoal	X				
7. Empreendedorismo X Empregabilidade & Economia Solidária		X			
8. Análise da carteira de trabalho			X		
9. Encerramento do grupo, depoimentos.				X	
10. Recesso e comemoração natalina.					X

Fonte: Souza (2019).
Org.: A autora (2019).

No cronograma acima, chama-se atenção para a coluna Atividades, em que estão descritas as ações a serem realizadas no encontro e os temas para serem abordados com os usuários. Tão importante quanto as ações realizadas e as temáticas discutidas é maneira com que essas atividades serão realizadas, qual abordagem será realizada e, principalmente, o resultado delas nos usuários.

Além das atividades no grupo, os usuários do Acessuas recebem, quando necessário, atendimentos individual e/ou familiar, seja social ou psicológico, recebem, também, visita

domiciliar, e demais serviços que o CRAS oferta: orientação, encaminhamentos, benefícios, entre outros. Porém, o foco central do Programa está nas atividades em grupo realizadas mensalmente.

É a partir das vivências nos encontros do Programa que as demandas e encaminhamentos para instituições parceiras vão surgindo e, por esta razão, a importância da assiduidade nas reuniões, como informa Souza. É importante ressaltar que, as parcerias para o Acessuas não são realizadas pela assistente social, elas são feitas via SEMCAS, entretanto, é orientada pelo MDSA (BRASIL, 2017) que haja um mapeamento das oportunidades no território e, sobre isso, Souza, responde:

Assim, eu ainda não fiz o mapeamento da rede, mas como eu sou moradora daqui o que eu conheço e o que eu vejo é que são mais pequenos comércios que já emprega mais a família, amigos, indicações [...] a gente tem que encaminhar mais para fora mesmo, buscar parcerias.

As parcerias existentes já resultaram em significativos encaminhamentos, a contar a partir de 2017, quanto a isso, Souza frisa:

Em 2017 nosso maior encaminhamento foi para o ISBET, já em 2018 a gente encaminhou para o CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) para estágio, a gente encaminhou também para o SENAI, pro programa Vira Vida, a gente teve também, um projeto da Secretaria da Mulher em parceria com a SEMCAS que foi, o “Mulheres que Constroem”, para esse projeto nós encaminhamos um grupo de mulheres que eram mulheres atendidas pelo o ACESSUAS, mulheres do aluguel social, mulheres de outros grupos, inclusive do Serviço de Convivência e demanda espontânea também, a gente encaminhou para fazer os cursos na área da construção civil [...] No ano passado, além do curso “mulheres que constroem”, teve também o encaminhamento para uma empresa de telecomunicação que solicitou currículos, as vagas eram para motorista e servente de obra.

A publicação das oportunidades, tanto para curso quanto para vagas de emprego, é realizada por meio de contatos telefônicos, mensagens via *WhatsApp* e, são expostas no mural do CRAS. Sobre a divulgação das oportunidades, a assistente social diz:

[...] Quando chegam essas oportunidades a gente coloca logo no grupo, a gente tem um grupo de WhatsApp com eles, que quando as oportunidades vão surgindo a gente vai logo compartilhando para eles irem visualizando. Lá embaixo também tem o mural do Acessuas, que a gente coloca as oportunidades lá, não só para o grupo, mas para a comunidade em geral, para quem vem ao CRAS. Nisso estamos democratizando, também, o acesso à informação.

Na figura apresentada abaixo, percebe-se que na metade do mural estão expostas informações sobre o Acessuas, bem como as oportunidades de empregos e cursos. Ali, as atualizações, de fato, não ficam restritas apenas aos participantes do grupo, mas a toda comunidade.

Figura 13: Mural do CRAS.



Fonte: A autora (2019).

Apesar da fala da assistente social em democratizar a informação, não absorvendo as oportunidades apenas para o público do Acessuas, percebe-se que o cerne do Programa está nas atividades do grupo, é a partir dele que os eixos de atuação são estruturados. Souza conta que, até o dia 28/05/2019, ela já havia realizado o primeiro encontro com o grupo que teve como tema “Oficina de construção de currículo”, não seguindo o seu cronograma de planejamento.

Tive a oportunidade de participar de um desses encontros, o que trouxe elementos importantes de análise e reflexão a respeito da operacionalização do Programa. É pelo grupo que os usuários são “preparados” para as questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Em Marx, o trabalho é categoria fundante do ser social, estabelecendo-se como pressuposto, inclusive, da existência humana. Entretanto, na sociedade capitalista, esse fim se estabelece na forma em que, o que é produzido por meio do trabalho, perde seu valor de uso, passando a ter valor de troca. Sendo assim, a classe subalterna, ou seja, a classe trabalhadora, não sendo proprietária dos meios de produção, vende a sua força de trabalho em troca de salário financeiro para que, assim, por meio do consumo, adquira itens essenciais para sua sobrevivência.

Na conjuntura socioeconômica e política em que se vive, caracterizada sobretudo pelo descaso com a classe dominada e trabalhadora, o trabalho ao longo dos anos, tem sido moldado a novas formas de exploração dessa classe. Ele vem “[...] proporcionando o desenvolvimento

de novas habilidades intelectuais e manuais que antes não dispunha, frente as suas limitações primitivas”. (BESERRA, 2016, p. 229).

Contudo, esse desenvolvimento de novas habilidades destina-se, exclusivamente, para o aperfeiçoamento do trabalhador, a fim de quanto mais qualificado ele estiver, mais destaque ele terá na competição acirrada por uma vaga no mercado de trabalho, para que, dessa forma, seja suprida suas necessidades básicas de vida, por outro lado, para enriquecimento e acumulação de riqueza dos donos dos meios de produção.

Nesse contexto, o Acessuas está para proporcionar uma determinada qualificação aos seus usuários que, segundo o MDSA (BRASIL, 2017), se constitui em “preparação, orientação e mediação para que os usuários possam fortalecer sua autonomia e seu protagonismo na busca por direitos e espaços de interação relacionados ao mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 24)”. É por meio dos encontros em grupo que os usuários recebem essa preparação.

Acompanhei a reunião realizada no dia 31/05/2019, que teve por tema “Como se dar bem em uma entrevista de emprego”. O encontro contou com a participação de 13 usuários. Cinco estavam indo pela primeira vez, dois estavam indo pela segunda vez, os demais, participam desde a primeira reunião. A assistente social inicia falando sobre o Programa, explica quais seus objetivos e como é o seu funcionamento no CRAS. Em seguida, explica sobre a construção de currículos, tema abordado no encontro anterior. Souza diz:

Tem um certo formato que as empresas estão solicitando hoje “né”, o currículo. Ele é encaminhado para uma vaga, que está sendo oferecida, então, logo, a gente só vai colocar naquele currículo o que serve para aquela vaga que a gente tá se candidatando. Eu até coloquei aqui um exemplo bem grotesco: digamos que eu tenha um curso de cozinheira e confeitadora e também sou assistente social e se vou me candidatar pra uma vaga de assistente social, esse curso de cozinheiro e confeitador que eu tenho já não vai servir, porque lá onde eu vou trabalhar como assistente social eu não vou cozinhar, não é assim? Então eu já vou colocar no currículo só as informações voltadas para aquela vaga. Isso foi algo que a gente trabalhou aqui, que é uma mudança né?! Que antes a gente comprava currículo na farmácia, na papelaria, já vinha pronto, a gente só escrevia lá os nossos dados, já era pré-fabricado, então mudou muita coisa. Então são essas mudanças que a gente vem orientar e trabalhar aqui com vocês.

Depois, a técnica de referência do Programa faz uma apresentação sobre o Instituto Brasileiro Pró Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET). Esse instituto é parceiro do Acessuas, em São Luís, recebendo por meio de currículos, usuários do Programa para participarem de cursos de qualificação profissional e para serem encaminhados ao mercado de trabalho.

Sobre o ISBET, Souza explica que esse Instituto é parceiro do Acessuas, ele oferta um programa de estágio e, nesse programa, o Instituto olha no currículo do seu participante se ele possui curso ou qualificação em uma determinada área, mas, sem ter tido a oportunidade de trabalho nessa área, o participante é encaminhado para realização de estágio. O Instituto oferece, também, seleção e treinamento que, consiste identificar entre os seus participantes, quem tem perfil para uma vaga que uma empresa conveniada esteja solicitando candidatos, o ISBET treina o participante para essa vaga.

A assistente social expõe aos usuários do Acessuas que o ISBET realiza uma capacitação paralela, ou seja, oferta de cursos nas áreas de auxiliar de serviços administrativos, auxiliar de atendimento e comércio, vendas, auxiliar de copa e cozinha, auxiliar de construção civil, auxiliar de saúde, higiene e segurança, auxiliar de logística, de produção, operador de *contact center* e técnicas bancárias.

Os pré-requisitos para ingressar no ISBET, de acordo com Souza são: ter idade de 14 a 23 anos (com exceção de pessoas com deficiência, nesse caso pode ter qualquer idade), ter concluído ou estar cursando ensino fundamental ou médio, ter disponibilidade de 4h diárias de segunda a sexta-feira e possuir bom comportamento, Sobre isso, ela explica:

Ai meu Deus, que comportamento é esse? É sobre esse comportamento que a gente conversa aqui, como se comportar numa entrevista de emprego. Ah, mas eu só vou deixar meu currículo! Mas eu vou de qualquer jeito, de havaiana, despenteado, desarrumado, do jeito que eu acordei? Não pode! Você já começa a ser avaliado a partir do momento que você entrega o currículo. [...] Aí tem aquela história de que é a primeira impressão é que fica, uma impressão ruim causada pra gente desconstruir ela leva tempos. Pra construir uma impressão errada é rápido, agora pra desconstruir, ah meus amiguinhos, demora. Ainda mais no mercado de trabalho que a gente não pode bobear.

Outro ponto importante, é que a assistente social chama de vantagens alguns benefícios que o ISBET dá aos seus participantes, segundo ela, as vantagens são: bolsa mínima de meio salário mínimo, seguro de vida, contrato escrito e assinado, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), registro em carteira, acompanhamento familiar, realização de um curso profissionalizante e estágio (com duração entre seis meses a um ano). Souza enquanto fala sobre as “vantagens”, interage com o grupo da seguinte forma:

Ei, uma pausa aqui nesse contrato escrito e assinado. Para se ter um contrato escrito e assinado a gente precisa de quê turminha? Documentos né? Como que a gente vai se inscrever pra participar e chega lá cadê a documentação? Ah eu não tenho CPF, eu não tenho carteira de trabalho. [...] Levanta a mão quem tem todos os documentos que eu falei? Que bom né, que boa parte tem.

- Não tem Wellington? Falta qual Wellington?

- Falta só a carteira de trabalho que eu vou tirar segunda

- Oh, beleza, já vai tirar segunda.

- Quem mais não tem a carteira de trabalho? Roberta, vai tirar quando Roberta? Ainda não sabe ne, vai ver com a tia ne? Aparecida, cadê, já tem todos os documentos? Beleza, já tá no ponto.

A atenção de Souza com relação aos documentos dos usuários fez-se observar que, essa preocupação dela, se dá por ser uma exigência da instituição parceira e não por ser um direito do usuário do Acessuas em possuir estes documentos. O próprio MDSA (BRASIL, 2017) diz que as oficinas em grupo devem fortalecer a autonomia e protagonismo dos seus usuários na busca por direitos e espaços que estejam relacionados ao mundo do trabalho.

Ela, enquanto técnica de referência do programa, poderia inserir essa questão no cronograma anual como uma atividade específica e tratar a temática sobre o direito dos trabalhadores, por exemplo, abordando a luta dessa classe pela garantia e manutenção de direitos e não apenas zelar por esta situação apenas por ser uma necessidade para participar de uma instituição.

O ISBET não aceita pessoas que estejam cursando, ou que já tenham concluído o ensino superior, bem como pessoas com registro na carteira de trabalho. A assistente social sobre esta norma do instituto, pontua: “Por que ele não aceita? Por que ele é ruim? Não, porque ele quer dar mais oportunidades pra vocês, porque para o estudante de nível superior o estágio é até obrigatório, já pra vocês nem tanto”.

Percebe-se nessa fala de Souza que ela parece transmitir aos usuários a boa impressão que ela demonstra ter a respeito do ISBET, como também parece enaltecer os usuários por não possuírem nível superior e, assim, poderem participar do ISBET. Essa percepção vem de outra fala dela quando ela diz que no ano passado, infelizmente, uma usuária do Programa que tinha graduação em nutrição não poderia participar do ISBET.

Depois de explicar sobre o ISBET, Souza solicitou os currículos que havia pedido para os usuários levarem, currículos esses que serão encaminhados ao mesmo. Na ocasião, uma senhora diz que não havia levado, pois possuía registro na carteira de trabalho, a assistente social responde a usuária: “Não fique triste, outras oportunidades virão”. Os usuários entregaram seus currículos, dois estavam com o currículo escrito no caderno por falta de recursos para digitar e imprimir, com esses dois usuários, Souza dispôs do computador do CRAS para digitação e impressão.

Outra observação realizada, foi com relação ao modo da assistente social tratar os usuários no momento do grupo. Ela utilizou termos do tipo, “turminha”; amiguinhos; “venham aqui um por um e coloquem os currículos aqui em cima da minha mesa”; “mês passado tivemos

a oficina de currículos e o dever de casa foi fazer o currículo de acordo com as orientações que nós passamos aqui”, entre outros.

Essa condução me parece semelhante a de uma professora com seus alunos que estão na fase da infância. Não quero, aqui, tratar sobre sua atuação profissional enquanto assistente social e técnica de referência, contudo, quero deixar registrado essa minha análise enquanto pesquisadora, também, por acreditar que esse tratamento não produz nos usuários autonomia e protagonismo conforme orienta o Programa.

Após toda a explanação do que é o ISBET e de todas as suas recomendações, bem como o recolhimento dos currículos dos usuários, chega o momento em entrar na temática proposta para aquele encontro: “como se dar bem em uma entrevista de emprego”. Para abordar esse assunto, Souza transmitiu, por meio de um equipamento de data show, um vídeo que mostrava um quadro de um programa de televisão do apresentador Roberto Justus, em que ele entrevista vários candidatos que concorrem a uma vaga de estagiário na Rede Record de Televisão.

O vídeo inicia com o apresentador falando que a intenção do quadro é mostrar para os brasileiros como se comportar em uma entrevista de emprego, ele diz, ainda, que achou muito legal e divertido ver como os candidatos se comportaram. Infelizmente, não há como eu descrever com detalhes todo o vídeo, mas farei algumas observações. A primeira delas é que, a meu ver, não existe diversão com o sarcasmo sobre a condição de fragilidade do ser humano. O apresentador, durante todas as entrevistas, expressa a sua condição de poder sobre os candidatos, na maioria das vezes, constringendo-os.

O Justus, durante as entrevistas, pede inicialmente o currículo para o candidato, em seguida, faz algumas perguntas, como: “Qual o teu sonho”, “qual a sua maior virtude”, “qual o teu maior defeito”, “qual o teu nível de conhecimentos gerais (dentro deste campo ele faz perguntas da atualidade, como nome do vice presidente do Brasil e outras.)” e por fim, “por que eu devo escolher você e não os outros.”

É dada uma pausa nas entrevistas e, nesse momento, o apresentador conversa com um empresário, ambos comentam a performance dos candidatos. Eles colocam que, as perguntas em si, não era para obter aquelas respostas específicas, mas para entender se o candidato é alguém informado, preocupado com o mundo em que vive, se tem vontade, atitude, criatividade e outras habilidades.

Volta-se para a cena das entrevistas, na ocasião, será revelado quem ficará com a vaga. Dos 12 candidatos, Justus seleciona três e comunica o resultado a todos. Ele dispensa o primeiro por julgar ser bom demais para a vaga e, que o jovem ficaria feliz com o novo emprego por pouco tempo. Os outros dois, são um rapaz e uma moça, Roberto pontua que a moça foi muito

bem, mas que deixou a desejar nas perguntas sobre conhecimentos gerais, já o rapaz, segundo o apresentador, estava jogando, demonstrando ser quem ele não é, assim sendo, ele escolheu a moça.

Vale destacar que, no momento da apresentação do vídeo para os usuários do Acessuas, o áudio era insuficiente e muitos não conseguiram ouvir. A assistente social disse que depois o passaria para o grupo do WhatsApp, entretanto, nem todos possuem acesso à internet. Após a apresentação do vídeo, Souza conversa com os usuários sobre os seus comportamentos. Ela não usa o sarcasmo do apresentador, contudo, concorda com os argumentos por ele mencionados e, mostra aos usuários que eles devem se adequar ao “padrão mundo do trabalho”, independentemente de suas necessidades e/ou fragilidades. Souza:

Você não pode de maneira nenhuma deixar transparecer suas fragilidades [...] porque você não vai ser escolhido, escolhida, por conta das suas necessidades. Você vai ser escolhido ou escolhida pela sua capacidade ne, pelo seu profissionalismo, pela disponibilidade, por aquilo que você tem a oferecer para a empresa. Infelizmente é desse jeito, ninguém vai se compadecer com minha necessidade nem com a tua, eles querem saber o que eu e você temos a oferecer para a empresa, tá? [...] Infelizmente o mercado de trabalho é assim, ele é cruel mesmo e a gente deve tá preparado.

Após os comentários sobre o vídeo, acredito que motivada por ele, a assistente social entrega aos usuários, em uma folha de papel, possíveis perguntas que podem surgir em uma entrevista de emprego, e dá orientações de como responder cada uma delas. Dentre as perguntas apresentadas, estão: “Qual a sua pretensão salarial?” Souza diz aos usuários para pesquisarem antes quanto aproximadamente aquela empresa paga, assim, o candidato terá uma base de comparação, não respondendo nem acima, nem abaixo do valor já pago pela empresa. “Qual o teu sonho?” A assistente social diz: “Tenta trazer o teu sonho pra dentro da empresa, eu quero crescer profissionalmente, meu sonho é me formar na área tal. Tenta perceber se esse sonho que tu têm é compatível com a empresa”. “Por que saiu da empresa anterior?” Souza: “Nunca fale mal da empresa anterior, [...] o interessante é você dizer que está buscando novas oportunidades, que gostaria de fazer um curso, saia assim pela tangente”. “Se você fosse um animal, qual animal você gostaria de ser?” Ela orienta:

Aí a menina responde: Ah, uma gatinha! Gatinha é manhosa, preguiçosa, dorminhoca, ele já vai associar o animal a tua figura, a você, né?! Então, no caso se perguntarem se você gostaria de ser um animal as melhores opções é o cachorro, por que o cachorro? Porque o cachorro ele vai ser amigo da empresa, ele vai proteger a empresa, tá? Ah, eu queria ser uma águia [...], a águia ela busca a oportunidade, ela vai com a visão além do alcance, ela enxerga o que os outros não enxergaram, ne? Ela tem uma visão de transformação, de mudança, de adaptação, ne? Certo? A cobra? Não, é

traíçoira e fica só esperando para dar o bote. Cuidado com essas respostas aí de animal tá bom?

Durante o encontro, a assistente social me apresenta Maria do Amparo, que é uma das usuárias, disse-me que, recentemente, deixou o currículo no Hospital Guarás. Na ocasião, a usuária disse que ainda não tinha sido chamada e a assistente social complementa:

É assim mesmo, a gente não vai desistir por esse, quando tiver outras oportunidades a gente vai botando, botando, quanto mais currículo a gente botar... [...] as vezes demora pra chamar, mas a gente não pode perder é a esperança, sempre pensamento positivo que vai dar certo.

Maria do Amparo diz: “sendo a águia, né”, E Souza afirma: “Ser a águia, justamente”. A assistente social finaliza aquele encontro dando a palavra a mim, pois era indispensável que eu falasse com os usuários, me apresentasse, falasse da pesquisa e pedisse a eles suas contribuições com este trabalho cedendo algumas entrevistas, os usuários se mostraram solícitos e disponíveis. Em seguida, a equipe do CRAS serviu um lanche de encerramento.

Segundo o que foi visto até aqui, é possível considerar que, o mundo do trabalho é um universo em que, para o indivíduo fazer parte dele, deve se adequar aos seus moldes, já estabelecidos e aperfeiçoados a cada dia, denomino esse fenômeno de “padrão mundo do trabalho”. Esse padrão começa a ser definido pela forma do indivíduo falar, se vestir, se comportar, pela maneira de entregar o currículo, até mesmo a exigência de se ter um currículo, determina se o indivíduo está apto ou não para ser inserido no mercado de trabalho. Na próxima sessão, será compreendido se os usuários do Acessuas em Cidade Olímpica, adentram ao mercado de trabalho a partir dos ensinamentos quanto aos padrões do mundo do trabalho.

3.3 Os usuários do Acessuas Trabalho em Cidade Olímpica e as interferências do Programa em suas vidas

Para caracterização dos usuários, foram disponibilizadas 30 fichas para captação dos dados. É a mesma ficha que a assistente social preenche quando os usuários são inseridos no Programa. Até o momento em que tive acesso aos dados (28/05/2019) que aqui serão apresentados quanto ao perfil dos usuários, o Programa contava com 34 participantes, os outros quatro cadastros não foram disponibilizados, pois referiam-se a membros da mesma família, logo, não possuem as informações de forma individual.

O primeiro campo a ser preenchido no cadastro é a demanda inicial, a motivação para procura do CRAS. Neste item, existem as seguintes opções: Benefício de Prestação Continuada (BPC), benefícios eventuais, inclusão no PBF, recadastramento, orientação psicossocial,

serviços de convivência, inserção em cursos, inserção na rede socioassistencial e outros. No item “outros”, existe um campo para preenchimento do que seria.

Dos 30 cadastros acessados, 12 tinham duas opções marcadas. Desses, dez estavam marcados *inclusão no PBF e outros* e dois estavam marcados *outros e inserção em cursos*. 16 estavam marcados apenas com a opção *outros* e dois estavam marcados a opção *BPC*. É importante frisar que, em todos os formulários que estavam marcado a opção *outros* (total de 28), estava descrito: “Inscrição Acessuas”, visto que, não há esta opção no formulário, mesmo sendo um Programa ofertado em todos os CRAS do município.

Forma de Acesso ao CRAS: 86% Demanda espontânea, 7% Indicação de vizinhos/amigos/familiares e 7% Encaminhado.

No próximo campo da ficha iniciam as perguntas mais específicas e detalhadas dos usuários. O primeiro bloco é a identificação, nele, os usuários do Acessuas possuem as seguintes características:

Quadro 3: Idade e Naturalidade.

Idade	Porcentagem	Naturalidade	Porcentagem
De 14 a 17 anos	7%	São Luís	60%
De 18 a 29 anos	63%	Interior do estado do Maranhão	37%
De 30 a 59 anos	30%	Outros estados	3%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Mesmo os adolescentes sendo a minoria dos usuários no Programa, destaca-se o interesse deles no sentido em que, mesmo ainda não podendo exercer atividade laboral, existe uma disposição em se familiarizar com o mundo do trabalho, na busca por estágios, conhecimento, cursos.

Quadro 4: Sexo.

Sexo	Porcentagem
Feminino	66%
Masculino	34%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As mulheres, por serem a maioria no Programa, percebe-se dois aspectos: O primeiro, analisar que, as mulheres estão fora do mercado de trabalho, resultado da sociedade machista que, nesse caso, prefere empregar homens. O segundo é que, apesar dessa vivência

preconceituosa, as mulheres buscam ingressar no mundo do trabalho, rompendo com outro legado brasileiro, o patriarcalismo. Observa-se, mais adiante que 30% do público do Acessuas em Cidade Olímpica são donas de casa.

Quadro 5: Estado civil.

Estado civil	Porcentagem
Solteiros	63%
Casados	13%
Divorciados	7%
União estável	17%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 6: Grau de instrução.

Grau de instrução	Porcentagem
Não alfabetizados	0%
Ensino fundamental incompleto	17%
Ensino médio incompleto	20%
Ensino médio completo	53%
Ensino superior incompleto	3%
Ensino superior completo	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O ponto positivo no grau de instrução dos usuários do Acessuas em Cidade Olímpica é que não há analfabetos. Todos possuem um grau mínimo de instrução, requisito básico para o ingresso no mercado de trabalho atualmente.

Quadro 7: Cor / Raça e Religião.

Cor / Raça	Porcentagem	Religião	Porcentagem
Pardos	57%	Evangélicos	63%
Negros	30%	Católicos	30%
Branco	13%	Sem religião	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Pardos e negros totalizam 87% dos usuários do Programa, o que implica observar a exclusão do negro no mercado de trabalho. Essa rejeição, segundo Souza (2017a), existe desde a abolição da escravidão, quando o trabalho do negro (ex-escravizado) é substituído pelos imigrantes que chegaram no Brasil. Referindo-se a humilhação e injustiças sobre os ex-escravizados no período da abolição da escravidão, Souza (2017a) expõe: “Esse esquema funciona até os dias de hoje sem qualquer diferença. Esse abandono e essa injustiça flagrante é o real câncer brasileiro e a causa de todos os reais problemas nacionais” (ibidem, p. 84).

Quadro 8: Orientação sexual.

Orientação sexual	Porcentagem
Heterossexual	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 9: Ocupação.

Ocupação	Porcentagem
Autônomos	13%
Desempregados	54%
Estudantes	3%
Donas de casa	30%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os autônomos, aqui, configuram-se em vendedoras de cosméticos por revista (Avon e Natura); pedreiros, feirantes, entre outros. Os 30% das donas de casa demonstram ainda a motivação da mulher pelo trabalho. A apresentação das ocupações resulta no rendimento financeiro desses usuários como indica o quadro abaixo:

Quadro 10: Rendimento.

Rendimento	Porcentagem
Não possui	60%
Ganham menos que um salário mínimo	33%
Ganham um salário mínimo	7%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Observou-se que, o quantitativo de usuários que ganham menos que um salário mínimo ou não possuem renda, é de 93%, ou seja, sobrevivem com o mínimo de recursos financeiros.

O próximo bloco de perguntas da ficha refere-se ao endereço e situação habitacional dos usuários do Acessuas em Cidade Olímpica, lembrando que o CRAS está nessa localidade, porém, outros bairros em seu entorno também são referenciados por ele. Dos usuários que colheu-se as informações, 83% residem na Cidade Olímpica e 17% em outros bairros que fazem parte do território de abrangência.

Neste bloco, identifica-se que o domicílio e o território em que os usuários vivem, se caracterizam da seguinte forma:

Quadro 11: Forma de ocupação do imóvel.

Forma de ocupação do imóvel	Porcentagem
Alugado	13%
Cedido	44%
Próprio	40%
Outros	3%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

É interessante notar que, mesmo Cidade Olímpica sendo um bairro constituído por meio da luta dos sem-teto em conquistarem o território e construírem suas casas para alí viverem, observa-se que, apenas 40% dos usuários do Acessuas possuem casa própria.

Pode-se dizer que, essa situação esteja relacionada com o que Pinheiro, a presidente da Associação dos Moradores da Cidade Olímpica diz ao referir-se sobre os lotes, que atualmente não existe mais os lotes conforme foi entregue no tempo da conquista da terra. Hoje, segundo a presidente, muitos lotes foram desmembrados em quitinetes, os moradores viram, nessa ação, uma fonte de renda ao alugarem as quitinetes oriundas de sua própria casa.

Quadro 12: Tipo de construção e cobertura.

Tipo de construção	Porcentagem	Tipo de cobertura	Porcentagem
Alvenaria	97%	Telha	100%
Taipa	3%	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 13: Fornecimento de água e energia elétrica.

Fornecimento de água	Porcentagem	Fornecimento de energia	Porcentagem
Rede pública	10%	Rede pública	97%
Poço artesiano	87%	Gambiarra	3%
Poço comum	3%	-	-

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quadro 14: Destino dos dejetos e do lixo.

Destino dos dejetos	Porcentagem	Destino do lixo	Porcentagem
Rede de esgoto	0%	Coletado	27%
Fossa séptica	93%	Queimado	3%
Fossa rudimentar	7%	Não informado	70%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Por meio das informações coletadas neste bloco, é possível perceber a precariedade em serviços públicos no abastecimento de água, saneamento básico e esgoto, o que comprova a vulnerabilidade do bairro nesses aspectos. Esse cenário se dá, possivelmente, pelo bairro ter sido constituído de uma ocupação sem um planejamento urbano prévio para tais necessidades mencionadas. Os moradores, nessa situação, provavelmente utilizaram de estratégias como fossa séptica e poços artesianos, para melhorar a situação do bairro.

Quadro 15: Localização do domicílio.

Localização do domicílio	Porcentagem
Área sem risco	87%
Área de risco	13%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Não há uma explicação para que tipo de risco estão se referindo, mas, provavelmente, por essas perguntas estarem dentro do bloco sobre habitação, entende-se que o risco, aqui, está relacionado a estrutura física das moradias.

No último bloco do cadastro dos usuários, são apontadas as principais vulnerabilidades daquela família e, em cada formulário foi marcado mais de uma. Foi organizado o quadro contando a quantidade de vezes de cada vulnerabilidade é mencionada. Confira:

Quadro 16: Vulnerabilidade dos usuários.

Vulnerabilidade	Quantas vezes aparece
Desemprego	29
Gravidez precoce/não planejada	7
Extrema pobreza	3
Baixo rendimento escolar	4
Analfabetismo	1
Vínculos familiares fragilizados	1
Uso abusivo de álcool e/ou drogas	1
Adulto sem qualificação profissional	9
Insegurança Alimentar	2
Dificuldade no acesso aos serviços públicos	2
Baixa renda	24

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As principais vulnerabilidades apresentadas são o desemprego e a baixa renda, demandas estas, que justificam a inserção deste usuário no Acessuas. O resultado dos dados coletados afirma que os usuários do Programa em Cidade Olímpica, pertencem ao público alvo o qual o Programa se propõe.

Cabe, nesse momento, dar voz aos usuários do Programa no bairro e compreender suas experiências. Uma mescla entre a faixa etária foi realizada para se ter a escuta de experiências de forma diferenciada, levando em conta a motivação de acordo com determinada fase da vida.

Foram entrevistados quatro usuários, sendo uma entrevista feita ao mesmo tempo com dois deles, por serem irmãos e residirem no mesmo domicílio. Cada entrevista foi realizada na residência dos usuários para que não houvesse, por parte deles, algum constrangimento em criticar algo relacionado ao Programa, caso desejassem.

a) *Entrevista 1*: Felipe Almeida da Silva – 22 anos e Andressa Almeida da Silva – 19 anos

Felipe e Andressa são irmãos, moram com os pais e mais três irmãos. A família é beneficiária do PBF e, na própria residência têm uma venda de água mineral e cremosinho, que é a principal fonte de renda da família. Além disso, o pai trabalha como pedreiro.

No decorrer da entrevista, Felipe fala que a criação dos pais foi muito rígida e que ele sempre ensinou os filhos sobre a conduta de conversar com todos, mas não se envolver. Ele se refere a pessoas envolvidas com a criminalidade, levando em consideração a existência dela no bairro em que vivem.

Os irmãos, ainda, disseram que sempre estudaram em escola pública e que, naquele momento, estavam estudando para o vestibular da UEMA. Andressa diz: “A gente tá querendo fazer essa UEMA aí, fazer a prova, só que “tamo” estudando e aí se a gente conseguir a gente vai enfrentar, entendeu?”

Em 2017, por demanda espontânea, Felipe e Andressa foram ao CRAS após terem visto uma “plaquinha”, segundo eles, com informação sobre o Acessuas. O anúncio dizia que o Acessuas trabalharia em parceria com o programa Jovem Aprendiz, foi o que os chamou atenção. O termo Jovem Aprendiz é utilizado pelos usuários em suas falas, mas na verdade, eles estão se referindo ao Acessuas Trabalho. Ao perguntar como eram as atividades do Programa assim que eles ingressaram, em 2017, Felipe respondeu:

Tinha reunião sobre como a gente fazer um currículo, como a gente fazer uma entrevista, como a gente se expressar num emprego, com as pessoas, se comunicar, qual era o objetivo da gente, o que esperavam que a gente fizesse depois que conseguisse um emprego e nunca falar mal da empresa que a gente trabalhasse.

No mesmo ano Felipe foi encaminhado para o ISBET e o Instituto o conduziu para uma entrevista de emprego na churrascaria localizada na área nobre da cidade. Ele conta que fez uma redação de avaliação antes de ser encaminhado, segundo ele, não foi bem na redação, pois julga não ser bom de português. Mesmo assim, recebeu o convite para o seletivo na churrascaria. Felipe diz: “Aí a mulher disse: Felipe, hoje vai ser a tua entrevista, tem como tu ir lá, comparecer hoje? Eu disse: Rapaz, tem, eu só quero saber como é o nome do ônibus”.

Eu fui lá e chegando lá eles perguntaram lá pra mim onde que eu morava, eu falei que era na Cidade Olímpica. [...] Eles perguntaram como era meu dia a dia, como que eu me comportava em casa, o que eu fazia de manhã cedo, só pergunta pessoal. Perguntaram pra mim o que era ética. [...] Eu achei que eu fui bem na entrevista, eu não fiquei nervoso não, falei normalmente, não tem? Como eu falo mesmo em casa, como se eu tivesse em casa, me senti tranquilo, coloquei meus conhecimentos que eu tinha me preparado, estudado pra essa entrevista.

Apesar de achar ter se saído bem na entrevista, Felipe não foi selecionado. As vagas eram para trabalhar como garçom, balconista, servente, e outros trabalhos pela cozinha que Felipe não soube dizer quais eram. O fato de participar do Acessuas e do ISBET, ajudou Felipe a fazer uma boa entrevista. O que ele diz é:

Me ajudou, porque tipo assim, não tinha muita experiência, como fazer uma boa entrevista, aí esse Jovem Aprendiz ajudou foi muito, porque eu participei da reunião, aí ela foi explicando como que a gente deveria fazer uma entrevista, como que a gente tinha que se comportar lá na hora, adequadamente, a roupa adequada como tinha que ir.

Em 2018, Felipe recebeu uma ligação do CRAS sendo informado sobre o Projeto Vira Vida, ele se interessou e foi. Primeiramente, de acordo com ele, houve uma “reuniãozinha” no CRAS pra explicar como que ia ser seletivo para participar do Projeto e, também, receberam orientações de como fazer uma redação, pois era isso que eles iam pedir no dia da seleção.

Lá na hora não foi redação, foi só umas perguntas básica, não tem? Aí eu respondi essas perguntas e eles falaram assim: Se você ir bem assim, nas perguntas, você tem até chance de passar e conseguir um curso por aqui pelo nosso projeto. Aí como eu não fui bem nessa entrevista lá, nessas perguntas, aí eu fui excluído. [...]Eu fui preparado pra redação, mas chegando lá não foi redação, foi só umas pergunta mesmo.

Segundo Felipe, as questões eram sobre o dia a dia, sobre o comportamento em casa, convivência familiar, etc. Caso fosse selecionado, garantia a vaga em um curso que poderia ser na área do comércio, por exemplo, com duração de um ano. Como ele não foi selecionado, foi convidado para retornar ao Acessuas, ele respondeu: “é, já que eu não ‘tô’ fazendo nada em casa mesmo, eu vou encarar essa de novo”.

Ao perguntar aos usuários quais as diferenças entre o Acessuas de 2017 e 2019, ambos disseram que pra eles foi a mesma coisa, Andressa respondeu:

Foi a mesma coisa porque teve até uma entrevista daquele moço lá... do Roberto Justus, foi a mesma coisa que eles passaram no ano de 2017 e eu lembrei tudinho. [...] Aí eu olhei um caderninho que deu lá, umas folhas pra nós, eu fui lê assim, as mesmas coisas que a gente viu em 2017 a gente tá vendo esse ano, entendeu?

Ao serem questionados sobre a importância do Acessuas e qual sua visão do Programa, Andressa responde:

É interessante porque tipo, tem gente que não sabe, o que sabe pode repassar pra ele, pra que ele se encaixe assim, vai que ele consegue uma oportunidade ne... [...] mas eles deveriam mudar algumas coisas e não repetir as coisas do ano de 2017, porque tipo, não tem nada a ver, tem gente que já “tava” lá, já olhou aquilo.

Andressa continua:

Tem uma coisa que eu não concordo no Programa, tipo, tem umas perguntas que eles não fazem do tipo que eles colocam lá. A minha colega ela disse que participou do CRAS, ela disse: Andressa, eu fui atrás das perguntas, tipo, eu estudei tudinho, aquele caderninho que eles dão, umas folha, eu estudei tudinho e quando eu cheguei na entrevista de emprego eles me perguntaram como que eu sou na minha casa... é bem diferente, e não me passaram redação, não me passaram aquilo, não me passaram nada. Por isso que ela não participou mais que ela me disse.

Felipe, criticando o Programa com base na sua experiência, diz:

Eles falaram também que a pessoa não pode chegar nervoso na entrevista aí eu vi que foi completamente diferente, o menino que ficou lá churrascaria, ele “tava” completamente nervoso e ele passou e a gente que foi com calma, mais tranquilo não passamos, aí eu achei injusto isso aí.

Na realidade, não foi injusto, e sim o contrário da orientação que ele havia recebido. Andressa complementa falando que, o que ela achou diferente e interessante do Acessuas de 2019, foi a orientação de não falar na entrevista de emprego sobre as suas necessidades.

Ao serem interrogados quanto as suas expectativas de vida, Felipe diz:

O que eu espero é arrumar um emprego pra ajudar aqui em casa, a minha família, porque eu sei que a gente não tem uma boa condição, uma boa renda familiar e futuramente eu pretendo pagar uma faculdade pra mim ou então passar no vestibular como na UEMA.

Com relação as suas habilidades, Felipe complementa:

Habilidade eu tenho, mas é na área braçal, porque essas áreas mais assim grã-fino eu não tenho muita habilidade não. Habilidade eu tenho mais assim é em desenho, eu gosto de design gráfico, história em quadrinho, mangás, essa é a minha habilidade. Meu pai sempre me diz pra eu me dedicar bastante porque isso aqui é o meu dom que Deus me deu.

Na figura abaixo ele expõe algumas de suas ilustrações:

Figura 14: Desenhos do Felipe.



Fonte: A autora (2019).

Em resposta à pergunta sobre habilidades e aptidão, Andressa respondeu: “Eu até “tava” falando pra papai que meu sonho é ter um emprego pra que eu possa ajudar meus pais assim como eles já me ajudaram muito e também pagar minha faculdade e poder ter um futuro melhor.”

Em seguida, foram questionados sobre se há pessoas em seu convívio que, de alguma forma, seja referência de vida para eles e Felipe responde: “Rapaz, têm vários vizinhos aqui. Tem um vizinho que é da rua seis, que as filhas dele são bem dedicadas assim, comportadas, sempre gostaram de estudar, trabalhar e ter as coisas”. Andressa, em resposta a mesma pergunta, diz que sua madrinha, professora de pedagogia, a orienta sobre a importância dos estudos e de não desanimar.

b) *Entrevista 2: Maria do Amparo Licar – 55 anos*

Maria do Amparo mora na Cidade Olímpica desde 2006, reside com seu filho de 23 anos que possui uma deficiência mental. Ela recebe um recurso financeiro pela deficiência do filho, mas não sabe informar se é pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou pelo BPC. Antes de receber esse recurso, a usuária nos conta como se mantinha financeiramente.

As vezes as pessoas me ajudavam, da igreja, sempre agarrando a Deus vou pra igreja, a igreja me ajudava né, assim, ajuda da igreja, da minha mãe... Também já ganhei o programa PETI, contemplada pelo PETI né.

A usuária fala que abandonou os estudos na oitava série por não ter mais condições de pagar o transporte público, pois a escola em que estudava era em outro bairro. Maria do Amparo conta que, atualmente, está desempregada e que só trabalhou formalmente uma única vez. Sua função era de serviços gerais em uma creche localizada no Jardim América. Ela diz que, antes de conseguir o trabalho remunerado, trabalhou por quatro anos como voluntária na creche em que seus filhos estudavam. Foi a própria diretora que fez a indicação. Maria relata:

Ah, foi muito maravilhoso, eu “tava” trabalhando numa escola comunitária né, lá na Santa Clara. Aí a diretora de lá “tava” falando pras mãe que tivesse interessada em ali contribuir com o trabalho voluntário pra ajudar ali com as crianças. Ouvi como é o trabalho ali da escola, aí meus filho estudava lá aí eu entrei, fiz, trabalhei bastante lá, quatro anos sem ganhar nada, só mesmo né ali... Aí de lá a diretora encaminhou a gente lá pro... como é? Seme... Isso aí, SEMED. De lá ela disse pra gente correr atrás que já “tava” lá... essa diretora de lá “tava” lá. Deus abençoou tudinho e ela “tava” lá precisando de mais duas ou era quatro pessoas pra lá, pra ajudar lá na escola, e foi muito bom quando eu entrei, quando eu saí fiquei triste.

O trabalho foi em 2013, durando apenas um ano. A usuária conta a forma que foi dispensada do serviço:

[...] Eu gostei muito do meu trabalho, mas só que foi um tempo aí que jogaram um bocado pra rua aí a primeira vez que eu tinha sentido o gosto do trabalho, me jogaram pra rua e aí... até agora né, eu já botei currículo de novo lá pra ver se conseguia, mas eu perdi meus contatos né, aí agora nunca mais eu fui lá porque não tenho o contato pra botar de novo porque é difícil né.

Maria do Amparo buscou o CRAS, inicialmente, para fazer o seu recadastramento do PBF, por esta razão, ela foi convocada a participar da reunião de acolhida, a mesma reunião em que o CRAS apresenta os seus serviços e programas. A usuária ouviu a assistente social responsável pelo Acessuas falar sobre o Programa e se interessou, ela comenta:

Assisti a reunião na sexta feira de manhã, aí eu vi né, ela falando né assim uma coisa assim. Aí eu ouvi assim que poderia ser uma oportunidade, aí eu escutei ela falando que poderia participar [...] que ia ser só uma vez por mês, aí eu fiquei interessada, aí eu fiz o meu cadastro e “tô” lá.

Sobre sua experiência com o Acessuas e o que tem aprendido no Programa, diz:

Ah, eu acho assim que foi muito bom pra mim, pra gente mudar ne, conviver com aquilo ali que a gente nunca assim... lá fora a gente que tá aqui não sabe o que tá acontecendo lá fora né e ali eu achei muito importante porque ali a gente aprende muita coisa ne, saber falar, saber conviver com as pessoas como vocês aí né, no caso, ela ajuda muito a gente, com emprego não né, porque Deus ainda tá abençoando porque eu já dei dois currículo pra ela e ela já levou pra lá e eu “tô” só aguardando, então, esse CRAS não só pra fazer benefício só de dinheiro que é o Bolsa Família, mas também outras áreas como de um advogado se precisar, coisa de criança, lá tem tudo.

Maria do Amparo, ainda conta que foi encaminhada para atendimento no CREAS, isso justifica o fato de ter falado em advogado, certamente, ela ou algum membro de sua família deve ter sofrido algum tipo de violação de direito. Diz:

Eu levei uma coisa pra lá e ela me encaminhou pra outro lugar né, esse outro lugar que é o CREAS, aí “tô” em processo de andar numas coisas aí mas é bom né, eu espero que venha dar tudo certo pra onde ela me encaminhou, ou que sim ou não, eu vou fazer o que, né, se não der nada, amém, se der, amém da mesma forma.

Em relação as críticas ao Programa, a usuária diz que é necessário melhorar o prédio, pois acredita ser pequeno e calorento, além disso, elogia os funcionários, dizem que são boas pessoas. Sobre os aprendizados adquiridos no Programa, ela diz que agora está mais confiante em conversar, embora o lado financeiro ainda não tenha mudado, ela segue na esperança que algo bom possa surgir. A usuária refere-se a empregos, ofertas e ajudas.

A usuária, encaminhada pelo Acessuas, participou do projeto “Mais Renda”, do Governo do Estado, que beneficia usuários da assistência social com kits e equipamentos do ramo da beleza ou carrinhos adequados para venda de alimentos. Ela diz:

Eu fiz um curso pra ganhar um carrinho da MAIS RENDA e num faltei um dia pra ver se conseguia e até hoje não ganhei um carro. Deram pra todos, esse negócio de salão, essas coisas, aí na minha etapa num chamaram. Eu ia colocar bem aqui no posto, eu ia vender café. Por isso que eu “tô” dizendo que, a gente corre atrás né e a gente nunca perde a esperança.

É perceptível que Maria do Amparo vê o serviço prestado no CRAS e no Acessuas como uma forma de ajuda e não de direito. Ela expressa esse sentimento, mais uma vez, quando diz espontaneamente: “Mas de lá do CRAS é ótimo, eu não tenho o que dizer de lá. Principalmente a assistente social de lá né, é uma ótima assistente social, eu pelo menos não tenho nada o que dizer dela”.

A percepção da usuária, nesse sentido, se constitui por sua visão a respeito da assistência social a partir do assistencialismo, ou seja, pela caridade, benesse, ajuda, e não pela garantia de um direito adquirido. É comum, por parte do usuário que possui pouca informação, esse sentimento de que está recebendo uma ajuda. É necessário, segundo Oliveira (1996, p. 136), “desnudar o sentido de direito à assistência social e vincular informações que lhe permitam o crescimento crítico necessário à articulação, não apenas de recursos e serviços, mas também de novas experiências e novas relações”.

Vicari (2008) aponta que a percepção assistencialista por parte dos usuários deve ser desmistificada pelo profissional da área, ou seja, o assistente social, por meio de reflexões a respeito da realidade em que está inserido, atendendo a necessidade emergencial do usuário, contudo, atuando na ótica da transformação societária e da inclusão dos indivíduos. Vicari (2008, p. 75) complementa sobre a atuação profissional do assistente social nesse sentido, deve ser “[...] um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais [...]”.

c) *Entrevista 3: Maria Odenir Pinheiro Martins – 37 anos*

Maria Odenir mora na Cidade Olímpica desde 2009. No domicílio, reside apenas ela e seu esposo, que trabalha em uma empresa como operador de máquinas. Atualmente, Maria Odenir apenas estuda, ela faz curso técnico em edificações e relata que iniciará um curso de nível superior. Ela conta que entrou na área da construção civil após ter trabalhado como professora durante dez anos em uma escola pública do município de Zé Doca, tal mudança se deu por Maria Odenir não se identificar com a profissão de professora. Ela diz: “[...] A minha

família é de professores e aí eu acabei engajando nesse negócio. Mas chega um momento da vida que você percebe que não é bem isso que você quer, aí eu larguei tudo de mão e vim começar do zero”.

Quando questionada sobre como teve conhecimento do Acessuas, Maria Odenir relatou:

O Acessuas eu conheci por acaso, eu “tava” na parada, e uma menina de lá, a Alexandra, me falou do Programa, e eu disse “oh, que legal, eu moro aqui na Cidade Olímpica faz tempo e não sabia desse programa, a questão de currículo, porque eu sempre trabalhei por indicação, nunca participei de uma entrevista de emprego, nunca fiz um currículo. Isso me chamou atenção, eu disse “égua, nessa crise eu tenho que saber, porque é necessário né, isso foi algo que me chamou atenção e fez eu ir até lá. [...] De alguma forma, então eu achei bem interessante porque eu moro aqui há um tempão e não sabia disso.

Sobre suas expectativas com o Programa, a usuária diz:

De ter orientação, conhecimento e em ser encaminhada. O meu objetivo quando ela falou que eles encaminhavam eu achei legal, posso ser encaminhada pra coisa que eu não tenho experiência, mas a gente pode tá lá ganhando experiência e com o tempo, com força de vontade, com capacidade de aprender rápido, então pra mim é legal.

Ao ser questionada se, em sua visão, o Acessuas precisa de melhorias em alguns pontos, a usuária aborda: a divulgação do Programa na comunidade, bem como os serviços e outros programas e benefícios ofertados no CRAS. Assim, como outras pessoas que conversamos durante a pesquisa, Maria Odenir também acreditava que o CRAS estava relacionado apenas com o PBF, o que não é uma verdade. Sobre essa questão, ela opina:

Eu acho que deveria ter uma mobilização porque como é uma grande comunidade, aqui é muito grande, então a questão da informação é importante, deveria chegar a mais pessoas. Outro programa que eu soube que eles têm lá é quando a pessoa tá gestante, eles acompanham, dão um kit, eu mesma não sabia, tem várias meninas aqui que acabam engravidando com o pai desempregado, com a mãe desempregada e a gente acaba ajudando numa fralda aqui e acolá porque não tem, aí a falta de informação ou então porque não busca, mas eu acho que é mais a falta de informação mesmo. Eu achava que o CRAS era só pro bolsa família, mas tem vários outros programas interessantes para a comunidade. Deveria ser informado para que as pessoas possam ir buscar.

Finaliza-se aqui as entrevistas realizadas e destaco que os usuários julgam o Acessuas Trabalho de forma positiva, acreditam que ele seja importante, sobretudo, em Cidade Olímpica, levando em consideração as vulnerabilidades existentes nas pessoas que ali residem.

Entre as críticas estão: repetições dos temas trabalhados, estrutura física do local inadequada e divulgação precária. Com relação a inserção dos usuários no mercado de trabalho, embora essa não seja uma atribuição do Programa, é uma expectativa de todos os usuários.

Nenhum dos entrevistados conseguiu ser incluído no mercado de trabalho e, também, desconhecem quem tenha participado do Programa e conseguido algo.

As ações do Acessuas em Cidade Olímpica demonstram estar voltadas para a garantia de direitos a partir do acesso ao conhecimento do mundo trabalho e não à sua inclusão. Conhecimento esse, básico, raso e geralmente distante da realidade.

As ações aplicadas pelo Programa no território pesquisado buscam a integração com a rede socioassistencial e com outras políticas conforme orienta o MDSA (BRASIL, 2017), entretanto a promoção do desenvolvimento do protagonismo dos usuários, bem como empoderamento e autonomia deixam a desejar.

É necessário que os usuários sejam conhecedores da realidade social em que vivem, para isso, é preciso que a equipe que conduz as ações do Programa esteja empenhada em disseminar tal conhecimento. É somente dessa forma que o Acessuas produzirá nos seus usuários empoderamento, autonomia e protagonismo. Ao contrário, os usuários continuarão sendo coadjuvantes do filme de suas próprias vidas.

3.4 Novas estratégias de atuação do Acessuas Trabalho em Cidade Olímpica e em São Luís

Apresenta-se, nesta sessão, algumas mudanças ocorridas no Acessuas em nível municipal, apresento, também, outras dificuldades que a assistente social responsável pelo Acessuas mencionou sobre o Programa. A principal mudança ocorrida em 2019 para o Acessuas Trabalho, em São Luís, foi a contratação de uma instituição filantrópica para execução dos encontros com o grupo, ou seja, das oficinas nos 20 CRAS na capital. A instituição prepara, desde o material de divulgação até o lanche. Souza apresenta essa organização da seguinte forma:

Foi pactuado um projeto específico para o Programa do Acessuas, como vocês viram ali na frente o cartaz de inscrição para oficinas em parceria com o GACC. E a gente “ta” nesse processo, já tem uns 30 inscritos, e só temos 25 vagas, 5 ficaram para cadastros de reserva. [...] Então teve esse projeto do Acessuas que foi pactuado com GACC. É o GACC que vai ofertar, que vai oferecer os certificados também, tá acontecendo dentro dos 20 CRAS de São Luís, mesmo aqueles que não ofereciam que não desenvolviam o Acessuas antes.

O Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão (GACC), é uma organização não governamental que, desde 1987, desenvolve projetos direcionados para a população carente com o objetivo de promover desenvolvimento comunitário. Teve-se a oportunidade de conversar com Ferreira, assessora técnica do GACC nessa ação em conjunto ao Acessuas.

Sobre como surgiu a parceria com a SEMCAS, há uma contradição no relato de Ferreira. Primeiro, diz que a SEMCAS chamou o GACC para executar o Programa, depois, ela diz que a Secretaria lançou um edital e o GACC se inscreveu, e foi a entidade selecionada. Comenta:

A SEMCAS solicitou do GACC que fizesse essa parceria porque já sabe do trabalho do GACC que trabalha numa linha bem parecida com a do Acessuas e por conta de tempo, por conta de recurso na conta, tinham que gastar o recurso, executar esse projeto e os CRAS estavam com um pequeno problema que recentemente teve o concurso público e aí muita gente teve que sair da equipe técnica dos CRAS por conta de vencimento de contrato, aí pra chamar equipe técnica que seria definitiva, concursada, eles não teriam tempo de se aprimorar, passar por uma capacitação pra começar o início das atividades nos CRAS e por conta disso eles abriram edital público pra que várias instituições escrevesse os projetos e o GACC foi contemplado nessa chamada pública de editais pra executar o Acessuas 2019-2020, que é um ano e meio de execução.

A coordenadora municipal do Acessuas, Silva, fala sobre o vínculo com o GACC, afirmando não ser uma parceria, mas uma contratação para prestação de serviço.

Não é nem uma parceria, o GACC, considerando toda a história dele, todo trabalho exitoso que ele já tem no meio aqui, dentro de São Luís e fora que ele também tem outros projetos em alguns municípios do Maranhão. Então o GACC, ele tem o perfil e ele está habilitado pra trabalhar conosco, na verdade, foi um termo de cooperação técnica... que ele foi habilitado. A SEMCAS repassa o recurso pro GACC e o GACC executa o trabalho. O GACC é que tem os facilitadores que vão dá essas palestras das oficinas, é da responsabilidade do GACC, também, o lanche e o aluguel de espaço, se o CRAS não tiver um espaço adequado.

Segundo a coordenadora municipal, as organizações das estratégias com o GACC iniciaram em abril, mas as execuções das oficinas começaram a partir de agosto e setembro. Em Cidade Olímpica, as oficinas do GACC iniciaram na segunda quinzena de novembro.

De acordo com as orientações do MDSA (BRASIL, 2017), é legítima a contratação de uma entidade para a execução do Programa, contanto que “[...] sejam respeitados o disposto no art. 3º e art. 9º da LOAS, bem como o Decreto nº 6.308 de 14/12/2007 que dispõe acerca das entidades e organizações de assistência social”. (BRASIL, 2017, p. 67).

O GACC no Acessuas Trabalho, em São Luís, tem como atribuição, realizar as atividades em grupo com os usuários do Programa. Eles planejam as reuniões, prepararam o material que será entregue aos usuários, realizam os encontros e ofertam o lanche. No CRAS Cidade Olímpica essa atividade já é desenvolvida por Souza, assistente social, mas nos outros CRAS de São Luís, o Programa não estava sendo executado.

A afirmação que o Acessuas não estava sendo desenvolvido em outros CRAS foi concluída a partir da fala de Silva, coordenadora municipal do Programa, ao dizer que o

Acessuas está funcionando a partir do mês de agosto de 2019, considerando sua funcionalidade à ação do GACC. Ao ser questionada sobre o assunto, discorre:

Ele tinha a execução direta nos CRAS, então existe essa questão de que acabava assim, que um CRAS tinha umas atividades que se sobressaiam mais, onde as atividades eram mais consistentes, mais atuante. Antes era muito mais o Pronatec que tinha na época né, aí depois quando veio o Acessuas mesmo, algumas meninas continuam fazendo o trabalho, algumas ficaram, mas como foi mudando, mudando, aí foram perdendo. Tinha a Souza e outra psicóloga muito boa que também fazia um trabalho lá no São Raimundo. E sempre nessas questões do grupo, das oficinas, muito na linha do que Souza realiza.

Há uma expectativa, pelos resultados das ações, sobre o que o GACC realizará. Elas são geradas devido ao cumprimento da meta de atendimento ao público, sendo esta, estipulada pelo Ministério da Cidadania. A meta existe como uma forma de prestação de contas pelo recurso federal disponibilizado para a execução do Programa. Sobre esse caso a coordenadora municipal fala:

Atualmente nós recebemos um recurso por parte do governo federal via Ministério da Cidadania, [...] nós temos uma meta de 1.500 usuários para atendermos até janeiro de 2021, nós temos uma meta e é para todo o público em situação de vulnerabilidade, é o público da assistência social. [...] Esses usuários tem que também estar inseridos no prontuário SUAS porque depois que eles participarem das oficinas eles também terão que estar no SIS Acessuas, porque todo programa do governo federal que ele implementa recurso financeiro, ele fica monitorando pra ver se ele tá sendo gasto. Então como o governo federal este ano ele liberou recurso para a implementação a esse trabalho, dessas oficinas, desse programa Acessuas Trabalho, ele tá cobrando. De que forma ele cobra? Por meio do monitoramento e por meio das informações que são inseridas no SIS Acessuas.

A estratégia para o cumprimento da meta de forma mais rápida, foi a terceirização do serviço, bem mais interessante para a SEMCAS do que ela mesma executar. Perguntou-se para a assistente social do Acessuas em Cidade Olímpica como ela enxerga o fato de uma instituição ser contratada para realizar o trabalho que ela desenvolve, em resposta, disse:

Eu vejo essa parceria como algo positivo, inclusive para o ano de 2020, se eu ainda estiver por aqui, porque eu sou contratada, então pode ser que 2020 eu não esteja aqui, então eu penso pra 2020 que já vai diminuir essa carga, esse trabalho de ofertar dentro do CRAS, o técnico ser responsável pela a execução das oficinas, do trabalho em si, a gente vai ficar só com a mobilização e acompanhamento desses usuários.

A coordenadora do CRAS da Cidade Olímpica aponta como positiva a terceirização da oferta do serviço do Acessuas. Ela conta que o trabalho não estava sendo executado em outras unidades de CRAS e, justifica esse ocorrido pela falta de profissionais exclusivos para o Acessuas. A linha de contratar uma empresa, para ela, é interessante, pois todos os CRAS executarão o Programa haja visto o recurso disponibilizado para este fim.

A equipe do Acessuas, a partir da chegada do GACC, será responsável pela mobilização, inscrição e acompanhamento dos usuários, o GACC, por sua vez, prepara as atividades e realizará as oficinas. A assessora da instituição mostra um material de divulgação (um folder e uma cartilha) que foi confeccionado especialmente para o Programa. Ela também conta como eles, enquanto entidade, pensaram nas estratégias e, de que forma as oficinas serão realizadas.

Figura 15: Folder Acessuas pelo GACC

Encontrar um espaço no mercado de trabalho é algo cada dia mais difícil. Nunca se sabe quando as oportunidades vão surgir, por isso, não deixe escapar nenhuma delas.

SE LIGA NAS DICAS!

- 1 Esteja sempre bem informado em sua área profissional, estude, faça cursos, participe de palestras e eventos relacionados a ela;
- 2 Organize seu currículo e carta de apresentação conforme o perfil das vagas disponíveis;
- 3 Quando surgirem as tão sonhadas entrevistas esteja preparado para impressionar;
- 4 Descubra suas habilidades e espírito empreendedor;
- 5 Dedique-se à procura de trabalho todos os dias, pesquise na internet, jornais, Sine, consultorias.

Quer saber como se preparar para enfrentar o mercado de trabalho? Participe das oficinas "Mundo do trabalho e empregabilidade" oferecidas pelo projeto Acessuas – Garantindo Oportunidades. Informe-se no CRAS do seu território.

CRAS	ENDEREÇO	TELEFONE
01	CORRADIINHOS - Rua Babalônia S/N, Vale Verde - Vila Conceição/Corradiinhos	98865-0273
02	BAIRRO DE FÁTIMA - Rua 02, quadra 14, casa 12 - Filipinho.	98865-0314
03	SÃO FRANCISCO - Rua das Paparubas, casa 25, São Francisco, próximo à Clínica Cimo.	98865-0297
04	CENTRO - Rua do Passaro, Nº463, Centro.	98865-0285
LIBERDADE	Rua Romã Velho, S/N, F6 em Deus, próximo à Av. Quarto Centenário.	98865-0320
05	LIBERDADE - Rua Romã Velho, S/N, F6 em Deus, próximo à Av. Quarto Centenário.	98865-0320
06	ANIL - Rua Santa Luzia, Nº04, Anil.	98865-0311
07	BEQUIMÃO (Antigo CRAS Vila Palmeira) - Avenida 01, Nº 16, Bequimão, próximo ao Ecoponto.	98865-0269
08	COHAB (Antigo CRAS Forquilha) - Rua 13 Padre Antônio Vieira, Qd. 21, S/N, Cohab Anil IV, próximo ao CSU.	98865-0271
09	TURU (Antigo CRAS Sol e Mar) - AV Bahia, 753, Chácara Brasil Turu - em frente ao cond. Gran Village V.	98865-0306
10	VINHAIAS (Antigo CRAS Vicente Fialho) - Rua 81, Loteamento 135, Conjunto Habitacional Vinhais, próximo à padaria Bonamassa.	98865-0308
11	ANJO DA GUARDA - Rua Itália, Qd 2, R 18 - Anjo da Guarda - (Em frente à praça da Rosera).	98865-0282
12	ESTIVA - Rua de Cima, número 108 - Bairro Estiva.	98865-0318
13	MARACANÁ - Rua Tomás Soares, Nº 6, Vila Esperança.	98865-0323
14	VILA BAGANGA - Rua João Estrela, Nº 20, Vila Baganga, próximo à Tropigás.	98865-0307
15	VILA NOVA - Rua Enoch Vieira, Nº 6, Vila Nova.	98865-0291
16	CIDADE OLÍMPICA - Av. 1, Jailson Alves Viana, S/N, Cidade Olímpica.	98865-0304
17	CIDADE OPERÁRIA - Unidade 205, Av. Oeste Interina, S/N, Cidade Operária antigo Léo Franklin, próximo ao Supermercado Mateus.	98865-0297
18	JOÃO DE DEUS - Av. Odylo Costa Filho, Nº 27, Parque Universitário, João de Deus.	98865-0315
19	SÃO RAIMUNDO - Rua 45, Qd. 95, Nº 24, São Raimundo.	98865-0295
20	JANAINA - Rua Cristina de Oliveira, Nº 272, Quadra 30, Janaina.	98865-0312

Scanned with CamScanner

Fonte: Imagem cedida pelo GACC (2019)

A figura acima traz um dos materiais de divulgação do Acessuas, estes, confeccionados pelo GACC. A assessora conta que, com os recursos recebidos para a realização desse trabalho, colaboraram para a elaboração de folders e cartilhas para a propagação do Programa no território. Segundo ela, dessa forma seria mais fácil chamar atenção dos usuários e atraí-los para as oficinas que, também, serão realizadas pela entidade terceirizada. Acerca disso, Ferreira diz:

Como é a didática de nosso trabalho, como é que a gente vai trabalhar? Diante de algumas experiências a gente vai se adequando, e de certa forma vai moldando o nosso trabalho. [...] A facilitadora ela vai na frente da oficina, ela vem e organiza o espaço, ela monta a estrutura, a parte dela é iniciar a oficina e aí ela me manda mensagem “ah ‘tô’ com 30 pessoas aqui dentro do auditório” então quando eu vier eu trago material para 30 pessoas, então a gente monta uma estrutura para o público que tá dentro da

oficina, então a facilitadora vem, me informa e em seguida eu chego com lanche com material didático.

Sobre o material confeccionado, a assessora pontua que é um material didático diferente, em que foi criada uma identidade visual própria para o projeto, ela acrescenta que trará uma característica diferenciada nos locais onde o Acessuas já estava sendo executado, isso se deve, segundo ela, aos recursos disponibilizados.

Ferreira, a assessora, acredita que a chegada do GACC na execução dos encontros resultará na inserção dos usuários no mercado de trabalho que, com a devida instrução, não haverá mais desculpas para que a empresa não contrate esse público. Uma das estratégias para este fim, segundo a assessora, é a realização de um chá com os empresários dos territórios de abrangência dos CRAS para discutir sobre a captação de vagas e pedir que priorizem o público do Acessuas. Ferreira acredita, ainda, que oportunidade de emprego tem, o que acontece é que essas oportunidades não chegam para o público do Acessuas. A assessora afirma:

É um público que tá desacreditado, infelizmente nossa realidade hoje, quando as facilitadoras vão pra campo, a gente percebe até no semblante das pessoas. Quando a gente fala: Tem emprego? Tem, emprego tem, isso é inegável. Vaga, tem? Tem, só que essa vaga não atende, não alcança o nosso público. De certa forma essa vaga ela alcança outro tipo de público, o nosso público não tá sendo contemplado com essas vagas, infelizmente é essa nossa realidade. E aí a proposta do Acessuas é justamente essa, e agora qual vai ser a desculpa dessas empresas né, se a gente prepara esse público, trabalha com esse público, se a gente orienta, consegue minimamente que esse público construa um currículo de qualidade, prepare ele para uma entrevista de emprego, oriente ele em todos os sentido... e agora? O que vai faltar para essa empresa aderir esse público que é um público de baixa renda, então a proposta do Acessuas é mais ou menos essa.

Ferreira foi questionada sobre a existência de vagas de emprego, isso para entender, em sua visão, o porquê desse público não ser absorvido pelas empresas. Em resposta, ela relata que é devido ao despreparo, a falta de experiência em não saber o que o empregador quer ouvir, não sabe como se vestir e não pesquisar sobre a empresa que está indo fazer a entrevista, complementa: “Aí a pessoa bem aí já é desclassificada, quando a gente diz que a vaga existe, ela existe, ainda que seja pouca ela existe, mas é que nosso público precisa justamente dessas orientações pra ficar apto pra chegar lá e não cometer esses equívocos né, dessa vaga”.

A assessora técnica do GACC também aponta como uma dificuldade, a permanência desse público no mercado de trabalho. Ela acredita que um dos fatores que impossibilita essa estabilidade, é a questão da distância entre a residência e o local de trabalho. “A questão do deslocamento, a gente sabe dos imprevistos diários, então uma série de coisa que faz com que as pessoas não se mantenham dentro dessa vaga por conta desses obstáculos diários”, diz Ferreira.

Para solucionar esse problema, a ela aponta como solução, fazer a captação de vagas por região, assim não tem justificativa para as empresas não contratarem os usuários do Acessuas já que, teoricamente, estão instruídos para o mundo do trabalho e residem próximo as empresas que ofertam as vagas. No caso de Cidade Olímpica essa solução parece inviável, já que Souza, assistente social do Acessuas e moradora do bairro, informou que na localidade não há grandes empresas, apenas pequenos comércios de familiares.

As oficinas trabalhadas pelo GACC serão com a temática de: como organizar um currículo; como impressionar em uma entrevista de emprego; empreendedorismo, entre outros assuntos de cunho profissional, não diferenciando-se dos temas já abordados pela equipe do CRAS.

A proposta de terceirizar as oficinas, para o Acessuas parece interessante, especialmente para os CRAS que não estavam executando o Programa, ao contrário de Cidade Olímpica. Mas, e para os usuários da Cidade Olímpica que já possuem esses conhecimentos? No que a chegada do GACC acrescentará? E mesmo para aqueles que ainda não estavam inseridos no Programa, quais mudanças o Programa, por meio do GACC, impactará na vida dos usuários com relação ao mundo do trabalho? Tais indagações bem como a identificação da não inserção e permanência dos usuários do Acessuas no mercado de trabalho serão respondidas em pesquisas futuras.

É certo de que o trabalho ao longo dos anos vem sendo modificado de acordo com as transformações na sociedade. As políticas neoliberais, que estão presentes no Brasil desde 1990, “[...] materializado no plano econômico por meio da abertura comercial ao capital imperialista e pelo fim das políticas nacionais protecionistas” (SOUZA, 2017b, p. 2), fazem parte dessas modificações.

Souza (2017b) aponta que entre as transformações sociais ocorridas com o neoliberalismo está a educação e, sobretudo a qualificação profissional em que “educar” a classe trabalhadora, no contexto neoliberal, perde perspectiva universalista de educação pública e é substituída por “precárias políticas focalizadas”, ou seja, ao invés da educação proporcionar conhecimento universal, ela se propõe no aprendizado mais focalizado.

A fim de (con)formar as crianças, os jovens e adultos aos novos atributos demandados pelo capital, tais como a elevação da qualificação, a motivação, a criatividade, a sociabilidade e, sobretudo, a flexibilidade. A fim de exercer qualquer trabalho independente do momento e do lugar. (SOUZA, 2017b, p. 3)

O Acessuas, apesar de não ser uma proposta da política de educação, se encaixa nessa configuração de política neoliberal em moldar os indivíduos às suas prerrogativas no que diz

respeito ao trabalho, nesse caso, trazendo consigo a concepção de que, orientando e qualificando a classe trabalhadora ao mundo do trabalho, lhe garantirá inserção no mercado de trabalho e sucesso profissional.

Souza (2017b) destaca ainda que, a educação no Brasil no contexto neoliberal, e na concepção da necessidade de aperfeiçoamento intelectual e de mão de obra da classe trabalhadora, deixa de ser concebida como um direito para se tornar um investimento, tornando-se um produto acessível a quem pode comprá-lo. “Já para a classe destituída desse poder, cabe apenas o acesso à uma variedade de vias formativas, através de programas e cursos com ofertas educacionais pulverizadas, fragmentadas, aligeiradas e de caráter compensatório”. (SOUZA, 2017b, p. 8).

A autora refere-se especialmente ao Pronatec, contudo, tais características são válidas para o Acessuas, que se constitui em um programa governamental que, instrui seus usuários para o mundo do trabalho como estratégias para amenizar as mazelas causadas pelo capitalismo existente em suas vidas, como por exemplo: desigualdades, pobreza e desemprego, todavia, inábil em responder tais problemáticas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das leituras e análises realizadas até o momento sobre a temática, identifica-se que, a operacionalidade do Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho, o Acessuas, não é suficiente para amenizar a situação de vulnerabilidade de seus usuários. Quanto à constituição do Programa, seus eixos em identificar e sensibilizar os usuários, desenvolver suas habilidades, proporcionar acesso a oportunidades de trabalho e emprego e monitorar seu percurso no mundo do trabalho, não diminui a desigualdade como propõe o Programa, pelo contrário, mantém seus usuários, enquanto classe dominada e subalterna.

Sobre Cidade Olímpica observou-se que, em decorrência a falta de moradia nos anos de 1990, ocorreram diversas ocupações de pessoas em áreas privadas que vieram a se tornar bairro, foi o caso de Cidade Olímpica. Seu diferencial esteve na quantidade de pessoas envolvidas (cerca de dez mil) e na repercussão que teve naquele momento, especialmente na mídia.

Constatou-se que o processo de territorialização em Cidade Olímpica foi marcado por dois momentos, o primeiro, motivado por interesses pessoais e políticos partidários de determinadas pessoas que não vivenciavam a problemática falta de moradia. O segundo momento, foi caracterizado, principalmente, pelos sem-teto que, movidos por suas necessidades, se viam na batalha para conquistar o território. E, por meio de lutas e resistências, não abriram mão do direito à moradia.

Cidade Olímpica, atualmente, após 23 anos de formação, se estabelece hoje como um bairro violento, com forte atuação de facções criminosas, com condições de infraestrutura e saneamento básico precários, entre outras mazelas. Por meio dos que são atendidos pelo Acessuas, verificou-se, também, as principais vulnerabilidades sociais existentes no bairro, 29% das pessoas possuem baixa renda e 35% estão desempregadas, em seguida, aparece 11% dos indivíduos sem qualificação profissional e 8% das famílias tiveram alguma situação de gravidez precoce ou não planejada.

Tais características fazem com que o bairro seja uma localidade onde o Estado atue por meio da PAS que, visa por intermédio de seus benefícios, serviços e programas, garantir mínimos sociais para uma melhor qualidade de vida de seus usuários.

Diante de uma reflexão crítica feita sobre o Estado e sobre a PAS, observou-se que o Estado é instituído com o objetivo de deter o controle social, pois independente do estado de natureza da sociedade, o Estado existe para manter domínio e poder sobre os indivíduos.

No Brasil, o modelo econômico existente é o capitalismo, esse sistema divide a sociedade em classes e estabelece os meios de produção pautado no valor de troca e não de uso, causando a desigualdade social, sobretudo econômica, em que poucas pessoas possuem todas as suas necessidades supridas e muitas precisam da intervenção estatal para adquirirem o mínimo para sobreviver.

É na perspectiva de proporcionar um equilíbrio social que a PAS é instaurada como uma política pública que garante mínimos sociais aos indivíduos que dela precisam, ou seja, não rompe com as práticas capitalistas, mantendo dessa forma, a desigualdade e o conflito entre as classes.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada dos indivíduos aos benefícios, serviços e programas da Assistência Social por meio da Proteção Social Básica que atua nas situações de risco e vulnerabilidade dos seus usuários e, tem por objetivo prevenir a violação de direitos. Vale destacar que, é no e por meio do CRAS, que o Acessuas é executado em Cidade Olímpica.

Ao identificar e caracterizar o CRAS Cidade Olímpica, observou-se que o mesmo está em funcionamento há 14 anos, que em 2019 o número dos atendimentos mensais variaram entre 1.200 e 1.400, e que eram 132 o número de famílias acompanhadas diretamente, tais informações comprovam que o CRAS Cidade Olímpica possui atuação relevante no território, contudo, com base em entrevistas realizadas a moradores, observou-se que a referência que as pessoas têm desse CRAS está ligada diretamente ao Programa Bolsa Família (PBF), não considerando tanto os outros serviços e programas desenvolvidos no local, como por exemplo o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), e até mesmo, o próprio Acessuas.

Ainda com relação ao CRAS Cidade Olímpica, foi apontado pela equipe as principais dificuldades na execução das atividades, são elas: a frequente atuação das facções, que impede certos usuários de participarem de determinados serviços e, os cortes do PBF no atual governo Bolsonaro. Apesar das dificuldades, é notória a expressiva atuação desse CRAS no território, contudo, insuficientes em suprir todas as demandas, assim como a PAS também não contempla todas as necessidades das situações de risco e vulnerabilidade social na sociedade brasileira.

O Acessuas é realizado dentro do CRAS Cidade Olímpica e é executado nesse território desde 2015. Tomou-se por base para a pesquisa ora apresentada, dados e referências dos anos 2019 e 2020, em que foi possível realizar uma caracterização dos usuários do Acessuas. Nesta, destacou-se: 87% dos usuários do Programa são negros ou descendentes de negros, 63% possuem idade entre 18 e 29 anos, 60% são ludovicenses, 54% estão desempregados e 60% não

possuem renda. Com base nessas informações, evidencia-se o resultado da cultura escravista brasileira, em que a escravidão, no Brasil, foi o alicerce pelo qual o trabalho foi estruturado no país, trazendo consigo, na atualidade, uma negritude pobre, desempregada e sem renda, como se apresentam os dados destacados.

O trabalho, ao longo dos anos, vem sendo transformado, no que refere as formas de alienação da classe trabalhadora, já que a estrutura capitalista permanece a mesma. É papel da PAS, como já visto anteriormente, garantir mínimos sociais aos indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social, logo, romper com a estrutura que proporciona as desigualdades sociais não é sua função. Nessa perspectiva, no âmbito do trabalho, são instituídas várias estratégias para diminuição do desemprego e de capacitação profissional. Dentre elas, destacam-se o Programa Brasil Sem Miséria, o Pronatec e o Acessuas Trabalho.

O Acessuas é implementado com o objetivo de sensibilizar os usuários da PAS para o mundo do trabalho estando pautado em quatro eixos de atuação: Identificação e sensibilização do usuário; Desenvolvimento de habilidades e orientação para o mundo do trabalho; Acesso a Oportunidades e; Monitoramento e percurso dos usuários. O Programa, em Cidade Olímpica, se destaca dos demais na capital maranhense pelas constantes reuniões em grupo realizadas pela assistente social do CRAS, bem como os encaminhamentos realizados para programas de capacitação profissional, por exemplo.

O Acessuas não está para encaminhar seus usuários para oportunidades de empregos, apesar de haver informações sobre essas oportunidades, mas para instruir e acompanhar o usuário até que ele conquiste um emprego e se mantenha nele. Nas reuniões de grupo do Programa em Cidade Olímpica, os usuários são ensinados/instruídos a seguir ao padrão mundo do trabalho, criado socialmente para que os indivíduos adentrem no mercado, exigindo a maneira que devem se vestir, se portar, o que deve falar. O Programa, dessa forma, não permite a construção da autonomia e protagonismo dos usuários.

Nos usuários entrevistados, observou-se que 25% deles possui uma visão assistencialista do Programa, ou seja, o recebem numa ideia de ajuda, caridade e não como um direito. É válido pontuar que não há por parte da assistente social do Programa uma desmistificação dessa ideia, e que a profissional acredita na eficácia do Programa.

Observou-se também que 25% foi o quantitativo dos usuários que conquistaram uma entrevista de emprego, porém sem sucesso na aprovação. A execução do Programa cumpre com os eixos norteadores determinados, contudo são insuficientes para tirar os usuários da situação de desemprego, da baixa renda, entre outras vulnerabilidades.

Pode-se dizer que o impacto do Acessuas na vida de seus usuários é cultural e ideológico, na medida em que são orientados pela aceitação da realidade de subalternidade que vivem, subalternidade essa que está relacionada não exclusivamente aos meios de produção, mas, também, ao domínio cultural e ideológico da classe dominante.

O Acessuas, portanto, enquanto programa da Política de Assistência Social mantém seus usuários na condição de classe subalternizada, isso porque o Estado, bem como suas interferências sociais, está para suprir os interesses da burguesia, logo, tanto o Acessuas quanto a PAS estão para amenizar as aflições sociais causadas pelo capitalismo, sendo suas ações insuficientes para tal.

No que tange a execução do Acessuas a nível municipal, observou-se que não havia atuação do Programa nos demais CRAS de São Luís, logo, o recurso destinado para sua atuação estava paralisado com risco de ser devolvido ao Governo Federal, caso não fosse utilizado. A estratégia para o rápido exercício do Programa foi a terceirização do serviço ofertado pelo Grupo de Apoio às Comunidades Carentes do Maranhão (GACC), que iniciou suas atividades no segundo semestre de 2019 em algumas unidades no CRAS. Em Cidade Olímpica, o GACC estava previsto para iniciar a partir de março de 2020.

O GACC trabalha em conjunto com os CRAS na realização da oferta do Acessuas aos seus usuários, em que, o primeiro, oferta as oficinas juntamente com os itens necessários e o segundo, faz a captação e acompanhamento dos usuários. Destaca-se que, com relação as temáticas das oficinas em grupo, em nada se diferenciará, ou seja, provavelmente os resultados do Acessuas na vida dos usuários serão os mesmos. Isso porque não é a apenas a execução do Programa que é ineficaz, mas a sua estrutura.

REFERÊNCIAS

- ANGHER, Anne Joyce (org.). **Vade Mecum acadêmico de direito Rideel**. 16. ed. São Paulo: Rideel, 2013.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).
- BESERRA, Maria dos Remédios. Neoliberalismo e seus impactos no mundo do trabalho: transformações e desafios frente a informalidade. **R. Pol. Públ.**, São Luís, n. especial, p. 227-235, 2016.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil sem miséria. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2 jun. 2011. Seção 1, p. 1-2.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Seção 1, p. 1-10.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **ACESSUAS trabalho: orientações técnicas – Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho**. Brasília: MDSA; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH/SUAS: anotada e comentada**. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS)/2004: norma operacional básica (NOB/SUAS)**. Brasília: MPAS/SAS, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 nov. 2009. Seção 1, p. 1-47.
- BRASIL. Resolução CNAS nº 18, de 24 de maio de 2012. Institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – ACESSUAS-TRABALHO. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 maio 2012. Seção 1, p. 1-9.

BRASIL. Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social-NOB/SUAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 3 jan. 2013. Seção 1, p. 1-41.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), 2013.

CARNEIRO, Laura Regina; COELHO, Vânia Cristina Oliveira. **Os dados da violência e da criminalidade em São Luís - MA**. São Luís: Prefeitura de São Luís; Departamento da Informação e Inteligência Econômica (DIIE), 2018.

CIDADE Olímpica é nova invasão. **O Estado do Maranhão**, 26 jul. 1996. Caderno Cidade, p. 5.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI), 24., 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: CONPEDI, 2015.

COSTA, Edllucy Costa e. **Morfologia urbana e desenho social: um estudo comparativo dos bairros do Coroadinho e Cidade Olímpica em São Luís - MA**. 2009. 174f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

COUTINHO, Carlos N. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 29-43.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Pulo: Loyola, 2009a.

_____. **A liberdade da cidade**. Espaço e Tempo. São Paulo: GEOUSP, 2009b.

HOBBS, Thomas. **Leviatã: matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores).

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução: Grupo “As (im) possibilidades do urbano na metrópole contemporânea, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Primeira versão: início – fev. 2006.

_____. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENIN, V. I. Sobre o Estado. In: **V. I. Lenine: obras escolhidas**. Lisboa: Edições Avante, 1977.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOPES, Roberta Castilho Andrade. **A construção do direito à moradia no Brasil: da formação da norma à judicialização no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**. 2014. 227f.

Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MARANHÃO. Ministério Público do Estado do Maranhão. **Relatório quantitativo de criminalidade na grande ilha de São Luís: 1º semestre de 2017**. São Luís: Ministério Público do Estado do Maranhão, 2017.

MARANHÃO. Estatutos. Associação Comunitária da Cidade Olímpica – ACCO. **Diário oficial do Estado do Maranhão**, São Luís, 18 fev. 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O Capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTESQUIEU. Charles de Secondat. **O espírito das leis**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo. Editora Martins Fontes: 1996.

MOURA, Joana Tereza Vaz de. A representação política dos movimentos sociais: um estudo no colegiado territorial do Mato Grande (RN). **Campo-território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 282-306, abr. 2014.

OLIVEIRA, H. M. J. de. **Assistência social: do discurso do estado à prática do serviço social**. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1996.

PALHANO, Giovanna. **CRAS Cidade Olímpica**. 2019. 1 fotografia.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PRATES, Ângela Maria Moura Costa. Uma análise da proposta do Plano Brasil sem miséria. **Emancipação (UEPG – impresso)**, v. 16, p. 127-144, 2016.

RABÊLO, Renata de Lima. **Direito à cidade capitalista: da luta popular pela terra ao impasse no acesso à propriedade e aos serviços públicos na Cidade Olímpica em São Luís - MA**. 2012. 158f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SILVA, Maria José Sousa. **Batizado do nome do bairro**. 1996a. 1 fotografia

_____. **Comício na ocupação da Cidade Olímpica**. 1996a. 1 fotografia.

SILVA, Marcos. **Manifestação dos ocupantes da Cidade Olímpica**. 1996b. 1 fotografia.

_____. **Assembleia Geral realizada em 05 de fevereiro de 1997**. 1997b. 1 fotografia.

_____. **Ocupantes em 23/03/1997.** 1997b. 1 fotografia.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social.** 3. ed. v. 3. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Franciângela Silva Araújo. **Cidade Olímpica: a memória da luta pela terra urbana.** 2008.76f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Educação, Ciências Exatas e Naturais, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2008.

SOUSA, Igor Breno Barbosa de. **Mapa de localização da Cidade Olímpica.** 2019.

_____. **Mapa de identificação das avenidas e ruas da Cidade Olímpica.** 2019.

SOUZA, Maria dos Reis Araújo. **Projeto Capacitar para incluir.** 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017a.

SOUZA, Samantha Castro Vieira de. A ideologia da qualificação profissional em tempos neoliberais. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO 2017: DE O CAPITAL À REVOLUÇÃO DE OUTUBRO (1867-1917), 1., 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2017b. p. 1-22.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política Habitacional e Estado autoritário em São Luís (1964-1985).** 2014. 134f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2014.

VEJA. **Número de milionários volta a crescer no Brasil.** 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/economia/numero-de-milionarios-volta-a-crescer-no-brasil/>. Acesso em: 10 maio 2018.

VICCARI, Salette. **Entre as exigências sociais e o assistencialismo: a dinâmica do projeto NAF-Rodoviário.** 2008. 105f. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Ficha CAD CRAS


 SECRETARIA MUNICIPAL DA CRIANÇA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
 SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
 CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MUNICÍPIO/UF: São Luís/MA UNIDADE/TERRITÓRIO: CRAS _____

DATA DA ENTREVISTA: ____/____/____ PBF BPC

A – DEMANDA INICIAL/MOTIVAÇÕES PARA PROCURA DO CRAS

1 - BPC 2 - Benefícios eventuais 3 - Inclusão no PBF 4 - Recadastrado 5 - Orientação psicossocial 6 - Serviços de Convivência
 7 - Inscrição em cursos 8 - inserção na rede sócio assistencial 9 - Outros Qual? _____

B – FORMA DE ACESSO AO CRAS

1 - Demanda Espontânea 2 - Indicação de vizinhos/amigos/familiares 3 - Busca ativa 4 - Encaminhado por: _____

C – IDENTIFICAÇÃO DO USUÁRIO

1 - Nome:		2 - Data de nascimento	
3 - CPF:		4 - R. G.:	5 - Órgão emissor - UF:
7 - Filiação:		6 - Data da emissão	
8 - NIS:	9 - Nacionalidade:	10 - Naturalidade:	11 - Sexo <input type="checkbox"/> 1 - Masculino <input type="checkbox"/> 2 - Feminino
12 - Situação civil: <input type="checkbox"/> 1 - Solteiro <input type="checkbox"/> 2 - Casado <input type="checkbox"/> 3 - Viúvo <input type="checkbox"/> 4 - Separado <input type="checkbox"/> 5 - Sep. Judicialmente <input type="checkbox"/> 6 - Divorciado <input type="checkbox"/> 7 - União Estável			
13 - Grau de instrução: <input type="checkbox"/> Não alfabetizado <input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> 1ª a 4ª Série <input type="checkbox"/> 5ª a 8ª Série <input type="checkbox"/> Ens. Médio Incomp. <input type="checkbox"/> Ens. Médio Comp. <input type="checkbox"/> Ens. Superior			
14 - Cor/raça:	15 - Religião:	16 - Orientação Sexual:	17 - Ocupação:
		18 - Rendimento	

D – ENDEREÇO E SITUAÇÃO HABITACIONAL

19 - Endereço residencial (rua, avenida, Bairro)		20 - ponto de referência:	
21 - Fone	22 - CEP	23 - Unidade de Saúde	
24 - Forma de ocupação do Imóvel: <input type="checkbox"/> 1 - Alugado <input type="checkbox"/> 2 - Cedido <input type="checkbox"/> 3 - Próprio <input type="checkbox"/> 4 - Outra: _____		25 - Valor do aluguel ou Financiamento (R\$)	
26 - Tipo de Construção: <input type="checkbox"/> 1 - Alvenaria <input type="checkbox"/> 2 - Taipa <input type="checkbox"/> 3 - Madeira <input type="checkbox"/> 4 - Outro: _____		27 - Tipo de Cobertura: <input type="checkbox"/> 1 - Telha <input type="checkbox"/> 2 - Palha <input type="checkbox"/> 3 - Outra	
Nº de Cômodos: _____ Tempo de Moradia: _____		Qual? _____	
28 - Fornecimento de Água: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> 1 - Público <input type="checkbox"/> 2 - Poço Artesiano <input type="checkbox"/> 3 - Poço Comum <input type="checkbox"/> 4 - Outro		29 - Energia Elétrica: <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> 1 - Público <input type="checkbox"/> 2 - Gaiabarra <input type="checkbox"/> 3 - Outro: _____	
30 - Destino dos Dejetos: <input type="checkbox"/> 1 - Rede de Esgoto <input type="checkbox"/> 2 - Fossa Séptica <input type="checkbox"/> 3 - Fossa Rudimentar <input type="checkbox"/> 4 - Outra		31 - Destino do Lixo: <input type="checkbox"/> 1 - Coletado <input type="checkbox"/> 2 - Queimado <input type="checkbox"/> 3 - Ceu Aberto <input type="checkbox"/> 4 - Outro: _____	
32 - Localização do domicílio: <input type="checkbox"/> 1 - Em área sem risco <input type="checkbox"/> 2 - Em área de risco <input type="checkbox"/> 3 - Em área insalubre <input type="checkbox"/> 4 - Em área de degradação ambiental			
33 - Existem pessoas com deficiência na família: () Sim () Não. Especifique (Quem, Qual e a situação social desta pessoa?): _____			
34 - Interesse em cursos profissionalizantes: Quem e Qual? _____			
35 - Há gestante na família: () Sim () Não. Quem?/Mês de gestação? _____			

ANEXO B – Verso da ficha CAD CRAS

Nº	Nome	Parentesco	D.N.	Sexo	Sit. Civil	Escolaridade	Frequência*		Religião	Correção	Orientação Sexual	Profissão/ Ocupação
							S	N				
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

Parentesco: 1- mãe 2- pai 3- filha(o) 4- irmã(o) 5- avô(a) 6- primo(a) 7- tio(a) 8- esposa(o) 9- sobrinho (a) 10- enteado (a) 11- madrinza/padasto 12- Neto 13- Sem parentesco
 Situação Civil: 1- Solteiro 2- Casado 3- Viúvo 4- Separado 5- Sep. Judicialmente 6- Divorciado 7- União Estável
 Escolarização: 1- Analfabeto 2- Alfabetizado 3- 1ª ao 5ª ano 4- 6ª ao 9ª ano 5- Médio 6- Universitário Cor: 1- Branco 2- Pardo 3- Negro 4- Amarelo 5- Indígena 6- Outro
 Orientação Sexual: 1- Heterossexual 2- Homossexual 3- Bissexual 4- Travesti 5- Transsexual Religião: 1- Católica 2- Evangélica 3- Espírita 4- Umbandista 5- Outros

E – COMPOSIÇÃO FAMILIAR

F – PRINCIPAIS VULNERABILIDADES/RISCOS

Desemprego Indivíduos sem documentação civil Negligência em relação à criança/adolescente Reside em área de ocupação irregular
 Existência de idosos dependentes na família Gravidez precoce/não planejada Extrema pobreza Baixo rendimento escolar Analfabetismo
 Moradia precária Vínculos familiares fragilizados Trabalho Infantil Uso abusivo Alcool e/ou outras drogas Violência contra:
 Adultos sem qualificação profissional Negligência em relação ao Idoso Negligência em relação à PCID Insegurança Alimentar
 Dificuldade no acesso aos serviços públicos Baixa renda Descumprimento condicionalidade PBF Outro:

OUTROS DADOS COLETADOS: _____

PROVIDÊNCIAS: _____

DATA	ENCAMINHAMENTO(S) REALIZADO(S)